

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JOCILENE DO ROSÁRIO GOMES

**RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL/CABO VERDE NO ÂMBITO
DA COOPERAÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL DO GOVERNO LULA
(2003/2010)**

Teresina
2014

JOCILENE DO ROSÁRIO GOMES

**RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL/CABO VERDE NO ÂMBITO
DA COOPERAÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL DO GOVERNO LULA
(2003/2010)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro.

Teresina

2014

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

G633r Gomes, Jocilene do Rosário.
Relações bilaterais Brasil/Cabo Verde no âmbito da
cooperação técnica educacional do governo Lula (2003/2010)
/ Jocilene do Rosário Gomes. -- 2014.
141 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) –
Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.
“Orientação: Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro.”

1. Cooperação Internacional. 2. Cooperação Educacional
Brasil – Cabo Verde. 3. Cooperação Técnica Sul-Sul.
I. Título.

CDD 327.17

JOCILENE DO ROSÁRIO GOMES

**RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL/CABO VERDE NO ÂMBITO
DA COOPERAÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL DO GOVERNO LULA
(2003/2010)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro e aprovada no dia 26 de setembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPI

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Júnior (Examinador Interno)

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPI

Prof. Dr. André Luiz Coelho Farias de Souza (Examinador Externo)

Graduação em Ciência Política - UNIRIO

*Essa dissertação é dedicada á minha mãe
Antonia Maria do Rosário Domingos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe Antonia Maria do Rosário Domingos, que mesmo distante deu todo o apoio emocional e financeiro necessário ao término desse trabalho. Aos meus familiares, irmãos, primos, tios e sobrinhos pelo apoio.

Agradeço ao Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro pela orientação excelente, amizade, companheirismo e as muitas vezes que brigou comigo em prol de melhorias no trabalho e paciência diante das minhas visíveis dificuldades. Aos funcionários da editora universitária pelo apoio, especialmente Cassandra e José.

A coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela oportunidade de poder prestar a avaliação de acesso ao programa. Ao Prof. Dr. Nelson Juliano Matos pelo apoio e amizade durante a graduação e no início do mestrado.

Agradecimento especial ao Prof. Msc. Vítor Sandes pelo apoio durante o projeto de pesquisa, pelas dicas durante a produção do trabalho e a todos do grupo de metodologia científica pelos esclarecimentos metodológicos.

Aos meus amigos Jacira, Nereida, Charlene, Andréa, Natalie, Rosemary, Pablo, Regis Harold e Eder. Agradeço o apoio de todos vocês nos momentos difíceis em que me amparam como uma irmã e deram todo o apoio emocional para a continuidade do trabalho. Aos meus amigos que se tornaram mais que especiais Mariluz, Suelem, Márcia, Flávio, Usman, Alassan, Marta e Marcondes. A todos que dividiram apartamento comigo durante esses anos no Brasil que marcaram e ficou amizade mesmo após a partida para seus países de origem, em especial a Ângela que tem dividido comigo os últimos momentos dessa trajetória.

Aos amigos especiais Hebert Medeiros, Ranniely, Francisco Filho e Livia Maria pelo apoio na escrita e aos ensinamentos da variante brasileira escrita do português e organização do trabalho.

Aos colegas do mestrado que durante o curso sempre nos reuníamos para debater os textos e ao apoio mútuo nos estudos das disciplinas e apoio para o término de nossas dissertações.

A Marcy Araújo e sua família por todo o apoio incondicional e carinho que sempre me demonstraram e serão para sempre minha família brasileira.

Aos meus amigos do Centro de Ciências Humanas e Letras que deram todo o apoio ao término desse trabalho.

A Comunidade Africana em Teresina pelo apoio nessa caminhada. Agradecer em especial ao Valter, Airthon, Edyne, pelo companheirismo e apoio durante todos esses anos no Brasil. Também um agradecimento especial a Prof.^a Dr.^a. Maria do Carmo Alves do Bonfim por tantos ensinamentos para toda a vida.

RESUMO

Este trabalho possui como escopo a análise da cooperação técnica no âmbito educacional entre Brasil e o arquipélago de Cabo Verde durante o governo Lula (2003/2010). Estes projetos possuem como objetivo o suporte científico e técnico a criação de novas perspectivas na gestão educacional do país. Assim, em um primeiro momento, discute-se o conceito de cooperação internacional para o desenvolvimento, um breve histórico e analisam-se algumas modalidades. Também faz-se uma análise das teorias econômicas para o desenvolvimento e discute-se a eficácia da ajuda externa tradicional. Então, debate-se sobre a cooperação entre os países em desenvolvimento ou cooperação Sul-Sul, considerada como uma forma de cooperação mais jovem que a cooperação tradicional, que surge como complementar ou alternativa para os países em desenvolvimento. Em um segundo momento, estuda-se a cooperação internacional brasileira e seus princípios basilares. Analisou-se o histórico da cooperação brasileira até o governo Lula, os dados sobre o número de projetos, gastos públicos, algumas modalidades de cooperação e sua distribuição pelas regiões do Globo. Faz-se uma análise mais profunda sobre a cooperação técnica internacional com o continente africano, especificamente com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Por último, analisou-se a cooperação internacional cabo-verdiana recebida e suas origens. Apresentam-se os projetos importantes na área educacional e seus dados estatísticos.

Palavras-Chave: Brasil. Cabo Verde. Cooperação Técnica Sul-Sul. Cooperação educacional.

ABSTRACT

This work has as scope the analysis of the technical cooperation, in the sector of education, between Brazil and the Cape Verde's archipelago during Lula (2003/2010) government. The Projects exposed here aim to provide scientific and technical support for the creation of new perspectives in educational management in Cape vert. So, at first, we discuss the concept of international development cooperation, including a brief retrospect and analysis of case studies. We also make analysis on economic development theories, discuss the effectiveness of traditional foreign aid and debate on the cooperation between developing countries or South-South countries, considered as a younger form of cooperation than the traditional cooperation, which arises as a complement or alternative for developing countries. Secondly, we study the Brazilian international cooperation and its basic principles, focusing on the history of Brazilian cooperation up to the era of Lula's government, considering data on the number of projects, public spending, forms of international cooperation and their distribution according to regions of the world. Other than that, we make an even deeper analysis on international technical cooperation with Africa, specifically with the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) and the African Countries of Portuguese Official Language (PALOP). Finally, we analyzed the Cape Verdean international cooperation received and their origins. Presents the important projects in education and their statistical data.

Keywords: Brazil. Cape Verde. South-South technical cooperation. Educational cooperation.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA NO BRASIL 2005/2010 EM MILHÕES DE R\$.....	67
GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA POR REGIÃO EM % 2009	68
GRÁFICO 3- EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA ABC 2003/201.....	76
GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROJETOS INICIADOS DURANTE O GOVERNO LULA 2003/2010	77
GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS NAS REGIÕES DO GLOBO EM MILHÕES DE R\$ 2010.....	77
GRÁFICO 6 – PRINCIPAIS PAÍSES RECEPTORES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BILATERAL BRASILEIRA 2005/2010 EM R\$.....	78
GRÁFICO 7 - INVESTIMENTOS DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA NAS DIVERSAS DE DESENVOLVIMENTO.....	79
FIGURA 8 - COOPERAÇÃO TÉCNICA BILATERAL PRESTADA AOS PALOP 2005/2010 EM %.....	91
GRÁFICO 9- NÚMERO DE ESTUDANTES CABO-VERDIANOS SELECIONADOS PARA O PEC-PG 2000/2012.....	108
GRÁFICO 10 - CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL DA UNI-CV	122
GRÁFICO 11-NÚMERO DE ESTUDANTES QUE SAÍRAM DO PAÍS PARA FORMAÇÃO SUPERIOR NO EXTERIOR 2000/2010	124
GRÁFICO 12 - HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS PROFESSORES DA UNI-CV EM %	125

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DADOS REFERENTES AOS RECURSOS À COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA POR INSTITUIÇÃO 2005-2009	71
TABELA 2- PAÍSES PARTICIPANTES DO PROGRAMA PEC-G	102
TABELA 3-CANDIDATOS DAS AMÉRICAS PRO PEC-PG 2000/2012.....	106
TABELA 4 - CANDIDATOS AFRICANOS SELECIONADOS PEC-PG 2000 A 2012	107
TABELA 5 - CANDIDATOS ASIÁTICOS SELECIONADOS PEC-PG 2000 A 2012	107
TABELA 6 - CONVÊNIOS INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE CABO VERDE	122
TABELA 7 - DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE FREQUÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR NA UNI-CV	124

LISTA DE SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
ALAC - Associação Latino - Americana de Livre Comércio
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South Africa)
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDEAO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CNAT - Comissão Nacional de Assistência Técnica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CT - Cooperação Técnica
DAC - Development Assistance Committe
DGESC - Direção-Geral de Ensino Superior
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão
IBAS - Índia, Brasil e África do Sul
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCA - Millennium Challenge Account
MCC - Millennium Challenge Corporation
MEC - Ministério da Educação
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MRE - Ministério das Relações Exteriores
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA - Organização dos Estados Americanos
OMC - Organização Mundial de Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
OPA - Operação Pan Americano
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAS - Organização do Tratado do Atlântico Sul
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEC- G/PG - Programa de Estudantes de Convênio de Graduação e Pós-Graduação

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUBIN - Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional

UA - União Africana

UE - União Europeia

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento

USAID - U.S Agency for International Development

Uni-CV - Universidade de Cabo Verde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: CONCEITO, HISTÓRIA E ANÁLISE TEÓRICA DA NATUREZA DA COOPERAÇÃO	22
2.1 CONCEITO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO.....	23
2.2 MODALIDADES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	26
2.2.1 Assistência Humanitária	26
2.2.3 Cooperação Militar.....	28
2.2.4 Cooperação Técnica Internacional	29
2.3 BREVE HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	32
2.3.1 Fases da cooperação internacional	35
2.4 AJUDA INTERNACIONAL AO DESENVOLVIMENTO NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA DAS TEORIAS ECONÔMICAS INTERNACIONAIS	39
2.5 COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL: alternativa ou complementar?.....	47
3.1 HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA: Do CNAT a ABC	54
3.2 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003/2010)	61
3.2.1 Assistência Humanitária	66
3.2.2 Cooperação Tecnológica/Educacional	69
3.2.3 Assistência Alimentar.....	71
3.2.4 Cooperação Técnica	73
3.2.5 Atribuições da ABC e a distribuição dos recursos entre regiões	75
3.3 Relações África e Brasil.....	79
3.4 O Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Parceria com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	86
4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E CABO VERDE NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL	91
4.1 As Origens da Diplomacia Cabo-Verdiana.....	92

4.2 Cabo Verde e a Cooperação Internacional.....	94
4.3 Cooperação Técnica Brasileira para Cabo Verde.....	96
4.4 Cooperação técnica educacional brasileira prestada a Cabo Verde	102
4.4.1 Programa de Estudantes de Convênio de Graduação e Pós-Graduação.....	102
4.4.2 Projeto “Apoio a Implantação da Universidade de Cabo Verde e ao Desenvolvimento do Ensino Superior”- Cooperação interinstitucional entre Uni-Cv, Universidades Federais e Instituições Brasileiras	109
4.4.3 Projetos Importantes de Cooperação para o incentivo a educação básica.....	126
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto das relações internacionais, o Brasil vem se destacando no âmbito da cooperação Sul-Sul, seguindo o princípio declarado da “horizontalidade” da cooperação. A cooperação internacional pode ser definida como a transferência de recursos financeiros, bens produtivos ou de caráter humanitário, conhecimentos técnicos, científicos, na área educacional, militar, de um país para outro, como uma forma de ajuda ao desenvolvimento. A cooperação internacional pode ocorrer através da ajuda dos países desenvolvidos em favor dos países em desenvolvimento, quando então recebe a denominação de cooperação Norte-Sul. A ajuda que ocorre entre países em desenvolvimento é denominada de cooperação Sul-Sul. Após décadas de ajuda externa a países em desenvolvimento, alguns destes países começaram a se desenvolver e a expandir suas relações com os países ainda menos desenvolvidos, devido a interesses econômicos e desafios comuns.

O Brasil tem se destacado entre os países que, apesar de receber ajuda externa por longo tempo, tornaram-se doadores de ajuda internacional, mantendo essa dupla faceta de receptor e doador. Diante dessa nova agenda internacional, o Brasil começou a ganhar espaço e visibilidade internacional e a clamar por mudanças no âmbito das relações tradicionais. O Brasil, juntamente com a China, Índia, África do Sul e Chile estão entre os países que vem se destacando como doadores importantes da cooperação entre os países em desenvolvimento, nessa nova agenda internacional. Apesar de existirem evidências de doação antes do reconhecimento internacional, nos anos 70, destes novos atores, estas eram observadas muito discretamente (Burgess, 2012). A discussão acerca desses “novos doadores” surge por estes não seguirem os padrões tradicionais de ajuda externa dos países doadores do *Development Assistance Committee* (DAC) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre os quais se encontram as principais economias do Ocidente desenvolvido.

As doações entre os países em desenvolvimento seguem normas próprias e não possuem condicionalidades¹ similares aos padrões da OECD. Na opinião de alguns autores

¹ Condicionais são barreiras para países receberem ajuda externa, estabelecido pelos países da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD), como a boa governança, princípios democráticos, eleições livres, e outros atributos. Os especialistas consideram como uma barreira para o desenvolvimento, essas normas são muitas vezes criticadas por países pobres que não conseguem ajuda externa de países da OCDE por não cumprirem esses pré-requisitos, estes não fazem parte de sua realidade local, política e econômica.

este fato é visto de uma maneira negativa porque não segue os padrões burocráticos e de transparência dos DAC. Podem manter os países receptores dependentes e criar clima propício a um ciclo vicioso de dívidas, devido às condições facilitadas de empréstimos (Lopes, 2008).

O Brasil iniciou o seu ciclo de doação ainda na década de 1930. Surgiu nessa época o primeiro órgão que cuidava da cooperação ao lado do Ministério de Relações Exteriores, a Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT). Devido ao aumento das demandas, ocorreram mudanças institucionais, porém os órgãos que se seguiram a CNAT não ofereciam as condições necessárias para o atendimento e expansão da cooperação. No ano de 1987, é criada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão responsável pela cooperação técnica brasileira, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. Inicialmente a cooperação brasileira se restringia as Américas, mas, com a criação da ABC houve uma expansão para o continente africano, inicialmente para os países de língua portuguesa (ABC, 2005).

O objeto de estudo da presente dissertação são as relações bilaterais brasileiras com Cabo Verde, um pequeno arquipélago descoberto por oficiais portugueses ao navegarem pela costa africana em 1460. Especificamente estudou-se a cooperação técnica brasileira prestada a Cabo Verde no âmbito educacional.

A cooperação técnica na arena educacional, entre os dois países, abrange projetos importantes como o Programa de Estudantes de Convênio de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G/PG²), Apoio a criação da Universidade de Cabo Verde e ao desenvolvimento do ensino superior, Apoio ao Programa Nacional de Cantinas Escolares de Cabo Verde, Escola de Todos, Alfabetização Solidária, Programa ProÁfrica (programa que oferece oportunidade de bolsas para pesquisa e inovação no continente africano), programas de formação de professores, mobilidade de docentes e discentes no âmbito da formação profissionalizante, continuada ou superior (CNPq, 2014; MEC, 2014; ABC, 2010).

Neste contexto, a área educacional é um dos focos principais da cooperação brasileira, abrangendo mais de 12% do total da cooperação brasileira, segundo a ABC (2010). A saúde e a agricultura também se apresentam como prioridades da cooperação brasileira. De acordo com o Manual do PEC-G (2000), o intercâmbio entre estudantes ocorre desde início do século, mas de maneira discreta, com casos isolados. Em 1917 os primeiros estudantes brasileiros foram estudar no Uruguai, em 1919 registrou-se no Brasil a presença de estudantes do Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai a cursarem ensino superior, inclusive nas escolas

² É um programa que oferece vagas e bolsas nas universidades públicas brasileiras para estudantes provindos da África, América Latina/Caribe e Ásia.

Naval e Militar. Os convênios e relações culturais com a Bolívia se intensificam, e com o resto dos países da América Latina com a eclosão da Segunda Guerra (Manual PEC-G, 2000). Em 1964 surge o Programa de Estudantes de Convênio – Graduação (PEC-G). Tempo depois o programa também se estendeu a cursos de mestrado e doutorado, denominado de Programa de Estudantes de Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) (Manual do PEC-G, 2000). Os estudantes são selecionados pelas respectivas embaixadas brasileiras nos seus países de origem, depois é feita a seleção final no Brasil. Os estudantes selecionados permanecem no Brasil até o término do curso.

A importância desses projetos para países pequenos como Cabo Verde, sem condições estruturais de ensino representam um reflexo positivo, na medida em que qualificam quadros de recursos humanos para a melhoria das condições de vida da população local. Através da cooperação técnica prestada a Cabo Verde, novas tecnologias são ofertadas através dos cursos de formação profissional, havendo uma importante mobilidade acadêmica de docentes, discentes (para pesquisa científica em laboratórios) e de pesquisadores.

Em contrapartida, o Brasil reafirma sua condição como doador e o fortalecimento de sua política externa, adquirindo visibilidade internacional. Apesar dos países de língua portuguesa terem aberto portas para cooperação com diversos países, através da influência internacional e regional de um grande número de parceiros, Cabo Verde e Brasil construíram uma relação especial. O fato ocorreu com base nas relações históricas que remontam a época da escravidão, Cabo Verde era um ponto de tráfico negreiro no Atlântico Sul, uma referência no comércio internacional de escravos (Pereira, 2011; Graça, 2004).

Livramento (2010), atenta para o fato de Cabo Verde apoiar o Brasil na sua integração no Conselho de Segurança das Nações Unidas no ano de 1998, no então governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Na época, o então Primeiro Ministro de Cabo Verde Carlos Veiga em entrevista a Folha de São Paulo, afirmou que o Conselho de Segurança apoiava as reformas, com a abertura de mais cinco vagas permanentes. O Brasil no mesmo encontro pediu que o Conselho apoiasse os interesses da África, afirmando que um dos objetivos primordiais era da política externa brasileira era o empenho e apoio desenvolvimentista ao continente³. O Brasil apoiou Cabo Verde na sua entrada na Organização Mundial de Comércio (OMC). O Brasil, como um dos membros da OMC, iniciou diversas negociações e compromissos bilaterais com Cabo Verde desde 2004. Este último também obteve o apoio da

³ Primeiro - ministro de Cabo Verde defende candidatura a vaga no Conselho de Segurança: Brasil tem apoio para tentar vaga na ONU. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 08 abr.1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc08049816.htm>>.

União Europeia (UE), EUA, Canadá, Japão e China⁴ e, em 2009, se torna membro da Organização. Diante desses acontecimentos, o Brasil se tornou um dos maiores parceiros de Cabo Verde, junto com países da União Europeia, como Portugal, e dos Estados Unidos.

Diante do reconhecimento da importância da cooperação técnica internacional para o desenvolvimento do Brasil, compreendeu-se que uma das formas estratégicas era o compartilhamento dos seus conhecimentos, já adquiridos ao longo de 40 anos de cooperação técnica internacional recebida dos países desenvolvidos. Apesar de o Brasil manter-se numa posição de país de desenvolvimento médio e em situação de receptor de conhecimentos de outros países em determinados setores, encontrou o caminho da sua estratégia de inserção mundial através da cooperação (ABC, 2005).

A ABC, em parceria com outras instituições brasileiras, recebe as propostas de assistência técnica, envia comitês técnicos e executa projetos desenvolvimentistas nos países recebedores de ajuda. Os gastos com os projetos de cooperação técnica internacional (CTI) já ultrapassam US\$ 1,9 bilhões; e, segundo a ABC, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) detém 53,5% dos recursos destinados a Gerência da África, Ásia e Oceania, e respondem por 37,6% dos recursos totais da Agência. Os setores dos projetos situam-se nas mais diversas áreas, desde administração pública; da justiça como a formação de aperfeiçoamento de advogados; na arena eleitoral, com auxílio a cadastramento digital dos eleitores e fornecimento de urnas eletrônicas; turismo, dentre outras áreas voltadas ao desenvolvimento.

Diante desses fatores, o questionamento que se levanta é: Qual a relação da cooperação técnica prestada na arena educacional, entre Brasil e Cabo Verde, e a estratégia de inserção e visibilidade internacional nessa nova agenda internacional do Brasil? A resposta parece simples, mas para responder essa pergunta, primeiramente é necessário entender a história da cooperação brasileira, as relações do Brasil com os países de língua portuguesa e as motivações econômicas e políticas dessas relações bilaterais e multilaterais junto a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Assim, o objetivo geral desse trabalho é o estudo da cooperação brasileira na área educacional prestada a Cabo Verde durante o governo Lula (2003/2010). Os objetivos específicos debruçam-se sobre: investigar as teorias de desenvolvimento econômico-social, aplicada à realidade africana, retirando elementos necessários à análise da realidade da

⁴ Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde. Cooperação Governamental. OMC. Disponível em: <<http://www.mirex.gov.cv/index.php/o-ministerio#>>.

cooperação técnica internacional; estudar a política externa brasileira no continente africano e sua estratégia de inserção mundial junto a CPLP e PALOP; e analisar as relações bilaterais entre Brasil e Cabo Verde no âmbito da cooperação técnica educacional das instituições brasileiras e do governo federal com a Uni-CV e outros projetos, recolhendo informações junto aos documentos e dados oficiais disponibilizados pelo MRE, ABC, MEC, entre outros considerados pertinentes.

No intuito de cumprir os objetivos desse trabalho, utiliza-se a pesquisa qualitativa, uma vez se pretende focar uma possível gradação destes níveis de cooperação e não tanto dados traduzíveis numericamente. Para a sua concretização, utiliza-se os métodos de análise de documento e de conteúdo. De acordo com Gary King (1994) esta pode ser utilizada em estudo de caso, com utilização de entrevistas – oral ou escrita, ou análises de materiais, observação ou análise de documento.

A análise de documento pode ser utilizada em duas vertentes, segundo Calado e Ferreira (2005) *apud* Bell (1993): a) complementar uma informação obtida por outros métodos, na perspectiva de encontrar informações úteis para sua pesquisa; b) no caso dos documentos serem o alvo central da pesquisa, os documentos são por si próprios os alvos da pesquisa. Os documentos são considerados fontes de dados brutos, que devem ser analisados e operacionalizados de acordo com o objeto de pesquisa em estudo. Os dados contidos no documento são informativos e constitui-se num registro físico, elaborado a partir de uma realidade, expresso numa forma de linguagem (Calado e Ferreira, 2005).

A análise de documento deverá ser feita de maneira cuidadosa, por isso os documentos recolhidos devem ser avaliados e todos aqueles que não possuem relevância para a pesquisa precisam ser excluídos. O primeiro passo é a recolha dos documentos e depois a análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados que vem sendo utilizada com frequência nas pesquisas qualitativas (Mozzato, 2011). Analisar o conteúdo é, segundo Flick (2009 *apud* Mozzato, 2011), realizar a interpretação após a coleta dos dados. Primeiramente, deve ser produzido um banco de dados que relacionando com as conclusões obtidas, testam-se as hipóteses de trabalho.

Para responder a grande questão desse trabalho foi estabelecida a seguinte hipótese: o Brasil coopera com Cabo Verde na área educacional pela proximidade social, cultural, política, linguística e econômica diante do atual contexto de sua inserção internacional e o uso do “veículo” da visibilidade junto aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Para o teste da hipótese apresentada, primeiramente foi efetuada uma pesquisa no sistema eletrônico do Ministério de Relações Exteriores sobre os Atos Internacionais

(Acordos assinados pelos representantes diplomáticos do Brasil e Cabo Verde), que se constituiu na análise de documento primária.

Em seguida, foi realizada uma busca nos dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) sobre a cooperação Sul-Sul brasileira analisando: a evolução do orçamento da Agência para a cooperação prestada; o aumento do número de projetos abarcados pela mesma e as regiões do globo que a cooperação técnica brasileira alcança. As instituições brasileiras também foram úteis na prestação de dados, a principal foi um estudo do IPEA sobre os gastos públicos com a cooperação brasileira em cada uma das suas áreas de atuação e sua distribuição regional, durante o segundo mandato do Lula (2006/2010).

O Ministério da Educação e a Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico forneceram os dados acerca dos programas educacionais importantes desenvolvidos pelos mesmos. Também a Direção-Geral de Ensino Superior (DGESC) de Cabo Verde, órgão que faz parte do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação que anualmente produz um anuário estatístico sobre o número de discentes que frequentam o ensino superior. A DGESC também apresenta os dados estatísticos sobre as habilitações literárias dos docentes da Universidade de Cabo Verde.

Ademais, foi realizada ainda uma análise documental secundária, em teses, dissertações, monografias, artigos de jornal e científicos, recolhendo dados sobre a diplomacia dos dois países e dos projetos de cooperação em execução. Em alguns momentos da pesquisa houve problemas na recolha de dados primários junto a Agência Brasileira de Cooperação, devido à manutenção do sigilo de dados dos projetos. Não foi possível o acesso ao sistema de dados dos projetos pertinentes a essa dissertação. Diante desse fato, foi necessário recorrer-se a dados secundários de maneira esporádica, em sites oficiais de ambos os países. O sítio virtual do Ministério de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e da Direção-Geral de Cooperação de Cabo Verde, não oferece nenhum dado concreto sobre o objeto em estudo.

Bem assim, o trabalho ficou estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, define-se a cooperação internacional e apresentam-se algumas modalidades importantes. Foram analisadas as teorias econômicas que estudam o continente africano e retirados os elementos pertinentes à cooperação técnica internacional. Faz-se um debate final sobre a cooperação técnica Sul-Sul, no sentido de discutir a sua eficácia e complementaridade a cooperação tradicional. No segundo capítulo descreve-se a cooperação internacional brasileira prestada. Faz-se uma análise histórica da cooperação brasileira até o governo Lula,

delimitação temporal do trabalho, analisando das modalidades tecnológica/educacional, humanitária e técnica.

No último capítulo, enfoca-se no primeiro momento o histórico da diplomacia de Cabo Verde e Brasil. Em seguida centra-se na cooperação educacional, descrevendo os projetos na e apresentando os dados estatísticos que se teve acesso nessa pesquisa. Os dados mostram que a cooperação brasileira oferece apoio científico e tecnológico para os programas de melhorias na educação do país. Os projetos aplicam-se tanto a educação básica e média, como ensino superior. No caso específico de Cabo Verde, um dos projetos mais importantes foi o apoio à criação da Universidade de Cabo Verde, a primeira universidade pública do país. Também o programa Alfabetização Solidária na alfabetização de adultos. Concluiu-se que esses programas tiveram um impacto positivo na educação de Cabo Verde e aumentaram de maneira considerável os índices educacionais.

2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: CONCEITO, HISTÓRIA E ANÁLISE TEÓRICA DA NATUREZA DA COOPERAÇÃO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente capítulo de dissertação possui como objetivo geral introduzir a discussão sobre ajuda externa e cooperação para o desenvolvimento. Vulgarmente falando, podemos definir cooperação como as relações que envolvem dois países, mas a cooperação vai muito além e envolve questões complexas como não só o envolvimento de Estados, mas de organizações não-governamentais, organizações internacionais, entidades filantrópicas e até pessoas físicas. A cooperação denominada de Norte-Sul ou tradicional é aquela que ocorre de países desenvolvidos em prol de países pobres em desenvolvimento. Muitos países pobres conseguiram alcançar degraus de desenvolvimento e hoje conseguem auxiliar outros países em desenvolvimento, essa forma de cooperação é conhecida como Sul-Sul.

Para se entender melhor esse contexto, em um primeiro momento, conceitua-se a cooperação internacional. As definições de cooperação internacional, de forma geral, são imprecisas devido à complexidade que envolve este tipo de relações entre os países. As definições mais completas foram elaboradas pelas duas instituições mais conceituadas do tema, nomeadamente a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Após a conceituação se faz uma análise de algumas modalidades que se destacaram no âmbito da cooperação. Em seguida se faz uma evolução histórica da cooperação internacional, desde sua gênese até os dias atuais.

A seguir, discutem-se as teorias econômicas que permitem uma compreensão da cooperação através de estudos de economistas internacionais sobre cooperação Norte-Sul e sua eficácia, focando, sobretudo, nas relações com o continente africano devido ao objeto da análise. Por último, faz-se um debate sobre a cooperação internacional Sul-Sul e seus desafios diante do atual contexto das Relações Internacionais. Cabe dizer, neste contexto, a cooperação Sul-Sul surge como uma alternativa para alguns autores que entendem que a ajuda tradicional tem sido ineficaz. Outros já entendem que a cooperação Sul-Sul deve ser complementar a cooperação tradicional, justificando que o país pobre não tem condições de suprir as necessidades primárias sem ajuda dos países desenvolvidos. O debate permanece bastante complexo diante das vicissitudes vividas no novo contexto das relações internacionais. Nesse

trabalho se pretende dar continuidade ao debate atual do tema, que se apresenta ainda divergente. E, se de um lado, não se vislumbra solução imediata e possível, de outro, já se desanuvia nos horizontes indicativos neste sentido.

2.1 CONCEITO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Uma boa parcela das relações internacionais, de uma maneira geral, consiste em parcerias entre países e organizações internacionais que, no âmbito da cooperação, mantém um sistema de acordos que envolvem diversos interesses econômicos e poder político. Nesse sentido, os países e organizações são os atores internacionais. Assim atores internacionais são segundo Francisco Rezek (2010, p.18) “As partes em, todo o tratado, são necessariamente pessoas jurídicas de direito internacional público: tanto significa dizer os *Estados soberanos* – aos quais se equipara [...] a Santa Sé – e as *organizações internacionais*”. Os atores não se resumem a apresentação do autor, podem atuar outros sujeitos de direito internacional, com a diferença de não possuir personalidade jurídica que o permita realizar diretamente um acordo ou tratado internacional. A discussão sobre os atores hoje é muito complexa, pela diversidade apresentada podemos dividi-los em: doadores, executores e beneficiários (Lopes, 2008). Os Estados, segundo Lopes (2008), são os protagonistas. É deles a iniciativa de celebrar um acordo internacional, podendo atuar como doadores e receptores, no tocante ao auxílio fornecido ou recebido. As organizações internacionais também podem atuar como doadoras ou executoras da ajuda internacional, um exemplo é a Organização das Nações Unidas. Existem também os agentes não-estatais, como, por exemplo, as organizações não governamentais (ONGs).

Os indivíduos podem ser atores, na medida em que contribuem para os fundos multilaterais de ajuda, como Bill Gates, que hoje possui uma fundação filantrópica que trabalha com ajuda internacional. Existem diversos fundos, como por exemplo, vinculados a doações de pessoas famosas nomeadamente o músico Bono Vox. Contudo, os indivíduos não podem atuar como pessoas jurídicas de direito internacional, por não possuírem capacidade jurídica postulatória para firmar tratados. Os indivíduos dos países receptores constituem os beneficiários finais da ajuda, através de investimentos diretos dos seus respectivos governos nas mais diversas áreas sociais. Assim os atores com personalidade jurídica para atuar são os Estados e as organizações internacionais, os demais sujeitos citados são atores de maneira indireta.

Para os atores atuarem deverá existir um acordo assinado entre duas ou várias partes através da cooperação internacional. Assim, grosso modo, a definição de cooperação internacional para o desenvolvimento apresenta-se, como o fluxo de recursos financeiros e técnicos do mundo desenvolvido para os países subdesenvolvidos (Ribeiro, 2006). A presente definição, segundo Ribeiro (2006), possui problemas, uma vez que o fluxo de recursos humanos e materiais podem ser transferidos de maneira contrária numa base cooperativa.

O departamento de Estado americano e a sua agência *U.S Agency for International Development* (USAID) costumam utilizar o termo “ajuda externa” (*foreign aid*) para se referir a diversas iniciativas do governo, desde ajuda bilateral para o desenvolvimento, assistência humanitária, assistência econômica, ajuda destinada a objetivos políticos, ajuda multilateral e militar (Ribeiro, 2006) . A ajuda externa é um caso específico de cooperação para fins de desenvolvimento e apresenta-se como uma transferência unilateral de recursos. A cooperação internacional é uma atuação conjunta de países e organizações internacionais na execução de projetos, na negociação de tratados, acordos internacionais entre outros. É o termo mais amplo para tratar a ajuda externa.

A cooperação internacional se traduz como uma parceria entre países cuja ideia surgiu na década de 1940, especificamente no Pós-Segunda Guerra Mundial, a ajuda externa já existia. Primeiramente, numa tentativa de reconstrução da Europa pelos EUA, com o Plano Marshall e a criação da *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD), organização que visa à promoção de prosperidade, combate à pobreza através do crescimento econômico e garantia de estabilidade financeira. A ajuda dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento é também denominada de cooperação Norte-Sul. Ocorre no contexto do conjunto de países que conseguem manter um padrão de doação considerável aos países em desenvolvimento. No âmbito da OECD criou-se um comitê de países desenvolvidos denominado de *Development Assistance Committee* (DAC), composto pelos potenciais doadores. Essa forma de doação possui alguns critérios utilizados pela organização e se apresenta como a definição padrão de ajuda externa.

Definem a ajuda como sendo um fluxo de financiamento de assistência técnica e de mercadorias que promove desenvolvimento econômico e bem-estar (Radelet, 2006). A ajuda é prestada através de empréstimos de baixo custo, excetuando acordos militares, que apesar de sua importância não fazem parte dessa forma de ajuda. Lancaster (2007) também se posiciona sobre o tema da seguinte forma:

Ajuda externa é definida aqui como a transferência voluntária de recursos públicos, de um governo para outro governo independente, para uma ONG, ou a um organismo internacional (Banco Mundial ou Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) com pelo menos 25 % do elemento em doação, com o objetivo de desenvolver as condições humanas no país receptor da ajuda.⁵ (Lancaster, 2007, p.9)

A ajuda aqui é definida como “assistência para o desenvolvimento”. Ainda segundo Lancaster (2007), as doações devem se destinar a países ou organizações multilaterais. A citação da autora apresentada é a definição oficial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A definição aponta que os recursos devem provir do setor público do país doador e ter como principal objetivo desenvolver as condições humanas e em caso de empréstimos concessionais pelo menos 25% do total deve constar como doação. Também denominada de *Grand Element* (Radelet, 2006).

A cooperação também pode ser entre países em desenvolvimento ou Sul-Sul. A ONU define a cooperação Sul-Sul como um forte elemento de cooperação internacional com vistas a viabilizar auxílio ao desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

La cooperación Sur-Sur, como elemento importante de la cooperación internacional para el desarrollo, ofrece oportunidades viables para que los países en desarrollo y los países de economía en transición alcancen individual y colectivamente el crecimiento económico sostenido y el desarrollo sostenible. Los países en desarrollo tienen en la responsabilidad primordial de promover y realizar la cooperación Sur-Sur, que no reemplazaría la cooperación Norte-Sur sino que la complementaría, y reiterando en este contexto la necesidad de que la comunidad internacional apoye los esfuerzos de los países en desarrollo para ampliar la cooperación Sur-Sur. (ONU. Tópico. Cooperación Sur-Sur)

O conceito tanto de cooperação Norte-Sul ou Sul-Sul ainda é muito vago, pouco concreto e utiliza-se a definição da ajuda do DAC e da ONU visto que as duas instituições apresentam maior precisão na conceituação do termo.

Após conceituar a cooperação internacional e apresentar os atores, cabe descrever algumas modalidades da cooperação internacional, que podem ser: econômica, social, cultural, técnica, entre tantas outras. As seguintes modalidades foram escolhidas, além da cooperação técnica, por serem parte do objeto da presente dissertação, a assistência

⁵ Original: Foreign Aid is defined here as a voluntary transfer of public resources, from a government to another independent government, to an NGO, or to an international organization (such as World Bank or the UN Development Program) with at least a 25 percent grant element, one goal of which is to better the human condition in the country received aid. (Lancaster, 2007, p. 9) Tradução dos autores, não oficial.

humanitária, cooperação econômica e militar. As modalidades são muito amplas, mas a maioria é confundida com a cooperação técnica, termo que é utilizado de maneira discricionária até pela OCDE e por outros órgãos. O objeto dessa dissertação encontra-se centrado na cooperação técnica, sendo que esta se subdivide em cooperação científica, tecnológica e educacional, por isso será analisada de maneira mais profunda em relação às outras modalidades acima elencadas.

2.2 MODALIDADES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

2.2.1 Assistência Humanitária

A assistência humanitária para Puente (2010) não é bem considerada uma modalidade de cooperação para o desenvolvimento, pois a doação é para casos emergenciais de calamidade por motivos naturais ou humanos. É uma das categorias de ajuda externa pela DAC/OCDE. Assim, o autor define ajuda humanitária “É um instrumento de curto prazo, tem como objetivo a preservação da vida e o alívio do sofrimento de populações que se encontram em situações calamitosas decorrentes de catástrofes de origem natural ou provocadas pela ação humana” (Puente, 2010, p. 62).

Realizada após os acontecimentos, como por exemplo, o terremoto do Haiti, a assistência humanitária foi amplamente utilizada como um instrumento de curto prazo para alívio de situações emergenciais, através de ONGs, da ONU e de entidades filantrópicas. Dentro da assistência humanitária, podemos incluir assistência alimentar, medicamentos e primeiros socorros.

Exemplos de assistência humanitária são fartos, tais como ocorreu recentemente quando a ONU destinou ajuda humanitária a República Centro Africana devido a constantes crises entre os muçulmanos do grupo Séléka e os cristãos do grupo anti-Balaka. O conflito entre esses grupos gerou uma situação de emergência que levou à intervenção da ONU no país. Segundo a ONU⁶, a luta que se iniciou desde dezembro de 2012 tem causado destruição e mais de 1,6 milhões de pessoas necessitam de ajuda alimentar. Como resultado desse

⁶ ONU. ONU: Violência na República Centro-Africana já obrigou um milhão de pessoas a fugir. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-violencia-na-republica-centro-africana-ja-obrigou-um-milhao-de-pessoas-a-fugir/>>. Acesso em 13 out. 2014.

conflito, houve uma grande redução de ingestão de proteína animal, o que está provocando preocupações das organizações internacionais sobre a desnutrição familiar.

A cooperação humanitária é diferente da cooperação econômica, e da cooperação técnica. Segundo Puente (2010), primeiro, a cooperação econômica exige transferência financeira diretamente ou indiretamente para os países. Os projetos que envolvem cooperação econômica são de grande envergadura e abarcam setores sociais importantes como a saúde e educação. Em comparação com a cooperação técnica, esta exige mais tempo para a sua elaboração, pesquisa prévia, execução e resultados em longo prazo. A assistência humanitária é para casos emergenciais, são implementos de primeira necessidade e não recursos financeiros que são seu objeto, e os resultados da ação devem ser imediatos, ou suprir necessidades imediatas.

2.2.2 Cooperação Econômica

A cooperação econômica é também um forte instrumento de política externa, visa à transferência de recursos financeiros, que também inclui perdão de dívidas e repasse direto a órgãos de ajuda internacional. Segundo Puente (2010) é a modalidade que abrange a maior parte dos recursos disponibilizados a cooperação para o desenvolvimento, vinculados a projetos que tem por objetivos efetuar reformas macroeconômicas.

A cooperação financeira constitui-se de conjunto de subvenções, investimentos financeiros a fundo perdido, doações (inclusive de bens necessários ao desenvolvimento), e créditos “concessionais” (em geral, de longo prazo e com taxas de juros mais favoráveis), vinculados a programas e projetos de reformas macroeconômicas, estruturais ou setoriais (incluindo ampliação de infraestruturas), e serviços de assessoria para a implementação desses programas e projetos. (Puente, 2010, p. 60)

São investimentos com a finalidade de impulsionar a economia, e ajudar os países subdesenvolvidos com auxílio financeiro na implantação de programas sociais de inclusão social, de crescimento econômico e também existem interesses de expansão de capital. É a forma de cooperação que lida diretamente com interesses capitalistas, visa gerar lucros futuros para os países desenvolvidos com o impulso de mercados competitivos e visibilidade internacional.

Os programas segundo Puente (2010) são mais usuais desde meados dos anos de 1990 para a execução dessa modalidade. Os projetos implantados nos países receptores necessitam

de uma intervenção precisa, limite temporal além de especificar os objetivos, atividades e despesas. Puente (2010) considera os projetos bastante versáteis que se adaptam facilmente as condições encontradas na época de sua execução. Muitos projetos necessitam de um rápido desembolso, e a crise dos anos 1980, ou fase do ajuste estrutural, fez com os doadores mudassem o foco.

Anteriormente, na década de 1970, eram construídos portos, rodovias, se investia em infraestruturas, a fase do ajuste estrutural fez com que encontrassem outros mecanismos de cooperação financeira. Também pode ser pela ajuda – programa, a cooperação neste caso acontece apenas para financiamentos de projetos e impõe condicionalidades políticas. Neste contexto, também exige a prestação de contas e boa governança como critérios de ajuda, é considerada pela OCDE como ajuda atada (*Tied Aid em inglês*), os países em desenvolvimento ficam a mercê de um leque de critérios para recebimento, além de estabelecimento de empresas dos países doadores em seu território nacional para a execução do projeto. A modalidade também pode ser de apoio ao orçamento através de doações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, ou diretamente dos países desenvolvidos ou dos países em desenvolvimento.

2.2.3 Cooperação Militar

A Cooperação Militar é uma das formas de cooperação mais antigas do mundo, pois a ação militar representa, desde primórdios, os imperativos de força e poder, seja de defesa, dissuasão, compulsão ou intervenção (Rezende, 2012). O Pós-Guerra trouxe para a pauta internacional a bipolaridade entre capitalistas e comunistas. Após o colapso da União Soviética, o comando capitalista nos anos 1990 tornou a cooperação um instrumento de defesa e manutenção da paz. Essa categoria de cooperação se tornou um instrumento de política externa e segurança (Rezende, 2012).

A ONU também utiliza a força militar para as suas operações de paz que aumentaram muito nos anos 1990⁷ com as parcerias para a paz da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O propósito da OTAN é proteger a liberdade e a segurança dos seus membros

⁷ REZENDE, Lucas. **Ferramentas para a Cooperação Militar na América do Sul – Considerações Teóricas.** SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS SEBREEI, Integração Regional e Cooperação Sul- Sul no séc. XXI, 20 a 22 Junho 2012, Porto Alegre/RS. Disponível em : <<http://www.ufrgs.br/sebreei/2012/wp-content/uploads/2013/01/Lucas-Rezende.pdf>>.

através de meios políticos e militares. Promove valores democráticos, encoraja a cooperação em defesa para a construção da confiança com o intuito de evitar conflitos em longo prazo⁸.

A OTAN possui um programa denominado de Parceria para a Paz (*Partnership for Peace*) que possui como objetivo aumentar a estabilidade dos países membros diminuindo as ameaças à paz, e construir um relacionamento de segurança entre os parceiros euro – atlânticos individualmente ou através de organizações internacionais. Apesar de que hoje esse discurso é bastante questionado diante dos amplos investimentos em guerras em nome da paz, por isso é bastante controversa essa modalidade de cooperação.

A cooperação militar também consiste na transferência de conhecimentos técnicos e novas tecnologias utilizadas atualmente, mas não se confunde com a cooperação técnica porque não influi diretamente nos problemas sociais como educação, saúde entre outros.

2.2.4 Cooperação Técnica Internacional

A cooperação técnica é uma transferência de conhecimentos, habilidades e técnicas de um país para outro, nas mais diversas áreas de conhecimento, notadamente saúde, educação, agricultura, turismo, dentre outras. Em grosso modo, essa modalidade é um fluxo de transferência de conhecimentos para os países em desenvolvimento. Ela não configura se houver transferência de ajuda financeira e militar (Lopes, 2008).

A cooperação técnica surge na década de 1940 para preencher lacunas da ajuda internacional para o desenvolvimento, pois os países receptores não possuíam conhecimento técnico e de capacidade de gestão de recursos do Estado (Puente, 2010). A transferência de recursos dos países desenvolvidos não acontece de maneira desinteressada, mas atada a condicionalidades, interesses econômicos e estratégicos mesmo que o discurso possa parecer altruístico. A finalidade dessa forma de cooperação é transferência gratuita de conhecimentos, mas ao mesmo tempo os países criam laços de parceria em outras áreas de cooperação internacional. Diante dessa realidade, essa categoria passou a ser considerada, um dos pilares da cooperação internacional para o desenvolvimento, além de ser a mais institucionalizada. Na literatura sobre o tema, as modalidades de cooperação normalmente são confundidas com a cooperação técnica na qual esta é a grande área e as outras submodalidades.

⁸ NATO/OTAN. What is NATO?. **A political and military alliance**. Disponível em : <<http://www.nato.int/nato-welcome/index.html>>.

A Carta das Nações Unidas foi um importante mecanismo de manutenção da paz no Pós-Guerra e estabeleceu princípios de Direitos Humanos fundamentais através da promoção do progresso social e melhorias nas condições de vida. A denominação cooperação técnica é um termo recente, inicialmente o termo utilizado era “assistência técnica”, estabelecido pela Resolução nº 200/1948 das Nações Unidas (Valler Filho, 2007). A ONU considerava a quantidade insuficiente de especialistas e técnicos capacitados um empecilho ao desenvolvimento. A resolução prevê a formação superior através da concessão de bolsas de estudos e de seminários (Lopes, 2008). A “assistência técnica” era uma forma de ajuda externa dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento juntamente com a ajuda financeira (Valler Filho, 2007). Essa denominação sofreu fortes críticas porque criava uma forma de perpetuação da dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos, com a dualidade “pobre” *versus* “rico”.

Na Assembleia Geral da ONU realizada em 1959 estabeleceu-se a Resolução nº 1.383/1959, que designava a mudança do uso do termo “assistência técnica” para cooperação técnica. Na prática não houve repercussão, a inferioridade e dependência dos países do “Sul” se mantiveram, o termo apenas amenizou a posição dos países em desenvolvimento. A carta da ONU também foi complacente com essa situação, ao mesmo tempo em que instaurava um regime de segurança internacional e cooperação, admitia a administração dos países colonizados e tutela por parte dos países desenvolvidos de alguns países do “Sul” (Valler Filho, 2007).

Diante desse quadro a ONU se preocupa com a segurança coletiva e com interdição de recursos a guerra, mantendo intacta essa visão Norte-Sul no qual o terceiro mundo não possuía lugar. Segundo Valler Filho o conceito de assistência prevalecia e surgiam às primeiras críticas a esse bipolarismo, assim discorre o autor:

Ao longo dos anos 50, prevaleceria o conceito de ajuda ou assistência internacional para minorar os efeitos do subdesenvolvimento, desconsiderando-se sua aceção de capacitação para o desenvolvimento. No final dessa década, no entanto, despontariam as primeiras críticas ao bipolarismo entre os Estados Unidos e a União Soviética e suas respectivas áreas de influência. (Valler Filho, 2007)

A “assistência técnica” apesar de sua mudança na resolução da ONU prevaleceu em termos práticos, mas muito criticada por causa da desigualdade dos parceiros, em que os países desenvolvidos ocupam a posição de doadores, e os subdesenvolvidos receptores

passivos e dependentes (Puente, 2010). Diante dos fatos o termo ajuda externa também sofreu críticas e passou a ser utilizado o termo “cooperação para o desenvolvimento”, apesar de ainda a denominação ajuda externa se manter para denominar a ajuda prestada pelos países industrializados da OCDE para os países subdesenvolvidos.

O conceito de cooperação técnica acompanhou a evolução da cooperação internacional e o novo contexto mundial de globalização. A década de 1970 foi marcada pela criação de um grupo de trabalho na ONU sobre a cooperação técnica, por ela ter se tornado um dos pilares da cooperação para o desenvolvimento, principalmente por ter sido a década em que a cooperação Sul-Sul surgia com força.

Até o final da década de 1970 como menciona Puente (2010, *apud* PORTUGAL, 1985, BROWNE 2006, DEGNBOL-MARTINUSSEN, 2004, p.66) a cooperação técnica era definida da seguinte maneira:

Um processo não comercial de transferência de conhecimentos, habilidades e técnicas, normalmente de países mais desenvolvidos para países de menor desenvolvimento, realizado mediante programas de treinamento (incluindo, inter alia, concessão de bolsas de estudo), aconselhamento, envio de técnicos e peritos, intercâmbio de informações, estabelecimento de consultorias, e doação de equipamentos e material bibliográfico vinculados a essas ações.

Essa definição iniciou suas mudanças em 1978 com a Conferência de Buenos Aires, considerado como um marco da cooperação técnica entre os países em desenvolvimento ou cooperação Sul. A conferência de Buenos Aires foi coordenada pela Unidade Especial da PNUD, criada em 1972, pela Assembleia Geral da ONU para a coordenação da cooperação Sul. Considerou-se essa modalidade de cooperação uma atividade de compartilhamento de tecnologias, recursos e capacitações provindas dos países em desenvolvimento, os recursos para a execução dos projetos podem ser provindos dos países industrializados, mas quem coordena a cooperação são as agências especializadas dos países em desenvolvimento então doadores.

A cooperação técnica é uma modalidade de cooperação de baixo custo, e alguns países em desenvolvimento iniciaram suas estratégias de política externa e visibilidade internacional através dessa modalidade e aos poucos foram se destacando como doadores ainda que de menor potencial. Os países não possuem muitos recursos e ainda dependem dos países desenvolvidos, por isso essa modalidade de cooperação não deverá substituir a cooperação

Norte-Sul, deve complementá-la, através da capacitação dos recursos humanos dos países em desenvolvimento. Os países que são os doadores emergentes precisam de apoio de organizações internacionais como a ONU, para poder executar os projetos de cooperação técnica.

Discute-se então a cooperação Norte-Sul como a tradicional ajuda externa do DAC/OCDE e o surgimento de países que não fazem parte dos potenciais doadores, mas que estão criando uma nova ordem mundial, que poderá competir com os atuais países industrializados, é uma discussão nova que ainda necessita de dados confiáveis sobre as suas positivities. Para entender esse debate é necessário estabelecer os parâmetros de doação tradicional e esmiuçar o que seria uma Cooperação Sul e o que esses novos doadores representam para os países em desenvolvimento.

2.3 BREVE HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Após a Segunda Guerra Mundial a Europa estava devastada, com uma grande instabilidade econômica e política. A redução da supremacia das potências coloniais originou-se da ausência de infraestruturas, meios de transporte, recursos humanos e do esgotamento dos recursos econômicos, diminuindo a exploração das colônias (Corrêa, 2010). Durante a guerra houve um uso intensivo das tropas coloniais pelos colonizadores, prática que criou nos combatentes um sentimento nacionalista com históricos de resistência ao colonialismo. O sentimento nacionalista das tropas foi cultivado por alguns países que diziam que o prêmio seria uma rebelião contra os colonizadores e a libertação nacional (Corrêa, 2010).

O modelo econômico e político dos EUA tornava ultrapassado o modo de ocupação das colônias, e a vitória da antiga União Soviética inspirava movimentos socialistas em diversas partes do mundo. Os movimentos de independência libertaram várias colônias nos anos 50, Cabo Verde o objeto dessa dissertação teve sua independência um pouco tardia em relação a outros países africanos, como o Marrocos (1956), Tunísia (1956), Gana (1957). A independência de Cabo Verde foi declarada em 5 de julho de 1975. A situação de precariedade das antigas colônias de acordo com Corrêa (2010) é devido ao fato de décadas de espoliação econômica e da promoção de conflitos étnicos que só serviam para disseminar o sentimento nacionalista, provocadas propositalmente para impedir a independência.

Após a independência das colônias, as ex – potências coloniais para não perder o espaço hegemônico, asseguraram através de políticas desenvolvimentistas ativos econômicos das antigas posses coloniais.

A continuidade da presença física das ex – metrópoles em diversos países da África, seja por meio de “ajuda ao desenvolvimento”, de atividades empresariais ou mesmo de tropas militares decorrentes de acordos de defesa, demonstrou ser um meio eficaz para manter as novas nações na órbita de política externa dos antigos colonizadores. (Corrêa, 2010, p.13)

O subdesenvolvimento das colônias deveu-se à exploração das potências coloniais, persistindo um vínculo que, segundo Corrêa (2010), trouxe consequências negativas econômicas e políticas. Além de afetar sua capacidade de articulação estratégica de política interna e externa. Com o fim do colonialismo e a fragilidade econômica das ex-colônias, os Estados Unidos da América (EUA) encontraram um espaço propício para a expansão do capitalismo, que estava limitado a algumas nações independentes. Segundo Ribeiro (2006), a ajuda americana era bem vista pela maioria bipartidária do Congresso Americano e fazia parte do orçamento público estatal.

O surgimento de diversas jovens nações era uma novidade, inicialmente pobres e com sérios problemas sociais e econômicos. Segundo Ribeiro (2006), a disputa por poder com a União Soviética originou o que o autor denominou de “racionalização” da ajuda. Os EUA voltaram a sua ajuda a países em construção, possuindo dois objetivos, o desenvolvimento econômico dessas jovens nações e, ao mesmo tempo, e o fortalecimento militar das mesmas em prol da promoção da segurança americana contra inimigos externos.

Os EUA implantaram o Plano Marshall para reconstrução da Europa Ocidental, e ao mesmo tempo, tentaram resolver a pobreza dos países asiáticos criando o Plano Colombo, para os países mais importantes do ponto de vista geopolítico (Corrêa, 2010). O Secretário de Estado George Marshall apresentou o vasto programa de recuperação econômica na Universidade de Harvard no ano de 1947 (Ribeiro, 2006). A motivação era a contenção do socialismo, e manter a expansão econômica capitalista europeia. Outros fatores também foram importantes, segundo Ribeiro (2006), havia um caráter humanitário apoiado pela generosidade dos cidadãos americanos e a participação de instituições privadas.

Os fatores econômicos significativos, segundo Ribeiro (2006), seriam a crescente interdependência do comércio mundial, e a crença de que os EUA não poderiam manter a prosperidade crescente em um mundo mal vestido e com alimentação inadequada. Criou-se uma dependência de matérias primas providas de países subdesenvolvidos. O governo estrategicamente entendeu que a solução para esse quadro seria a procura de novos mercados para exportações. O comunismo apresentava-se como uma ameaça política, e a ajuda aos países subdesenvolvidos, segundo Ribeiro (2006), significava uma maneira eficaz de

contenção da “invasão” ideológica marxista e de proteção da nação americana. Em 1948 foi criado o “*Economic Cooperation Agency (ECA)*”, para a reconstrução da Europa. Já em 1952 o ECA se transforma na “*Mutual Security Agency (MSA)*” e durante toda a década a sua principal função era a contenção do socialismo por meio de um fortalecimento econômico da Ásia Oriental e Oriente Médio (Ribeiro, 2006) (forma-se um grupo de países que mais recebem os investimento, nomeadamente a Coreia do Sul, Filipinas, Tailândia, Índia, Irã, Jordânia e Paquistão).

Em 1961 durante o governo Kennedy foi criada a *U.S. Agency for International Development (USAID)* (Ribeiro, 2006) que dirige, planeja e executa a assistência externa dos EUA até os dias de hoje. O objetivo da Agência era promover os interesses dos Estados Unidos e promover a ajuda internacional no mundo em desenvolvimento (USAID, 2014).

Diante desse quadro de manter a paz e ajuda humanitária foi criada a maior organização internacional que hoje articula todas as bases das Relações Internacionais entre países e organizações, denominada de Organização das Nações Unidas (ONU). A Organização das Nações Unidas foi uma organização criada com o fulcro de manter a paz entre os países no Pós-Guerra e o nome da organização foi concebido pelo Presidente dos E.U.A Franklin Roosevelt (ONU, 2013). A denominação foi utilizada pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas de 1942, assinada por 26 países em nome da paz no mundo. Em 1945 a Carta das Nações Unidas é oficializada e fora elaborada por 50 países perante a conferência de Organização Internacional em São Francisco em 1945 (ONU, 2013).

Hoje a organização possui sede oficial em Nova York e trabalha como uma importante organização de ajuda humanitária internacional. Estão ligadas a ONU várias outras organizações, cada uma exercendo uma função em prol do desenvolvimento e paz no mundo. A ONU possui 26 programas com agências próprias e orçamento próprio e seus funcionários estão ligados a organizações, estes ligados a acordos internacionais (Valler Filho, 2007). Diante da pobreza dos países subdesenvolvidos, os países do “Norte” mantiveram um compromisso de ajuda internacional, com intuítos econômicos e políticos, pois a maioria eram colônias dos países europeus, principalmente no continente africano.

Os EUA começaram a investir na América Latina e no Caribe nos anos de 1950 e 1960, os quais passaram por décadas de pobreza e abandono. Interessava aos norte - americanos manter os países da América Latina e do Caribe com um mínimo de estabilidade política, social e financeira, para conter o socialismo que estava surgindo com apoio de lideranças locais, não prejudicando as empresas estadunidenses instaladas nesses países (Corrêa, 2010). O desenvolvimento dos países da região não aconteceu como o mesmo

sucesso europeu. Na visão de alguns autores a ausência de mão de obra especializada, a injeção de capitais insuficientes, e principalmente a fragilidade dos governos seriam os fatores que conduziram o fracasso das tentativas americanas na região.

Porém, alguns países apresentaram melhoras significativas, por conta de lideranças desenvolvimentistas como é o caso do Brasil, México entre outros (Corrêa, 2010). Essas lideranças tentaram desenvolver um capitalismo local, de autonomia produtiva com uma base significativa, representando riscos para os interesses dos E.U.A Mais recentemente o desenvolvimento dos principais países latino-americanos e, mais especificamente o Brasil tornaram esses países potenciais doadores de ajuda ao invés de receptores históricos, como aconteceu durante a segunda metade do séc.XX.

2.3.1 Fases da cooperação internacional

Afonso Puente (2010) divide a cooperação em algumas fases. A primeira é denominada de fase da lacuna, ou do preenchimento de lacunas. Esta fase aconteceu entre a década de 1950 a 1960. Caracteriza-se, como a fase em que o pensamento econômico prevalecente, constituía-se no investimento maciço de capital nos países subdesenvolvidos. Os países pobres possuíam escassez de fatores de produção, mas detinham matéria-prima e mão de obra em abundância. O pensamento da época segundo o autor provinha da experiência dos investimentos econômicos do Plano Marshall, em que desenvolvimento e crescimento econômico eram considerados sinônimos. Esse modelo teve inspiração keynesiana, e da teoria de Rostow, que entendia ser condição inicial para o desenvolvimento o aumento na taxa de investimentos. O entendimento nessa época consiste no fato dos países em desenvolvimento não possuírem capital suficiente para uma poupança interna, o que originava uma lacuna de capital e um processo de ajuda externa voltada para injeção direta de capital.

A cooperação técnica e a injeção de capital compunham a ajuda ao desenvolvimento. Os países em desenvolvimento necessitavam de conhecimentos técnicos e de mão de obra especializada para dar as condições da devida absorção do capital investido. Essa fase também é caracterizada pela rivalidade entre EUA e a União Soviética, quando a cooperação para o desenvolvimento era uma forma das grandes potências manterem alianças estratégicas e influências políticas nos países alinhados. Assim discorre o autor:

Essa fase foi marcada ainda pelo acirramento das rivalidades Leste-Oeste. A cooperação para o desenvolvimento foi de fato utilizada pelas grandes potências

para manter alianças estratégicas e influência política sobre os países de sua órbita. Desde o início, a assistência externa também esteve vinculada à promoção do comércio e dos interesses econômicos dos doadores. (Puente, 2010, p.43)

A cooperação para o desenvolvimento, sempre fora acompanhado de interesses de ambos os países cooperantes, em busca de lucro por parte dos países com renda média alta. Em contrapartida melhorias das condições humanas por partes dos países em desenvolvimento.

A fase seguinte da cooperação é denominada de fase da dimensão social, que ocorreu durante os anos 1970. Na fase da dimensão social, a cooperação passa a ser vista não somente na ótica do capital. Nessa fase, segundo o autor dá-se conta das falhas do modelo de Rostow, na visão de alguns receptores não teria sido suficiente o fluxo de capital, mal aplicados ou mal aproveitado por alguns doadores. O que acontece é que aquele modelo não estava permitindo melhorias no crescimento dos países em desenvolvimento e os fluxos de investimentos não tiveram o retorno esperado. Nessa fase foi possível visualizar que os problemas do subdesenvolvimento vão além da injeção de capital. As teorias de desenvolvimento ganham visibilidade, e a variável populacional e de meio ambiente começam a ser analisadas como fatores desenvolvimentistas.

Nessa época, segundo Puente (2010), já se menciona como variáveis para análise do desenvolvimento tais como: redistribuição de renda; a marginalização da mulher; o nível da pobreza; e demais indicadores sociais. Essas variáveis começaram a ser utilizadas, após algumas correntes intelectuais desenvolvimentistas dos países desenvolvidos avaliaram em estudos esses novos indicadores. Essa fase é marcada pelo aumento significativo de ajuda multilateral, principalmente através do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Também pela emergência da discussão sobre o Terceiro Mundismo e da cooperação Sul através do movimento não alinhado que começava a ganhar corpo.

A fase do ajuste estrutural se iniciou nos anos 1980. Esta fase, segundo Puente (2010) é marcada pelas consequências da crise do petróleo dos anos 1970, e da recessão dos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento estavam passando por crises, e com dificuldades de manter equilibradas as contas externas, devido os seguintes fatores: dívidas externas; receitas de importação declinantes parcialmente pela baixa de preços de matérias-primas. A ajuda para o desenvolvimento é reduzida e criam-se empréstimos com fortes condicionalidades, orientada pelos ajustes estruturais, segundo o autor são compêndios de recomendações macroeconômicos, de cunho liberal que se baseiam nas forças de mercado, e

numa retratação da atuação do Estado. Incluía abertura econômica para investimentos externos, reforma fiscal, proteção da propriedade fiscal e proteção da propriedade privada e intelectual.

Em novembro de 1989, reúnem-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais, dos quais Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, que possuiu o título "*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas que haviam sido implantadas pelos EUA. Para relatar as experiências de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Ao final das reuniões sobre as dificuldades que se conseguiu ultrapassar os desafios seguintes, foi denominado de maneira informal de "Consenso de Washington" (Corrêa, 2010).

O "Consenso de Washington" contrariamente surgiu com planos de mudança para os doadores em relação à luta contra a pobreza, e seus objetivos sociais para a estabilização macroeconômica. Na verdade, o "Consenso" trabalhou para salvar o sistema financeiro internacional, e para isso impôs condicionalidades para que os países em desenvolvimento honrassem os compromissos internacionais, e não exatamente um desenvolvimento sustentável dos mesmos. Segundo Puente (2010) essa década foi considerada "perdida" para a África e América Latina, a primeira encontrava-se em condições deterioradas. As ações anteriores em prol do desenvolvimento foram prejudicadas e começou um fluxo de assistência humanitária. Nessa época surgem as ONGs que atuaram na assistência humanitária. A ajuda ao desenvolvimento passou a ser criticada pela ausência de efetividade, mesmo após décadas de investimento.

Após os eventos históricos da queda do Muro de Berlim e o final da Guerra Fria, iniciou a fase do pós-guerra ou da boa governança. Nessa época houve uma redução do volume de doação por conta das mudanças estratégicas dos principais doadores (Puente, 2010).

No campo político, ainda como resultante do final da Guerra Fria, eclodem conflitos étnicos e religiosos em várias regiões, que passam, em certo grau, a tomar o lugar da extinta rivalidade Leste-Oeste nas considerações de segurança estratégica dos Estados Unidos e seus parceiros da OTAN. O aumento de instabilidade, os conflitos referidos e as decorrentes catástrofes humanas fazem despontar, mais uma vez, a preocupação com a Assistência Humanitária e com novas áreas de cooperação (prevenção de conflitos, democracia preventiva, recuperação pós-conflito), em prejuízo da cooperação para o desenvolvimento. (Puente, 2010, p. 48)

O critério da boa governança foi utilizado nessa fase como uma condicionalidade da ajuda externa, por conta de três fatores como explica Puente (2010) falta de comprometimento dos países subdesenvolvidos, desvio das verbas para outros fins que não os iniciais e a corrupção endêmica ou generalizada. Segundo Cintra (2000), “[...] a Guerra Fria acabou diante do desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, abrindo caminho para um novo re-arranjo mundial de poder, a nova ordem internacional”⁹.

Puente (2010) explica, que essa nova ordem internacional, impõe mais condicionalidades como governos democráticos, seria assim uma forma de boa aplicação do capital privado nos países receptores nos quais seriam aplicados diretamente no desenvolvimento. A nova ordem internacional está focada em áreas como a saúde, educação, não somente no comércio e fluxos de capitais privados, estes, no entanto devem estar direcionados para o desenvolvimento (Puente, 2010).

No início dos anos 2000 o governo americano e a ONU lançam um programa denominado Objetivos do Milênio, que até 2015 devem atingir oito metas de desenvolvimento: combater a fome e a miséria; educação básica de qualidade para todos; igualdade entre sexos e valorização da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhoria da saúde das gestantes; combater a AIDS, a malária entre outras doenças; qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e buscar um envolvimento maior das nações no processo de desenvolvimento¹⁰.

Jeffrey Sachs (2005, p. 52), acredita que a atual geração da ajuda através dos Objetivos do Milênio possui as seguintes possibilidades:

- Cumprir as metas desenvolvidas até 2015;
- Acabar com a miséria até 2025;
- Garantir bem antes de 2025 que todos os países pobres tenham um progresso confiável diante da ajuda fornecida pelos países.

Nos anos 2000, a ajuda volta com toda a força com o lançamento do programa, além do fortalecimento da cooperação Sul-Sul surgindo como uma nova alternativa do desenvolvimento. Essa discussão terá tópico específico. As regiões ricas tiverem um maior

⁹ CINTRA, Rodrigo. **Brasil e o Novo Cenário Mundial: A Dinâmica de Inserção**. WP n° 186. Institut de Ciències Polítiques i Socials. Barcelona: 2000. p. 5

¹⁰ PNUD Brasil. Os objetivos do Milênio. **Oito jeitos de mudar o mundo**. Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/index.asp>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

progresso econômico, além do crescimento intelectual para a criação de tecnologias importantes para o aumento da produtividade de alimentos e medicamentos. “A tecnologia foi a principal causa por trás dos aumentos de longo prazo da renda no mundo rico” (Sachs, 2005, p.58). O crescimento econômico em alguns países consta como extraordinárias, mas ainda muitos países continuam na extrema pobreza e com estagnação econômica. Sachs considera que a ajuda ainda é a única solução para saírem da extrema pobreza, e aposta neste programa Objetivos do Milênio como um dos percussores do desenvolvimento em longo prazo.

2.4 AJUDA INTERNACIONAL AO DESENVOLVIMENTO NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA DAS TEORIAS ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Nas últimas décadas a pobreza assolou muitos países. As causas mais frequentes seriam economias pouco desenvolvidas, deficiência na administração dos recursos do Estado e ausência de mão de obra especializada. Além desses fatores, conforme a literatura existe uma ausência de sabedoria no manuseio da ajuda externa recebida. Os países não estariam preparados estruturalmente para investimentos de alta envergadura sem um preparo técnico do governo local na gestão do mesmo. Pode se considerar que uma das principais motivações é a manutenção dos altos padrões de vida dos países desenvolvidos como discorre Corrêa (2010, p.70):

Ora, sendo a preservação dos níveis de emprego e renda nacional uma prioridade para qualquer governo, a atuação da política externa e da política econômica local será diretamente influenciada pelas circunstâncias e necessidades internas dos países desenvolvidos. Nesse sentido, os governos dos países desenvolvidos entendem não haver qualquer contradição ética quando, de um lado, se comprometem a efetuar contribuições financeiras voluntárias ou concessionais a título de cooperação a países menos desenvolvidos e, de outro lado, apoiam explicita ou implicitamente suas empresas na ocupação de mercados no exterior, mesmo que nos casos de tal penetração é predatória em relação aos produtores e empreendedores localizados nos países mais pobres.

Os países desenvolvidos mantêm políticas de dinamização da sua economia interna, ocupando mercados internacionais através de suas empresas multinacionais. Diante desses fatos a ajuda externa para os países em desenvolvimento é bastante questionada sobre a sua eficácia, apesar do surgimento da Declaração de Paris sobre a efetividade e do “*Aid-for-Trade*” da Organização Mundial do Comércio (OMC) que consiste em ações de inserção e

aumento da capacidade de exportação dos países em desenvolvimento. Corrêa (2010) critica essa iniciativa de maneira bem pontual.

Essa iniciativa não chega a ser um programa estruturado com metas e recursos orçamentários próprios, uma vez que se baseia na iniciativa voluntária dos membros da organização e, dependendo do ponto de vista, poderia ser considerada como uma compensação – limitada – negativa dos países desenvolvidos em discutir na OMC novas relações de comércio internacional que favoreçam os países menos desenvolvidos. (Corrêa, 2010, p.71)

A cooperação Norte-Sul mesmo com essas medidas e condicionalidades de ajuda externa não conseguem garantir a eficácia da ajuda externa. A literatura questiona essas condicionalidades devido às crenças de que o mundo desenvolvido ou Ocidente é muito mais evoluído nos valores sócio - culturais.

A África é um continente que sofreu com a colonização, principal causa do começo de uma pobreza extrema e abandono por parte dos países desenvolvidos. Os problemas dos países e os costumes locais antes de qualquer desenho de cooperação ou mesmo na implantação de projetos devem ser analisados. Inicialmente deve ser feito um estudo sobre os reais problemas dos países, como o índice de desenvolvimento humano, capacidade de Estado em executar e planejar políticas de bem-estar social.

Corrêa (2010) explica que os países desenvolvidos possuem programas de desenvolvimento pré-estabelecidos cujos temas são problemas comuns aos países em desenvolvimento que não refletem os problemas específicos que diferenciam do geral. Os analistas da ajuda externa em relação à eficácia desta possuem opiniões divergentes. Por um lado os otimistas que acreditam que mesmo ineficaz, a ajuda ainda é a melhor solução para esses países. Os pessimistas acreditam serem as causas principais da ineficácia da ajuda serem que esta perpetua governos não democráticos, financia corrupção endêmica e falta mão de obra especializada para gerência dos recursos recebidos. Na última década artistas como Bono Vox, tem trazido o clamor para o aumento da ajuda externa para os países em desenvolvimento, apresentando-se como doadores através de entidades filantrópicas, como a do empresário Bill Gates.

Os EUA durante a Guerra Fria como já mencionado anteriormente, e a União Soviética prestavam ajuda externa aos países em desenvolvimento de acordo com os seus interesses estratégicos, de contenção estadunidense do socialismo de um lado, e de outro a luta contra o capitalismo (Radelet, 2006). A ajuda é acompanhada de um rol de interesses

econômicos e de estratégias de mercado. Em 2002 o Iraque se tornou o maior receptor do mundo com os maiores programas de reconstrução e desenvolvimento. A China utilizou a ajuda para ganhar suporte e reconhecimento para os seus governos. A China com o objetivo de aumentar seu PIB tem utilizado uma estratégia agressiva de busca de recursos minerais e agrícolas, na qual a ajuda externa é coadjuvante. Hoje a economia chinesa é a segunda maior do mundo com um PIB mundial de US\$ 8,939 trilhões de acordo com *Centre for Economics and Business Research*¹¹.

Diante do avanço e mudanças nas Relações Internacionais as visões da ajuda modificaram-se. O Consenso de Monterey¹² foi considerado um símbolo da nova era de ajuda externa, pautada nos Objetivos do Milênio da ONU. Os objetivos seriam concretizados com a mobilização de recursos internos, uma vez que os recursos externos do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e do *Millennium Challenge Corporation* (MCC) não eram considerados suficientes, assim seria necessário atrair investimentos privados e utilizar adequadamente os recursos.

Easterly (2008) afirma que as importantes vertentes teóricas da disciplina economia para o desenvolvimento, estão baseadas em ideias utópicas influenciando a parte prática da ajuda externa, sem ter em conta os reais problemas dos países. Easterly (2008) critica Sachs (2005) quando este afirma que os planos de acabar com a pobreza necessitam de um grande programa de ajuda, alcançado através dos Objetivos do Milênio da ONU. O autor não acredita que a ajuda pode acabar com a pobreza, mas em reformas internas que construam um caminho para a democracia. O caminho deve ser limpo, com governos responsáveis e mercados livres. Easterly (2008) afirma que já foram gastos mais de US\$ 2.3 trilhões em ajuda externa, mas não conseguir produzir medicamentos que conseguissem prevenir a malária, reduzindo as mortes causadas pela doença.

Os pesquisadores trabalham com teorias e técnicas de busca para a redução da pobreza, segundo o autor estes são cautelosos sobre os verdadeiros problemas que assolam esses países. Os pesquisadores admitem não saber a resposta para a pergunta de como acabar com a pobreza e se atentam aos fatores políticos, institucionais, sociais, históricos e

¹¹ Centre for Economics and Business Research. World Economic League Table Report. Disponível em: <<http://www.cebr.com/reports/world-economic-league-table-report/>>.

¹² O Consenso de Monterey é um documento oficial da Conferência Internacional na cidade mexicana de Monterrey. O documento demonstra o empenho dos Estados em enfrentar os desafios do desenvolvimento, como a erradicação da pobreza, alcançar o crescimento econômico sustentável e favorável à criação de um sistema equitativo e inclusivo no atual sistema econômico internacional.

tecnológicos¹³. As pesquisas seguem regras específicas e são feitos experimentos, testes das hipóteses, para responder ao problema da pesquisa.

Ao contrário dessa abordagem, o autor nomeia outro grupo que denomina de *planners* (planejadores), estes possuem metas previamente estabelecidas para acabar com a pobreza, com um aparato burocrático para o cumprimento das metas. A pobreza não é um problema para apenas alguns doadores solucionarem, mas de um esforço de muitas organizações internacionais para o seu combate. Os planejadores apelam para a criação de emprego e renda para os jovens. Easterly (2008), afirma serem necessárias fortes parcerias com o setor privado e com a organização da sociedade civil para promover o desenvolvimento e a erradicação da pobreza. Os problemas da pobreza não devem ser considerados como problemas de engenharia que podem ser resolvidos com técnicas pré-estabelecidas, mas com pesquisas com variáveis reais da pobreza.

Radelet (2006) afirma que a ajuda, seja bilateral ou multilateral, está atada a condições que parcialmente sustentam interesses econômicos para certas firmas ou setores dos países doadores. O exemplo mencionado por Radelet (2006) é em relação aos EUA, citando o caso da ajuda atada a compra de alimentos produzidos pela agricultura norte-americana e transportada por empresas daquele país. Essa forma de transporte pode demorar mais do que se a comida tivesse sido comprada em um país vizinho.

Alguns países doadores estariam tentando reduzir essa prática como forma de diminuir o impacto negativo da ajuda atada nesses países, recebendo pelo menor preço do dólar. Os EUA possuem um discurso de que a ajuda não está atada, mas esta segundo Radelet (2006) gira entre os 75% do montante desembolsado, o mesmo acontece com a Grécia em torno de 70% do total. Em países como Canadá e a Austrália a ajuda atada gira em torno dos 40% do montante. Por outro lado países como Irlanda, Noruega e Reino Unido apresentaram uma menor percentagem de ajuda atada. Segundo Radelet (2006) a ajuda é projetada para atender os seguintes objetivos:

- Estimular o crescimento econômico e a infraestrutura do país receptor;
- Servir de suporte para os setores produtivos como a agricultura trazendo novas ideias e tecnologias;
- Fortalecer a educação, a saúde, meio ambiente ou sistema político;
- Dar suporte ao consumo de alimentos de subsistência entre outras mercadorias de primeira necessidade durante o socorro ou crises humanitárias.

¹³ Idem.

Radelet (2006) afirma não existir uma relação aparente entre ajuda e crescimento, no sentido de ser complexo resolver o problema no seu âmago. Os países com doenças endêmicas, guerra civil, dentre outros problemas sociais causados com a falta de estrutura, receberam por muitos anos ajuda externa e apresentaram melhoras apesar de suas economias se manterem fracas. Uma relação que poderia ser positiva entre a ajuda e o crescimento de acordo com o autor é a doação de mais ajuda aos países com baixo crescimento como Guiné-Bissau, e menos ajuda a países que mantêm uma economia dinâmica, a China é um bom exemplo. Esta prática seria uma forma de ajuda eficiente segundo estes autores, mas os debates são inúmeros e não entram em consenso.

Moyo (2009) uma economista que estuda o continente africano e suas agruras em torno deste tema, critica a ajuda destinada ao continente como a soma total dos empréstimos e doações que retardam e sufocam o desenvolvimento da África. Denominou esse fenômeno de assassino silencioso do crescimento. Os países em desenvolvimento para a autora recebem muita ajuda externa, sem uma avaliação prévia por parte dos doadores das realidades locais, sem a existência das pesquisas necessárias, como bem colocou o autor William Easterly (2008).

A economista acredita que a ajuda é uma das maiores causas da corrupção, que juntamente com os recursos naturais tende a ser uma fonte de riqueza, susceptível de roubo, e oportunidades de enriquecimento pessoal dos políticos. A ajuda acarreta um círculo vicioso sustentando governos corruptos, proporcionando-lhes dinheiro de maneira livre e fácil. O estabelecimento de instituições civis, com transparência, garantia dos direitos e liberdades individuais, torna os países subdesenvolvidos sem atrativos para investimentos (Moyo, 2009). Diante do atual quadro a ajuda reduz o crescimento econômico, diminuindo as oportunidades de emprego e aumento dos níveis de pobreza. Os fluxos de ajuda que não possuem um planejamento próprio estão colocando em causa a sua aplicação eficiente. O próprio Banco Mundial acredita que a melhoria dos salários no serviço público reduziria a corrupção.

Investimentos são necessários na educação, os bem educados não aceitam trabalhos que não paguem o suficiente para sua formação. Em países que os governos não podem pagar funcionários qualificados, abre-se um espaço para que pessoas mal qualificadas enveredem para o caminho da corrupção. A corrupção endêmica segundo Moyo (2009) afetam os contratos públicos que muitas vezes não possuem o controle sobre a execução de projetos e a transparência, enfraquecendo-os. Quanto maior o projeto, maior a oportunidade de roubo. A autora segue afirmando que a qualidade da execução dos projetos é fundamental, quanto mais

bem executado um projeto melhor a eficiência da ajuda. Os projetos de infraestrutura são os mais caros e mais superfaturados. Diante desse quadro de corrupção o país receptor acaba analisado internacionalmente como altamente corrupto. Impedido de receber ajuda externa por conta das condicionalidades, causando sérias consequências à população que muito precisa dos serviços.

Warmerdam e Haan (2012) analisam e fazem objeções a ideia de que a ajuda é um estímulo para a corrupção, explicam que é um pensamento perfeitamente compreensível durante a Guerra Fria. Segundo Warmerdam e Haan (2012), as agencias internacionais doadoras tem observado bem de perto a corrupção nas últimas décadas, e o reconhecimento de seu papel em instituições informais. A ajuda segundo pesquisas é mais efetiva em países menos corruptos e com uma boa governança (termo utilizado no sentido de gestão dos recursos públicos de maneira eficaz). Os autores afirmam que não se pode generalizar e ligar a ajuda externa a uma ideia de corrupção. Funcionários públicos bem pagos tendem a serem menos corruptos, mas não necessariamente está ligada a eficácia da ajuda, devem ser analisados outros fatores importantes como a transparência das contas públicas, etc.

A ajuda externa também é estudada pelo economista Jeffrey Sachs (2005), o autor afirma que a população mundial está em torno de 6.3 bilhões de pessoas e que pelo menos 5 bilhões já alcançaram o primeiro degrau de desenvolvimento. Sachs (2005) distingue três tipos de pobreza:

- Extrema – as pessoas não possuem as condições básicas de sobrevivência, a renda é de até 1 dólar por dia, sofrem com problemas como a fome crônica, não possuem acesso a saneamento básico, educação e saúde. Está situada principalmente na África subsaariana;
- Moderada – as pessoas conseguem manter apenas o básico, ganhando 1 a 2 dólares por dia;
- Relativa – quando comparada as sociedades ricas estão mais estáveis e já alcançaram pelo menos o primeiro degrau de desenvolvimento.

Diante desses fatores Sachs (2005) concorda que devem ser substituídas as visões neoliberais da era do ajuste estrutural da cooperação e iniciar uma nova era. A aposta do autor é de que a nova geração encontra-se preparada para acabar com a pobreza. Os países ricos devem criar mecanismos e projetos para pôr fim à pobreza, em conjunto, todos numa ampla rede global de combate. Sachs (2005), afirma que os países não conseguem prosperar pela

falta de estímulo a poupança familiar. Um exemplo apresentado pelo autor demonstra como seriam possíveis através de complexos passos, influências positivas na renda familiar e na economia do país.

A família possui uma pequena produção de milho para consumo próprio, o primeiro passo seria a família produzir e alimentar-se e conseguir poupar certo excedente. A mesma família conseguiria investir em outros produtos. O autor mostra que a renda aumenta, assim também se amplia a dimensão de mercado. As atividades econômicas irão se dividir em outras atividades criando emprego e aumentando a qualidade de vida dos moradores. Para Sachs (2005) torna-se importante a utilização de novas técnicas de fertilização de terrenos que aumentam a produtividade do solo. Por último, as tecnologias e a alta produção fazem com que a família se mude para uma grande fazenda que existe tecnologia que controle a mosca¹⁴ que transmite a cegueira dos rios africanos (conhecida também como oncocercose). Assim a família terá mais condições físicas de expandir a plantação, diminuindo a fome com a alta produção da família.

Numa economia da realidade essas fases são importantes, mas muitos fatores influenciam no desenvolvimento.

Nas economias reais um aumento do PIB *per capita* é tipicamente o resultado da maioria desses quatro processos em funcionamento simultâneo: poupança e acumulação de capital, aumento da especialização e do comércio, avanço tecnológico (e um crescimento resultante da produção para uma determinada quantidade de insumos) e recursos naturais maiores por pessoa (um resultante aumento de nível de produção por pessoa. (Sachs, 2005, p. 82)

Os pobres estão presos à própria incapacidade de produção de capital por pessoa e não possuem infraestrutura (Sachs, 2005). Os pobres de aldeias miseráveis do continente africano não possuem estradas trafegáveis, caminhões, sistemas de gerar energia e fertilizantes. O capital humano encontra-se debilitado por doenças como a malária e o HIV, seca, fome, altas taxas de mortalidade infantil e de analfabetismo. Nesses países a maior luta é pela sobrevivência. A pobreza extrema está crescendo na África, ao mesmo tempo em que está diminuindo na Ásia, pois no primeiro continente, muitos países encontram-se em condições

¹⁴ A mosca negra é um inseto que provoca doenças nos humanos, e estas se reproduzem em rios. A Oncocercose é uma doença que afeta a pele, olhos e tecidos linfáticos. A doença é conhecida como a principal causadora de cegueira na África, à doença já infetou mais de 37 milhões de pessoas segundo a ONU. Informações na Web Site Oficial, disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/25151>>. Acesso em 15 out. 2014.

desfavoráveis sem acesso a portos e estradas. As aldeias mais distantes dos mercados regionais não possuem acesso fácil a gás para cozinhar e eletricidade. Sachs acredita que atitudes mais simples como medicamentos para HIV e malária, projetos sociais eficazes de conscientização, enfrentamento de problemas culturais desses países, são possíveis através do empenho dos doadores. Assegurar a todos os pobres a possibilidade de sobrevivência e nutrição corporal é um como discorre Sachs:

Se a ajuda externa for suficientemente substantiva, e tiver duração suficiente, o estoque de capital crescerá o necessário para elevar as famílias acima do simples de subsistência. Nesse ponto a armadilha da pobreza se rompe [...] O crescimento se torna autossustentado mediante poupança familiar e investimentos públicos assegurados por tributação das famílias. Nesse sentido, a ajuda externa não é uma esmola, mas um investimento que rompe a armadilha da pobreza para sempre. (Sachs, 2005, p. 288)

Os países ricos não precisam investir nos países pobres para torná-los ricos, basta que invistam o suficiente para que eles consigam subir degraus de desenvolvimento, o dinamismo econômico causa crescimento autossustentado. Libertando os pobres da armadilha da pobreza, diminuiriam as suas necessidades primárias e a dependência dos países desenvolvidos (Sachs, 2005). A ajuda ao continente africano é criticada por Sachs (2005), que considera a média observada da ajuda internacional de US\$ 30,00 por habitante na África Subsaariana. O autor considera inferior para o sucesso esperado com os planos de ajuda. Sachs (2005) assenta que os dirigentes do mundo são preconceituosos com o continente africano, as atitudes tomadas são antipobres e antiafricanos. A governança é ruim porque o continente é pobre, e os países tendem a crescer de maneira lenta em relação a outros países do mundo com governança similar.

Sachs (2005) afirma que o subdesenvolvimento é negligenciado pelos países desenvolvidos e de organizações multilaterais como o Banco Mundial e o FMI. O autor apresenta um método de desenvolvimento denominado de “economia clínica”, que consiste em avaliar um problema econômico por diversas perspectivas e estabelecer um diagnóstico complexo, que compreenda bem as suas causas. O problema deve ser constantemente monitorado e avaliado com seriedade e compromisso, tendo em mente toda a extensão da região pobre e seus principais pontos que devem atacados para as melhorias nas condições de vida.

A boa governança não está na democracia, mas em uma redução da pobreza e aumento dos níveis educacionais como afirma Sachs (2005) “A questão não é que a África vai disparar economicamente agora que está se democratizando, mas sim a acusação de autoritarismo como obstáculo básico à boa governança está ultrapassada.”¹⁵ Os africanos possuem muita força de trabalho, não são preguiçosos, o que acontece é que os solos nos países pobres não são férteis o suficiente para a produção agrícola, faltam sistemas de irrigação. Os africanos trabalham arduamente todos os dias, inclusive as crianças, característico de países pobres com altas taxas de analfabetismo.

Existem diversas campanhas em prol dos países pobres e uma delas foi o Jubileu 2000, mais de 22 milhões de assinaturas foram recolhidas em mais de 60 países pedindo o cancelamento das dívidas dos países pobres. O controle do HIV foi outro projeto liderado por Sachs (2005), considerado audacioso pelo custo de US\$ 3 bilhões por ano, que promoveria o tratamento da doença. Easterly (2008) critica Sachs (2005) no sentido de não acreditar que a pobreza possa acabar através do aumento da ajuda, o grande problema segundo o autor são os planos sem avaliação da real situação desses países. Os países pobres não conseguem superar a situação de dependentes, após a execução de projetos sem uma pesquisa prévia.

Além de analistas de ajuda externa dos países desenvolvidos existem análises da literatura sobre os “novos doadores”, são países que conseguiram se desenvolver através da cooperação internacional recebida e que se tornaram doadores apesar de ainda receberem ajuda externa. O mundo está numa fase de globalização e os países desenvolvidos durante décadas cooperaram com países em desenvolvimento, e após as melhorias consideráveis estes também se tornaram doadores devido as suas estratégias positivas de desenvolvimento. Os países em desenvolvimento aplicam as suas descobertas tecnológicas, tal como tratamentos para doenças, em outros países também em desenvolvimento criando uma nova ordem mundial de doação, um desses países é o Brasil então objeto dessa dissertação.

2.5 COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL: alternativa ou complementar?

O início da projeção da cooperação internacional Sul-Sul ocorreu com a conferência de Bandung em 1955. Neste encontro discutiram-se formas de promoção do desenvolvimento, encarando os desafios que são comuns entre os países pobres. A conferência se destacou por ter enfatizado a necessidade de cooperação entre os países da África e da Ásia, encorajando o

¹⁵ Sachs, 2005, p. 359

comércio entre as nações (Renzio, 2013). Em 1960, após a Conferência de Cairo sobre os problemas econômicos formou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o início da discussão sobre essa nova ordem mundial. A Conferência de Buenos Aires foi um marco para a cooperação Sul quando criou a Unidade Especial no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A PNUD/ONU define a Cooperação Sul-Sul:

South-South cooperation is a broad framework for collaboration among countries of the South in the political, economic, social, cultural, environmental and technical domains. Involving two or more developing countries, it can take place on a bilateral, regional, subregional or interregional basis. Developing countries share knowledge, skills, expertise and resources to meet their development goals through concerted efforts. Recent developments in South-South cooperation have taken the form of increased volume of South-South trade, South-South flows of foreign direct investment, movements towards regional integration, technology transfers, sharing of solutions and experts, and other forms of exchanges. Collaboration in which traditional donor countries and multilateral organizations facilitate South-South initiatives through the provision of funding, training, and management and technological systems as well as other forms of support is referred to as **triangular cooperation**. (United Nations Office for South-South Cooperation, 2014)

A cooperação Sul-Sul nesse sentido significa que os países em desenvolvimento devem cooperar para o combate aos desafios comuns. Os países devem colaborar nos domínios político, econômico, social, e técnico. A cooperação Sul-Sul se pauta na transferência de habilidades técnicas, compartilhamento de novos conhecimentos e doação de recursos. Os doadores tradicionais devem apoiar através de suporte tecnológico e financeiro na execução dos projetos de cooperação técnica. Nesse ponto, percebe-se que a ONU mantém uma visão da importância da cooperação Sul-Sul e que a cooperação tradicional deve complementar e apoiar para que o impacto nos países seja positivo em longo prazo. Hoje existem diversos atores, em posições que não se configuram nem cooperação “Norte-Sul” nem “Sul-Sul”, como a cooperação trilateral, entre uma organização, um estado, e um país receptor.

A cooperação Sul-Sul pode ser bilateral, quando acontece entre dois países ou entre um país e uma organização internacional; também pode ser entre dois países e uma organização denominada de cooperação trilateral. Ainda a cooperação poderá ser multilateral, ou seja, vários atores internacionais atuando no mesmo acordo internacional. Características iguais à cooperação tradicional, mas não se deve confundir cooperação Sul-Sul com a

cooperação Norte-Sul. Mesmo que um país pobre participe da cooperação, não se configura cooperação Sul-Sul se a ajuda não partir de um país em desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento, segundo a ONU devem melhorar sua capacidade criativa e encontrar soluções para seus próprios problemas de acordo com as suas reais necessidades. Os países devem ser parceiros e trocar experiências, cultivar metas de desenvolvimento próprio de sua realidade local (*United Nations*, 2014). A cooperação Sul-Sul tem sido vista como positiva na medida em que aumenta o poder de barganha e dá voz e credibilidade em negociações multilaterais, além da promoção da integração econômica. A cooperação técnica é um meio de baixo custo de fazer cooperação por isso se tornou um dos pilares da cooperação Sul-Sul e é um forte instrumento de política externa, embora seja confundida com as demais formas de cooperação.

A utilização do termo Sul-Sul causa discussão em relação a diversos fatores. Corrêa (2010) entende como sendo um sistema de crenças e generalizações, devido a muitos países em desenvolvimento estarem situados no hemisfério norte. Corre-se o risco de perpetuar uma visão de divisão de nações, “pobres” versus “ricos”. Os fatores econômicos, socioculturais, entre outros indicadores generalizados determinam se o país é desenvolvido ou subdesenvolvido.

Corrêa (2010) se questiona acerca dessa divisão, analisando se a mesma não serviria para perpetuar uma visão política hegemônica, ou se esse novo mecanismo de cooperação poderia romper o rígido controle dos países desenvolvidos. O autor questiona se seria oportuno falar do surgimento de novas potências globais, de articulações sub-regionais, regionais e inter-regionais. Ainda enfatiza que essa nova agenda internacional possa criar uma nova ordem global e competitiva, que pode não ser tão positiva se os países se associarem à cúpula G-8,¹⁶ através da renovação de estratégias que promovem interesses particulares sem uma visão coletiva de desenvolvimento. Essa divisão cria uma visão obsoleta das atuais agendas internacionais, prevalecendo uma visão de pobreza e dependência no “Sul”.

Nem todos os países do Sul permanecem nesse estado de pobreza extrema e após décadas de ajuda se tornaram doadores e mantêm a dupla faceta de receptor e doador. Denominados de “*emerging donors*” esses países estão se destacando como os “novos doadores” e alguns autores questionam essa ajuda pela falta de condicionalidades e por não possuírem o interesse aparente de fazer parte da lista do DAC. Os países que se destacam

¹⁶ A cúpula G-8 é um grupo cuja criação partiu dos EUA, composto dos países mais ricos do mundo para ajuda aos países em desenvolvimento na superação das diversas crises dos anos de 1990. (Cintra e Viana. G20 os desafios da coordenação global e da regulação financeira. IPEIA, s.d)

nessa nova agenda global sulista são: a China, Índia, Brasil e Rússia. Alguns países estão conquistando de maneira mais discreta um espaço na arena internacional, entre os quais: o Chile, a Indonésia, os Estados do Golfo e a África do Sul (Burges, 2012).

A nova ordem internacional é a discussão do séc. XXI, e objetiva criar condições mais confortáveis para os países em desenvolvimento nos mercados internacionais através da UNCTAD (Gonçalves, 2011). A finalidade da criação desse órgão na ONU é, segundo Gonçalves, de reduzir as distorções comerciais internacionais entre os países ricos e pobres, sem questionar a ordem existente que causou o seu esvaziamento durante a década de 1990. A ideia era de livre concorrência e que cada país conquistaria seu espaço através da competitividade. Segundo o autor, outros segmentos na ONU ficaram intocados, como o Conselho de Segurança que apesar das reformas e clamores pela sua reforma, se mostraram relutantes em relação à participação como conselheiros permanentes países em desenvolvimento. Os países em desenvolvimento não possuem condições de individualmente alterar essa nova ordem internacional, por isso são necessárias essas novas coalizões de países com objetivos comuns na nova política internacional geoestratégica.

Segundo Gonçalves (2011), a formação dessas coalizões de países é muito difícil, devido a distintas realidades apresentadas, se tornando complicada uma reunião de países que não contenham peso político suficiente para negociar junto aos países desenvolvidos. O autor ainda acrescenta que os países desenvolvidos possuem vários tipos de relações com diversos países ao mesmo tempo, em consequência o que estiver pauta da reforma não atinge outros campos de interesses. Os liberais não acreditam na ascensão dos países periféricos por considerarem que esses países por uma fatalidade da história estão fadados a serem pobres e que o máximo que podem alcançar é se tornarem países modernizados. Gonçalves (2011) afirma que uma abordagem nacionalista das relações internacionais contribui para democratização das relações internacionais e traz mais fidelidade a uma nova distribuição de poder mundial.

Lopes (2008) se refere a esses países como os “Não - DAC” que, como já mencionado não fazem parte da lista da OCDE e argumenta com dois autores Manning e Catrina Schölger para explicar se a cooperação seria complementar ou alternativa a cooperação tradicional. Manning (2006 *apud* Lopes, 2008) critica esse termo “novos doadores” e argumenta que nos anos de 1960 a URSS ultrapassou os EUA e o Banco Mundial como doadores por conta da represa de Assuã no Egito. A crise de Suez de 1956 teria aproximado o Egito da União Soviética, a nacionalização do país ocorreu através do canal de

Suez na gestão do então Presidente Nasser, a URSS apoiou economicamente e militarmente durante essa época, ultrapassando a então principal potência mundial.

A China também investiu no continente africano durante a Guerra Fria como na construção da ferrovia de Tam-Zan que liga o Tanzânia a Zâmbia. Manning (2006 *apud* Lopes, 2008) a importância do Brasil junto a CPLP através de acordos bilaterais e multilaterais desde anos 1970. Os países asiáticos como a Índia proveram ajuda externa através do Plano Colombo em 1951 para a reconstrução dos países da Ásia e do Pacífico no pós-guerra. O Kuwait em 1961 estabeleceu o primeiro fundo do Oriente Médio responsável por boa parte da ajuda através da OPEP, uma organização de exportação de petróleo e das políticas de venda desse mineral. Diante desses fatos o termo novos doadores não é considerado apropriado na medida em que as políticas de doação existem desde década de 1950. Manning divide os países nos seguintes grupos:

- Membros da OCDE que não fazem parte do DAC (Ex: Turquia, Coreia, México);
- Membros da União Europeia que não fazem parte da OCDE;
- Países e Fundos do Oriente Médio e da OPEP que priorizam ajuda a África e aos países muçulmanos;
- Doadores “Não-DAC” que não fazem parte de nenhum dos grupos anteriores (Ex: Brasil).

Os países “Não-DAC” são uma preocupação para o autor, pois não seguem as normas de doação do DAC e de prestação de contas. A ajuda é de maneira indiscriminada e o autor aponta alguns riscos dos quais esses países podem impedir o avanço dos países altamente endividados. Os países endividados conseguem empréstimos nos fundos sem condicionalidades mantendo o círculo vicioso de endividamento. A prestação de contas é um processo histórico do DAC/OCDE, que pode ser colocado em risco pelas novas formas de doação e que os “Não –DAC” deveriam incorporar as exigências dos doadores tradicionais.

Catrina Schölger critica Manning e acredita em países como o Brasil podem se tornar um modelo de doador devido aos planos de desenvolvimento se apresentar em longo prazo. O Brasil criou um compromisso e se posicionou de maneira privilegiada com uma relação de confiança dos países do Sul sem uma postura hostil com os países do Norte. O Brasil é reconhecido pela autora como um doador compromissado com o multilateralismo e assim adquiriu confiança e importância no Sul global. A autora também coloca o Brasil como um forte instrumento intermediário das relações Sul com os países do Norte. Lopes (2008)

menciona que o governo alemão coloca o Brasil como um país âncora, no qual a cooperação brasileira teria efeitos multiplicadores no âmbito regional. Catrina Schölger sugere a criação de formas alternativas de cooperação a partir da atuação de países que gozam de reconhecimento tanto do Sul como do Norte.

Burges (2012) argumenta que a cooperação Sul não se apresenta de menor importância pelos valores doados permanecerem ínfimos diante da ajuda tradicional, e que esta não possa ser subestimada. A proposta da cooperação Sul-Sul é de maneira diferenciada, mais solidária e com intenções reais desenvolvimentistas. O autor argumenta que até as Agências dos DAC reconhecem a importância da cooperação Sul, oferecendo grandes conhecimentos e aplicando técnicas de sucesso e que alcançaram metas de desenvolvimento.

A cooperação Sul também apresenta o lado cultural e social entre os países cooperantes que não possuem o legado do colonialismo europeu. A cooperação técnica é de baixo custo e a burocracia dos governos reduzida, a doação é direta ao país e não utilizam as regras contábeis que incluam normas do DAC/OCDE. Os “Não-DAC” são bastante independentes na sua tomada de decisão de certa forma, alguns países como México e Chile seguem modelos dos doadores tradicionais, e países como o Brasil, Índia e China preferem se relacionar com grupos que possam ter influência internacional.

A China possui diversos programas de treinamento, tendo graduado mais de 10.000 africanos entre 2006 e 2009 como parte de um sistema que oferece bolsas de estudo de até 4.000 vagas por ano. Burges (2012) alerta que o foco de concentração do Sul seria a Índia e a China e que esses países estejam excessivamente interessados em recursos naturais. O acordo pode ser baseado em empréstimos sem condicionalidades em troca de recursos naturais, sendo apontada com grande preocupação que prejudica a eficácia da ajuda prestada e como Mennig havia alertado os países podem entrar num círculo vicioso de endividamento. As ajudas através de infraestrutura são as mais criticadas por serem projetos com intuito comercial. A cooperação Sul é considerada pelo autor como pioneira na abertura de novos mercados, com bancos estatais que financiam empréstimos e favorecem as empresas estatais na execução dos projetos.

No caso brasileiro, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) financia a internacionalização de construtoras como a OAS e a Odebrecht na construção de usinas hidroelétricas, portos, dentre outras infraestruturas. Burges (2012) argumenta que os “novos parceiros” tem sido mais eficazes no combate a pobreza do que todos os doadores do Norte; que políticas públicas de sucesso são implantadas em outros países e isso é algo positivo. Portanto a discussão sobre ser alternativa ou complementar não

termina e continua em aberto diante do vácuo da literatura. Manning acredita que os “novos doadores” devem permanecer na cooperação com os padrões do DAC/OCDE, defendendo a posição de que a doação sem condicionalidades seria perigosa para os países pobres. Schölger, no entanto, acredita que os países devem buscar formas alternativas de cooperação a partir da cooperação com o Sul global.

Diante dessa análise ousou dizer que a cooperação com os países desenvolvidos é primordial, diante da necessidade de alguns Estados de manter os serviços básicos funcionando. Somente a cooperação Sul se apresenta insuficiente para suprir essas deficiências por ausência de capital financeiro para tal. Além da necessidade da intervenção de organizações internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, dentre outras fontes de financiamento.

3 COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL SUL-SUL BRASILEIRA PRESTADA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003/2010)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cooperação brasileira é pautada no princípio da horizontalidade ou parcerias com os países em desenvolvimento do Sul ou cooperação Sul-Sul. O Brasil é um país que segue uma política externa de cunho regionalista (América Latina/Central/Caribe) e alcançou após décadas de diplomacia o plano hemisférico (África, Ásia e Oriente Médio). O Ministério de Relações Exteriores (MRE) não considera o Brasil um doador emergente como querem colocá-lo, mas um parceiro de ajuda que auxilia os países pobres nessa empreitada que é o desenvolvimento. Crescentes foram os debates no âmbito da cooperação Sul-Sul para inserção dos países em desenvolvimento no fluxo dos mercados internacionais em condições mais igualitárias, debates esses que não obtiveram muito sucesso.

Diante desses fatos, o objetivo desse capítulo inicialmente é fazer uma evolução histórica institucional da cooperação brasileira. Inicialmente foi criada uma Comissão Nacional de Assistência Técnica pouco estruturada nos anos de 1930 - o Brasil nessa época ainda permanecia como receptor de ajuda. Aos poucos, as políticas desenvolvimentistas permitiram que o Brasil pudesse discretamente ampliar seus horizontes se tornando um doador.

A demanda pela cooperação brasileira aumentou ao longo do tempo e o governo precisou ampliar a estrutura de uma maneira que permitisse ampliar os horizontes da cooperação brasileira. A Agência Brasileira de Cooperação surge dessa vontade do Brasil se projetar internacionalmente e, ao meso tempo, necessitar de estrutura para a ampliação das modalidades de cooperação.

Em um segundo momento será analisado a política externa do governo Lula, que representou um momento de impulso da cooperação brasileira, fazendo coalizões com outros países em desenvolvimento, nomeadamente China, Índia, África do Sul e Rússia. O Brasil precisava de força política e voz nos fóruns internacionais. Em seguida, serão analisadas algumas modalidades da cooperação brasileira prestada. E por ultimo, uma análise das relações entre o Brasil e o continente africano, especificamente analisando os projetos de cooperação nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Devido ao objeto desse estudo ser a cooperação técnica, será analisada de forma mais aprofundada. Tentar-se-á fazer um panorama da cooperação técnica brasileira e apresentar de acordo com os dados oficiais as atribuições da Agência Brasileira de Cooperação. Também será realizada uma análise de dados sobre o seu avanço ao longo dos oito anos de mandato do Presidente Lula.

3.1 HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA: Do CNAT a ABC

As primeiras iniciativas de cooperação em prol do desenvolvimento nacional aconteceram durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Valler Filho (2007) afirma que o Brasil estava sofrendo diversas transformações: culturais; sociais; reformas políticas; crescimento das cidades; transformações na literatura e na música. Assim discorre o autor:

A partir da Revolução de 30, a diplomacia brasileira passaria a ser colocada gradualmente a serviço do desenvolvimento nacional. Ela seria chamada durante o Governo Getúlio Vargas a negociações delicadas, pois, na época, os partidários da Alemanha e dos Estados Unidos que integravam o governo iriam manobrar intensamente, sobretudo a partir da eclosão da guerra, para fortalecer ou para inverter, conforme o caso, as alianças internacionais do País. (Valler Filho, 2007, p. 62)

O autor afirma que Vargas criou um jogo político que mantinha relações com os EUA e a Alemanha, e que aquele permaneceu neutro perante as duas correntes da Guerra Fria. Segundo o autor Vargas queria negociar com os EUA e a Alemanha em simultâneo para

conseguir financiamento econômico para a implantação de uma Siderúrgica Nacional. Conseguiu financiamento para a Usina de Volta Redonda nos anos de 1940. Na mesma década o Brasil assume um discurso alinhado, firmando acordo com os EUA, uma aliança privilegiada nos campos político, econômico e militar.

Os Acordos de Washington, assinados em março de 1942, constituíram marco político com claros reflexos internacionais: puseram fim à expectativa quanto ao desfecho da guerra e à hesitação quanto ao engajamento do Brasil ao lado dos Aliados. Vencida essa etapa, o Governo Vargas tomaria a iniciativa de transformar esse engajamento numa aliança privilegiada (em relação aos demais países da América Latina) com os Estados Unidos e estendê-la aos campos político, militar e econômico. (Valler Filho, 2007, p. 62)

Durante a II Guerra Mundial, o Brasil apoiou os EUA, ocasionando um declínio no pensamento nacionalista. Devido ao fato de ter surgido uma nova doutrina de subordinação às estratégias estadunidenses e do envio de corpo expedicionário a Europa (Valler Filho, 2007). Em contrapartida, o Brasil recebeu apoio econômico para o desenvolvimento e industrialização. No plano político, o governo brasileiro demitiu as principais figuras que não eram simpatizantes dos EUA, segundo o autor, esse fato ocorreu mesmo antes do Brasil ter declarado guerra à Alemanha. Na gestão da economia, os EUA criaram a Missão Cooke e estabeleceram diretrizes para o desenvolvimento.

O governo Dutra (1946-1951) iniciou-se com novos planos econômicos de desenvolvimento, construindo o Plano Salte (1948). É um documento elaborado através de sugestões de diversos ministérios, no qual prioritariamente quatro áreas foram o principal foco de desenvolvimento: alimentação, saúde, energia e educação. As verbas para esse projeto provieram de empréstimos externos e da Receita Federal. No ano de 1949, a Missão Abbink analisou os segmentos econômicos e as pré-condições de instauração de políticas desenvolvimentistas. A missão mencionou aspectos da participação do Estado e de capital estrangeiro, sem apresentar os projetos e orçamento para tal, criando um vácuo sobre os resultados do mesmo.

A cooperação brasileira estava em expansão e então surgiu a necessidade da criação de um órgão específico para a cooperação recebida. Nessa conjuntura instituiu-se o “Sistema de Cooperação Internacional” do qual surgiu a Comissão Nacional de Assistência Técnica – CNAT através do Decreto nº. 28.799/50 no âmbito do Ministério de Relações Exteriores, assinado pelo Presidente Dutra (Puente, 2010). A comissão era composta por representantes do governo, da Secretaria de Planejamento, Ministério de Planejamento, Ministério da Defesa,

dentre outros (ABC, 2014). A Agência Brasileira de Cooperação explica qual a sua principal função:

Sua principal atribuição era a de estabelecer a prioridade dos pleitos de instituições brasileiras solicitantes de ajuda técnica do exterior, fornecida por países industrializados com os quais o Brasil mantinha acordos específicos de transferência de tecnologia sob a forma de cooperação. Dentre as competências legais da CNAT encontravam-se os estudos relativos à participação do Brasil em programas de assistência técnica das Nações Unidas e, eventualmente, da Organização dos Estados Americanos. (ABC, 2014)

O paradigma que prevalece no CNAT foi denominado pela literatura de “Estado Desenvolvimentista” que possuía três características principais: consciência de transição; desenvolvimento como vetor da política externa e realismo de conduta. Esse modelo era aplicado desde a década de 30. O alinhamento ao bloco estadunidense apresentava-se de grande importância para o cumprimento de políticas desenvolvimentistas (Lopes, 2008 *apud* Cervo, 2003). O Brasil manteve uma relação com os norte-americanos até a gestão de Juscelino Kubitschek, um marco na mudança da política externa brasileira.

A Operação Pan Americano (OPA) representou o início de uma política externa independente, no início dos anos 60 (Lopes, 2008). O Presidente Juscelino Kubitschek seguiu as sugestões de seu conselheiro Augusto Frederico Schmidt e enviou cartas ao Presidente norte-americano Eisenhower clamando atenção econômica aos países pobres da América do Sul. Os motivos das cartas eram os incidentes de hostilidade durante a visita do Vice-Presidente Nixon e de sua comitiva a América Latina. A OPA foi um instrumento hábil da diplomacia de apoio à contenção do socialismo na América Latina. Num momento crítico da Guerra Fria os EUA estavam tomando medidas, e uma delas era de assumirem o compromisso de cooperação para o desenvolvimento.

Nessa época o continente enfrentava fortes problemas econômicos como a alta inflação, recessão, indicadores negativos do PIB, aumento do custo de vida da população e o endividamento¹⁷. A OPA previa uma solidariedade política para com esses países no âmbito da cooperação econômica para combater a miséria¹⁸. Assim discorre Simon:

¹⁷ SIMON, S. Silvana Aline. **Juscelino Kubitschek e a operação pan-americana (1956-1961)**. Universitas Relações Internacionais, Brasília, V. 10, n° 1, p. 139-150, jan/junho, 2012. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/viewFile/1749/1588>>.

¹⁸ Idem.

[...] o maior serviço que o Governo norte-americano poderia prestar em prol do pan-americanismo seria eliminar o subdesenvolvimento, sua maior chaga. [...] a intensificação do investimento em áreas economicamente atrasadas do continente deveria inaugurar como diretriz da OPA; a criação de programas de assistência técnica para a melhoria da produtividade; a proteção dos preços dos produtos de base contra as excessivas flutuações; e, por fim, a atualização necessária dos organismos financeiros internacionais para a ampliação de seus recursos. (Simon, 2012, p.146)

Os países da América Latina se reuniram em 1948 na Conferência de Bogotá, criando a Organização dos Estados Americanos (OEA) que se tornou um elo forte de diálogos diplomáticos junto aos EUA (Passos, 2009). Os norte-americanos, no entanto, mantinham um discurso ideológico e realizavam intervenções econômicas nesses países sem atingir metas desenvolvimentistas concretas. Esse modelo foi criticado nesse período baseando-se no fato dos EUA terem estimulado um modelo primário de exportação, além de não manterem uma política de empréstimos acessíveis para o fomento da economia.

O programa de assistência técnica estadunidense a América Latina consistia no fornecimento de produtos acabados, sem atingir metas mais concretas e verdadeiramente desenvolvimentistas. O programa ficou conhecido como Ponto IV durante o governo de Harry Truman. A OPA serviu de direcionamento e amadurecimento da política externa brasileira, que passou a aproveitar as oportunidades de cooperação com outros países se tornando mais independente dos EUA (Lopes, 2008). A OPA também influenciou para a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Associação Latino - Americano de Livre Comércio (ALAC) e da Aliança para o Progresso. Apesar de ter sido um programa com poucos resultados por ter apresentado uma falta de projetos concretos, foi bem aceito na América Latina porque visava ao desenvolvimento diante da pobreza enfrentada no contexto da Guerra Fria (Passos, 2009).

Nesse contexto da criação da OPA, como já mencionado, posteriormente surgiram diversos projetos políticos, um deles foi a Aliança para o Progresso. O descontentamento dos países da América Latina/Central originou a Revolução Cubana sob o comando de Fidel Castro, devido à ausência de eficácia das metas desenvolvimentistas implantadas¹⁹. O espírito nacionalista de revolta diante dos problemas sociais enfrentados pelos países da América Latina acarretou com estes perdessem a confiança nos EUA e muitos países se alinhassem ao bloco soviético. A conduta desses países foi uma das causas dos EUA terem invadido a Cuba

¹⁹ Passos Juliana. “Operação Aliança”: Entre a Operação Pan-Americana e a Aliança para o Progresso. In: ANPUH - Simpósio Nacional de História, n° XXV, 2009, Fortaleza. Anais Associação Nacional de História. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1257.pdf>>.

ação que ficou conhecida como Invasão da Baía dos Porcos. A invasão tinha como objetivo a tentativa de contenção do socialismo/comunismo que avançava nessas regiões.

A Aliança para o Progresso representou uma forma de reconquista da confiança desses países. Apresentada na Conferência de Punta Del Leste (1961), durante dez anos os países da América Latina receberam créditos e assistência técnica, o que levou à criação da USAID mencionado no capítulo anterior, para melhor atender as demandas de cooperação²⁰.

Os acordos de cooperação brasileira ficaram atrelados à USAID com ênfase em problemas educacionais, agrários, fiduciários, dentre outros. Os principais objetivos das metas desenvolvimentistas da agência eram fomentar a economia, aumentando a produção e a industrialização do país receptor. O governo militar do Brasil em 1964, criou novas alianças com os EUA, políticas educacionais voltadas para áreas de tecnologia e a cooperação técnica foi utilizada como um instrumento de industrialização. A política empresarial da USAID então se encaixava nos objetivos do novo governo brasileiro fortalecendo as alianças estadunidenses²¹.

Nesse contexto de nova agenda do governo brasileiro, em 1969 criou-se a SUBIN – Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional, substituindo a CNAT através do Decreto nº 65.476/69, durante o regime militar. As atribuições da Subsecretaria era de formular, negociar e executar projetos de cooperação técnica internacional, essas atribuições foram divididas entre o Ministério de Planejamento, a Coordenação Geral e o Ministério de Relações Exteriores. Assim descreve a ABC sobre as condições de sua criação:

Após dezenove anos, em 1969, optou-se por uma ampla reforma institucional do Sistema, centralizando, via decreto, as competências básicas de cooperação técnica internacional (negociação externa, planejamento, coordenação, fomento e acompanhamento) na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e no Ministério das Relações Exteriores (MRE), escolhidos como órgãos centrais responsáveis pela sua gestão. Identificava-se, já naquela ocasião, um volume crescente de programas e projetos de cooperação oficial entre o Brasil, como beneficiário, e países e organismos internacionais, como doadores, inclusive, organizações estrangeiras não governamentais. Era, então necessário, dado o expressivo volume de recursos externos postos à disposição das instituições brasileiras de ensino e de pesquisa, fortalecer o Sistema e adequar a demanda às diretrizes e prioridades definidas nos *Planos Nacionais de Desenvolvimento*. (ABC, 2014)

²⁰ *Idem.*

²¹ *Idem.*

A criação desse órgão foi necessária devido à demanda de cooperação internacional brasileira recebida, o Brasil mantinha cooperação bilateral, e também multilateral com Organismos Internacionais. A centralização da cooperação técnica em um único órgão foi importante para a cooperação brasileira. O governo possuía planos de desenvolvimento interno, por isso a necessidade de um planejamento prévio e cooperação com instituições nacionais como a Capes, utilizando os recursos da própria SUBIN.

As primeiras experiências de cooperação técnica prestada iniciaram de maneira discreta, destinada aos países em desenvolvimento. Puente (2010) afirma que as primeiras experiências teriam ocorrido na década de 1970:

A partir de 1973, com base na experiência com a “cooperação técnica interna” e da intensificação da ação diplomática brasileira na América Latina e na África, resolveu-se expandir aos poucos o programa de cooperação técnica para o exterior. Contava-se para isso com alguma disponibilidade de recursos e com o planejamento técnico da SUBIN. Começam, assim, timidamente, as primeiras experiências de cooperação técnica oficial brasileira prestada a outros países no nível intra-regional (América Latina) e com países africanos de língua portuguesa. Era executada sob a coordenação da SUBIN, mas com a participação do Itamaraty, mormente na identificação de parceiros, no recolhimento de demandas que eram repassadas àquela Subsecretaria e, posteriormente, na negociação das ações. Nasceu, dessa forma, a CTPD brasileira. (Puente, 2010, p.103)

As estratégias de política externa voltadas para o exterior são importantes para o desenvolvimento interno do Brasil. A cooperação inicialmente foi promovida no âmbito regional com os países da América Latina, e o plano hemisfério abrangeu os países africanos de língua portuguesa e Timor - Leste. Os objetivos constituíam-se na contribuição e melhorias das condições econômicas e sociais desses países (Puente, 2010).

O Brasil começou a se destacar nas discussões da cooperação Sul-Sul como um ator importante e como afirma Puente (2010), o país estava se desenvolvendo e a necessidade de cooperação Norte-Sul estava sendo reduzida a: bens que o país não podia produzir; cooperação tecnológica e recursos financeiros para a manutenção de serviços públicos que o governo não podia arcar. A cooperação brasileira estava crescendo e houve um grande aumento de solicitação a SUBIN, embora esta ainda possuísse uma estrutura precária diante das demandas. Assim discorre Afonso Puente:

Aos poucos, a estrutura preconizada para a SUBIN já não se mostrava adequada para dar conta das novas tarefas que lhe eram conferidas. Além da deficiência

institucional, havia também a percepção de uma lacuna jurídico - legal para tratar dos temas de cooperação prestada. Não havia, tampouco, qualquer integração e coordenação entre a política de cooperação técnica a países em desenvolvimento e outras políticas de promoção da presença brasileira no exterior, como as vertentes comercial e cultural. Isso gerava a impressão na SUBIN e no MRE de que o país não estava desfrutando de eventuais benefícios paralelos da cooperação prestada, sobretudo na área comercial. (Puentes, 2010, p. 104)

A SUBIN segundo o autor não estava a arcar com as necessidades estruturais para a manutenção da cooperação prestada, que consistia no treinamento no Brasil de recursos humanos para os países receptores. A Secretaria estava perdendo recursos por conta da diminuição de ajuda externa recebida, mas mesmo assim a cooperação técnica estava crescendo no Brasil e era necessário um reexame de todo o sistema de cooperação internacional brasileiro. A Secretaria e a Divisão para a Cooperação Técnica estavam sem eficácia gerencial em todos os projetos.

No fim da era militar do Brasil em 1985, a cooperação técnica adquire um novo impulso através de um plano nacional criado para cuidar do tema, que estava se tornando cada vez mais um instrumento de desenvolvimento econômico e social. Os investimentos no Brasil tinham mostrado um reflexo dos anos de cooperação recebida, e o país adquiriu uma dupla faceta de doador e receptor de ajuda. A cooperação técnica passa a possuir um papel importante na diplomacia brasileira.

No ano de 1987 extingue-se a SUBIN e a Divisão de Cooperação Técnica para que houvesse a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) pelo Decreto nº 94.973/87 anexo a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) do Ministério de Relações Exteriores, então órgão central da cooperação brasileira. O PNUD foi importante na criação da Agência, disponibilizando capacitação de recursos humanos, gerenciamento da cooperação técnica, através da implantação de sistemas informatizados para a formulação e acompanhamentos dos projetos dentre outras áreas importantes para a sua devida manutenção (ABC, 2012). Assim discorre a ABC sobre a criação desse importante órgão:

A ABC foi criada em setembro de 1987, por meio do Decreto Nº 94.973, como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Hoje, em 2012, conforme estabelecido no Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, compete à Agência Brasileira de Cooperação planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da capacitação para a gestão

da cooperação técnica e disseminação de informações. A ABC/MRE atua, no âmbito do Itamaraty, vinculada à Subsecretaria-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial. (ABC, 2012)

A ABC representa um marco importante na cooperação brasileira, primeiramente pela sua estrutura adequada para o crescimento da cooperação e ao mesmo tempo por ser um forte instrumento de política externa para o desenvolvimento. A Agência cuida da cooperação prestada e recebida, e o número de projetos triplicou dos anos de 1990 até hoje.

A cooperação brasileira aumentou de maneira extraordinária com a posse do ex-presidente Lula, o foco dessa dissertação. Durante os dois mandatos do governo, a cooperação técnica representou um importante instrumento de cooperação e de criação dos laços de parceria entre os países da América Latina. A cooperação brasileira também se expandiu para América Central e regiões do Caribe, além do continente africano e asiático. A ABC trouxe juntamente com a sua criação as ferramentas necessárias para a expansão da cooperação internacional brasileira.

3.2 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003/2010)

A política externa do Presidente Lula inaugurou uma nova fase da cooperação brasileira. Carlos Pinho (2014, p.7-8) afirma que a cooperação brasileira tem se pautado nos princípios da diplomacia solidária, atenção às demandas dos países em desenvolvimento, em evitar condicionalidades diretas, evitar a transferência direta de dinheiro, e numa abordagem abrangente com participação ampla da sociedade civil e do governo brasileiro nos fóruns internacionais. A diplomacia solidária é pautada no art. 4º, inciso IX da Constituição Federal de 1988, segundo o qual o Brasil deve seguir o princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

O Brasil segue também o princípio da atenção às demandas dos países em desenvolvimento, seguindo o art. 4º da Constituição de 1988, que defende a autodeterminação dos povos, independência nacional e igualdade entre Estados. Esses princípios compõem os direitos e deveres fundamentais com a humanidade, e principalmente com os países em desenvolvimento, que se encontra em situação desfavorável internacionalmente.

A ausência de condicionalidades também é um princípio que o governo brasileiro segue, representam como sendo uma das características básicas da cooperação Sul-Sul. A cooperação brasileira isenta os países de atividades, condições governamentais ou qualquer

tipo de exigência prévia para a execução dos projetos de cooperação. Como debatido anteriormente, as condicionalidades são muito criticadas por alguns autores, como sendo arbitrárias e de certa intromissão nos assuntos internos do país. Enquanto outros autores acham necessário algumas condicionalidades para a doação da ajuda externa, para o melhor investimento e transparência.

A cooperação brasileira, segundo Pinho (2014), também possui o princípio da não transferência direta de dinheiro a outros governos, é vedado pela legislação do país. O Brasil pode transferir dinheiro através das organizações internacionais multilaterais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este princípio permite que o Brasil transfira conhecimentos através da cooperação técnica, evitando a corrupção através de desvio de verbas. O Brasil também adota o princípio da ampla participação da sociedade civil e o multilateralismo reforçado no governo Lula. Considerada uma política de diversificação dos parceiros multilaterais em prol do desenvolvimento interno, e dos países em desenvolvimento. A posse de Luis Inácio Lula da Silva ocorreu no dia 1º de Janeiro do ano 2003, e já em seu discurso de posse afirmou que sua diplomacia seria humanista e em prol do desenvolvimento interno do Brasil:

No meu governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à Alca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, e lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento.²²

No discurso de posse o então Presidente eleito já traçava as metas de seu governo, reforçando a integração regional com a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), cooperação com União Européia (UE) e com o continente africano. O combate à fome, a pobreza e criação de condições de vida mais justas para o povo brasileiro estavam presentes em seu discurso. O cenário foi marcado com uma

²² Jornal Folha de São Paulo. **Leia na íntegra o discurso de Lula no Congresso Nacional**. 01/01/2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>>. Acesso em 15 mar. 2014.

reconfiguração das relações internacionais brasileiras a procura de novos parceiros comerciais e visibilidade internacional.

A diplomacia do governo Lula tomou os rumos de um “Estado logístico” que tentava se adequar as condições das relações internacionais à política econômica monetarista (Menezes e Ribeiro, 2011). A busca de novos mercados de exportação gerou renda interna e fortalecimento da economia. O contexto de inserção internacional do Brasil não se iniciou no governo Lula, durante o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (FHC), as alianças com o Alca, e o Mercosul já existiam, e o Brasil mantinha cooperação com os países União Europeia e com o Japão (Leite, 2011).

A diplomacia brasileira no governo FHC buscou reinstaurar a credibilidade internacional e estabilidade econômica. Segundo Vizentini (2005), FHC como ex – Chanceler afastou as atribuições econômicas do Itamaraty, por não estar em consonância com as políticas de desenvolvimento interno do país e as transferiu para o Ministério da Economia. A nova fase da diplomacia brasileira havia sido inaugurada, uma diplomacia presidencialista segundo Vizentini (2005), que estabeleceu como metas prioritárias a integração regional. Estabeleceu relações bilaterais mais estreitas com países das Américas, ações junto a órgãos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), concentrando seus esforços de inserção mundial do Brasil e nas reformas no Conselho de Segurança da ONU.

A estratégia utilizada para a inserção do Brasil no contexto das relações internacionais baseou-se, na sua posição geopolítica, e na vasta extensão territorial e populacional. Durante o governo Lula o Itamaraty assumiu a posição de protagonista da política externa brasileira, e nomeou como Ministro de Relações Exteriores o Embaixador Celso Amorim. O novo Ministro nomeado havia sido chanceler durante o governo Itamar Franco, e isso representou os novos rumos da política externa. Aumentou o potencial de protagonismo brasileiro com o fortalecimento da cooperação Sul-Sul (Vizentini, 2005).

A autora Patrícia Leite (2011) afirma que apesar dos governos anteriores a Lula terem sido diferentes, algumas continuidades podem ser destacadas, como o multilateralismo e a diversificação de parceiros. A autora afirma que depois da extinção da União Soviética, as relações internacionais ficaram mais complexas e não havia consenso na definição ideológica, que pautava as relações entre os países. Os principais temas marcantes dessa época se constituíram na discussão dos direitos humanos, segurança, meio ambiente e o livre comércio. O Brasil estava numa posição de não necessitar mais de manter-se numa posição defensiva em relações aos dois pólos de poder e se encontrava com um desenvolvimento econômico acelerado (Leite, 2011).

O Brasil pautava-se numa posição de abertura de seus horizontes nas relações internacionais, tanto com os países desenvolvidos, mas também focando na cooperação Sul-Sul, sendo que esta última tornou-se num dos pilares da cooperação brasileira. O Presidente em seu discurso de posse afirmou que a política se pautava numa democratização sem hegemonias, e valorização das relações internacionais através do apoio as operações de luta contra o terrorismo. Assim se expressou Lula no seu discurso de posse:

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe à primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes. Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do direito internacional.²³

O Brasil precisava atrair investimentos e tecnologias por isso reforçou relações extra-regionais, dos quais fortes relações com o Japão, União Européia entre outros que formavam os pilares da ajuda brasileira. O regionalismo como já mencionado, o Mercosul, Alca e integração com a América Central e Caribe marcaram a política externa brasileira e deram visibilidade ao Brasil. No plano hemisfério, o Brasil também coopera com países asiáticos e africanos, como é o caso de Cabo Verde, foco dessa dissertação.

A estabilização econômica também foi uma das metas dos últimos governos, a cooperação brasileira manteve-se ligada aos EUA, e medidas foram tomadas pelo Consenso de Washington dos quais as principais constituíram-se: privatização, o combate à inflação, a responsabilidade fiscal e ajuste estrutural para o controle de dívidas externas (Leite, 2011). O então Presidente eleito em seu discurso de posse afirmou que a palavra mudança é a inovação no novo modelo de atuação da política externa:

"Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi à grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. Diante do

²³ Idem.

esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.²⁴

O governo Lula buscou aproveitar as melhores possibilidades de intercâmbio econômico, financeiro, cultural, tecnológico dentre outros no intuito do desenvolvimento. No segundo mandato de 2006 a 2010, houve a intensificação nas relações entre os países da América do Sul e Central/Caribe, além de fortalecer as relações entre os países de língua portuguesa através das relações bilaterais, e com outros países africanos.

Vigevani e Cepaluni (2007) explicam que a visão de política externa do Lula é uma reflexão, em parte, da posição do Partido dos Trabalhadores (PT), que inicialmente priorizou a cooperação com países em desenvolvimento. Apesar de o Brasil ter se alinhado aos EUA durante o governo militar, a política externa brasileira na década de 1970 alcançou uma mudança, se tornando mais independente (Vigevani e Cepaluni, 2007). Reconhecendo as assimetrias no âmbito internacional entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, o debate sobre o subdesenvolvimento ficou mais arraigado. O Brasil hoje se transformou num importante ator junto com outros países, na coordenação de uma ordem mundial mais justa.

Vigevani e Cepaluni (2007) afirmam, que o cenário brasileiro precisa ser revisto por ter aderido ao princípio da democracia universal, e ser um país que está impossibilitado dentro desse novo cenário de globalização a um menor grau de interdependência. Os autores analisam a política externa brasileira como marcada por uma autonomia pela diversificação, afastando-se dos países desenvolvidos, priorizando cooperação com países em desenvolvimento. A diplomacia do presidente foi denominada de presidencialista pelos autores, estes afirmam que Lula havia feito 56 viagens e passado por 35 países.

Ao mesmo tempo recebeu no Brasil 52 Chefes de Estado de 39 países diferentes. Lula nomeou como seu secretário de relações exteriores Marco Aurélio Garcia, um intelectual do Partido dos Trabalhadores que não fazia parte do corpo diplomático. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), foi uma inovação na política externa brasileira, apesar de no passado ter acontecido algo similar no governo de Juscelino Kubitschek. Os autores afirmam que houve

²⁴ Idem.

rumores sobre um possível conflito de visões entre Garcia e o ministro Celso Amorim sobre a formulação da política externa nacional. O conflito teria sido resolvido com a determinação dos espaços de atuação das duas autoridades.

O fortalecimento do bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e do fundo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul ou G3) marcaram a era do presidente e o desenvolvimento do Brasil hoje como uma das maiores economias do mundo. Os programas sociais, como a campanha do combate a fome, representam um avanço sócio – econômico, como afirma Vizentini (2005), respondendo a crise neoliberal. Assim, foi possível o Brasil alcançar o plano hemisfério sul e manter o princípio de horizontalidade da cooperação. Vigevani e Cepaluni (2007) afirmam que no quesito segurança nacional há divergências que impossibilitariam qualquer ação coletiva efetiva, mas que o país possui uma força política capaz de trazer benefícios para um diálogo diplomático com países desenvolvidos.

A política africana do governo Lula terá uma atenção especial nesse trabalho devido ao objeto da pesquisa, nesse tópico apresenta-se as linhas gerais de cooperação brasileira prestada e os dados são do Ipea, que realizou uma pesquisa mais acentuada da cooperação brasileira. A cooperação brasileira para o desenvolvimento no período do segundo mandato do governo Lula custou aos cofres públicos R\$ 2,9 bilhões, no qual 76% correspondem à doação a bancos regionais e organizações internacionais e 24% as restantes modalidades. A seguir serão apresentadas algumas modalidades de cooperação, com maior ênfase na cooperação técnica devido ser o objeto de estudo da mesma.

3.2.1 Assistência Humanitária

No Brasil a Assistência Humanitária (AH) existe há muitos anos, mas em 2006, no segundo mandato de Lula, e com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Assistência Humanitária Internacional (GTI-HI), se institucionalizou concretamente. Neste período o governo teve como objetivo a coordenação e fortalecimento da AH, no combate a fome e a pobreza (MRE, 2009). O apoio brasileiro se inicia com um pedido formal do país afetado, da sociedade civil ou de organizações internacionais. O GTI-HI é o órgão principal da AH no Brasil e possui a colaboração de quinze ministérios (Ipea, 2010).

Em 2007 foi proposto o projeto de Lei n° 737/2007, que dispõe sobre ajuda humanitária com a finalidade de prevenir, preparar, evitar, reduzir e mitigar o sofrimento de pessoas que estão passando por calamidades, especificamente o caso do Haiti, dentre outros países. Os recursos são utilizados na doação de alimentos, medicamentos e produtos de

primeira necessidade. O Brasil também participa do Fundo de Implementação dos Riscos de Desastres, do Marco de Ação de Hyogo, e participou na reunião de lançamento do Relatório Global de 2009 de desastres, risco e pobreza em Bareine.

Os recursos para a AH no Brasil evoluíram de 2005 a 2010, de acordo com o gráfico 1, apresentando uma alta de gastos quase triplo do valor despendido em 2009, no ano de 2010:

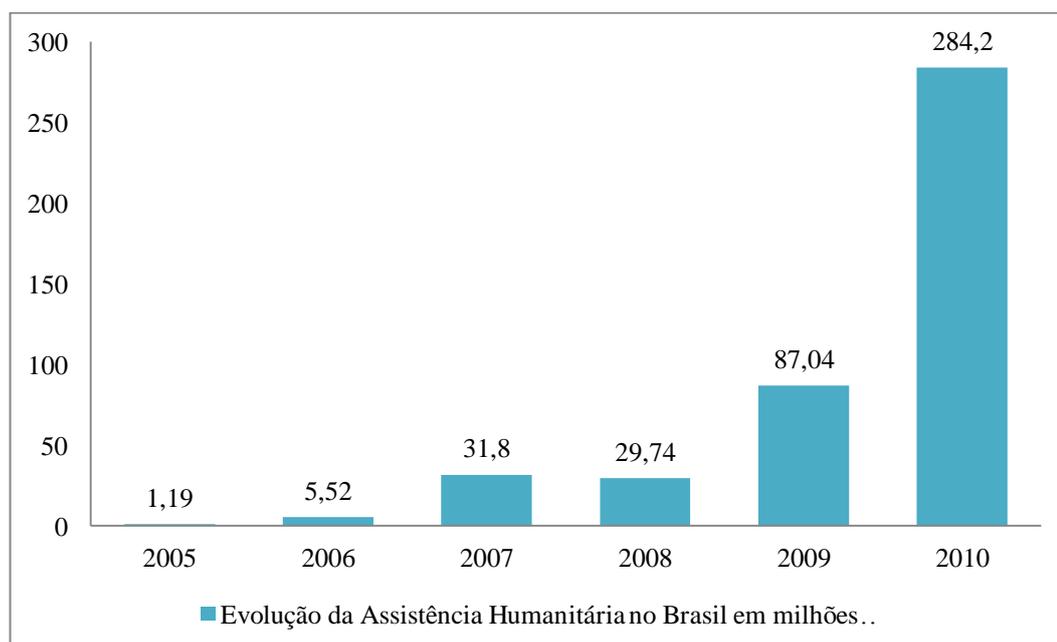


Gráfico 1 - Assistência Humanitária no Brasil 2005/2010 em milhões de R\$

Fonte: MI, CONAB, MD, MS e MRE *apud* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

A criação desse órgão principal da AH no Brasil contribuiu para esse aumento da variação positiva do gráfico 1, tornando-o o mais importante para essa modalidade na cooperação brasileira. No ano de 2005 os valores doados contabilizaram R\$ 1,19 milhões com um aumento em cinco anos de vinte vezes o valor inicial, para R\$284,02 milhões. Comprovando o investimento em política externa durante o governo Lula, como estratégia de inserção internacional e também ao fortalecimento dos laços de amizade e parceria criados entre os países assistidos. O gráfico 2 mostra a distribuição da AH por região do globo:

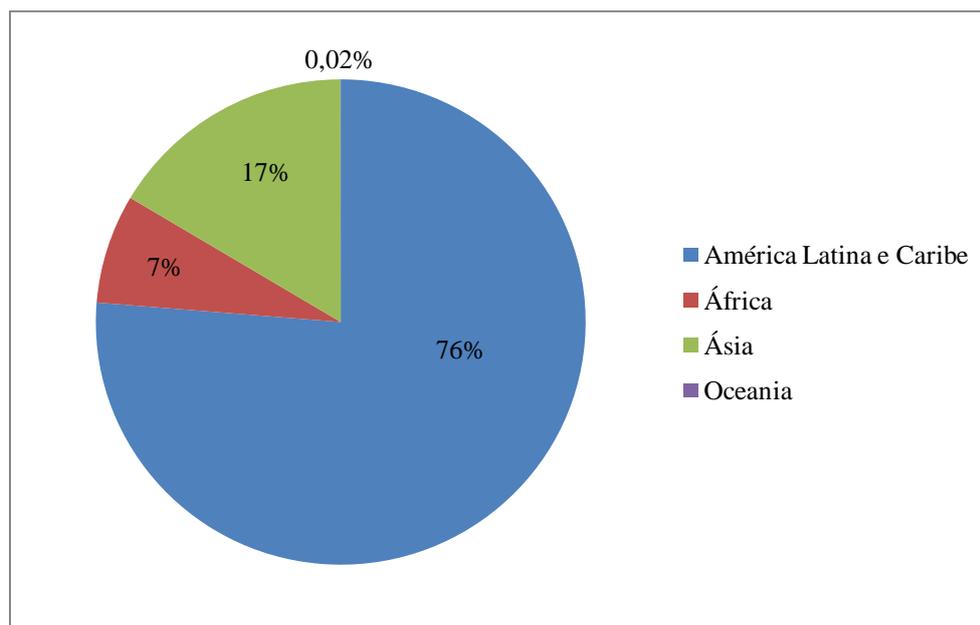


Gráfico 2 - Distribuição da Assistência Humanitária por região em % 2009
 Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A coordenação do órgão estava a cargo do Ministério de Relações Exteriores e é composto pela Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério das Comunicações e Secretaria Especial dos Direitos Humanos (MRE, 2009). Os principais objetivos são coordenar esforços brasileiros de ajuda humanitária e formular propostas de projetos de lei de acordo com o relatório de assistência humanitária.

O Brasil também mantém parcerias com diversas instituições ligadas as Nações Unidas como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), com o Escritório das Nações Unidas para Assuntos Humanitários, Fundo das Nações Unidas para Refugiados (Ancur), Organização Internacional para Migrações (OIM), Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), dentre outros (Ipeia, 2010).

No Rio de Janeiro construíram o armazém de assistência humanitária que constava com 14 toneladas de alimentos. Cabe neste tópico mencionar alguns países que o Brasil possui essa ligação de apoio humanitário segundo o Relatório 2006/2009 de Assistência Humanitária entre os quais a Nicarágua, Haiti, Equador, El Salvador e Líbano (MRE, 2009). A AH no Líbano sucedeu-se após o surgimento de luta armada com os israelenses entre julho e agosto de 2006. Para o Equador, que teve uma erupção vulcânica em 2006, foram enviados

11 t de medicamentos e 33 t de alimentos. Os recursos para assistência humanitária estão previstos na lei orçamentária anual – LOA.

3.2.2 Cooperação Tecnológica/Educacional

A cooperação científica e tecnológica é uma forma de transmissão de conhecimento de um país para o outro, é uma parceria entre países, ou países e organismos internacionais (Puente, 2010). Essa modalidade foi criada pelo Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCT), apesar de já existir nos anos 1950, com a criação do CNAT (Ipea, 2010). Possui como principais atribuições aprimorar a cooperação científica e tecnológica com os diversos países que o Brasil possui relações diplomáticas (MRE, 2013).

No entanto, a peculiaridade da área de cooperação científica e tecnológica internacional torna difícil mensurar os indicadores em cada atividade, bem como realizar sua análise comparativa. Além disso, existe o impacto do componente político sobre o andamento da cooperação internacional em C&T, elevando ou reduzindo o patamar das relações com outros países. Importante ressaltar que o MRE, em função das suas atribuições constitucionais, é um órgão de apoio a diversos outros programas do PPA no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, dados os desdobramentos destes na esfera internacional. Desta forma, os indicadores de performance deveriam, necessariamente, refletir tais ações que, certamente, são demandantes de grande atenção por parte do DCT/MRE. (Avança Brasil. Tópico. Cooperação Científica e Tecnológica.²⁵

Normalmente essa modalidade de cooperação é considerada uma vertente da cooperação técnica internacional, juntamente com a cooperação educacional, devido a bolsas de estudo a estrangeiros e demais trocas de pesquisas e tecnologias (Puente, 2010). A cooperação educacional é uma modalidade de cooperação para o desenvolvimento que possui como intuito melhorias na educação dos países subdesenvolvidos e por isso possui programas que fornecem bolsas de estudos (MRE, 2010). O marco inicial de intercâmbios estudantis no Brasil é datado de 1917, momento em que se registrou a presença de brasileiros estudando no Uruguai. Em 1919 estudantes do Uruguai, Chile e Argentina encontravam-se no Brasil, para cursar medicina e escolas naval e militar (MRE, 2010).

²⁵ Avança Brasil. **Cooperação científica e tecnológica**. Disponível em: <<http://www.abrasil.gov.br/avalppa/site/content/avprog/12/04/prog1204.htm>>.

O programa mais expressivo é o Programa de Estudantes de Convênio de Graduação e Pós-graduação, que anualmente fornece vagas e bolsas para estudantes de diversos países da África, América Latina e Caribe, com a oportunidade de estudar nas universidades públicas federais e estaduais gratuitamente. Assim discorre o Ministério da Educação:

O Programa de Estudantes-Convênio (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas – federais e estaduais – e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país. (MEC, 2013)

A seleção desses estudantes inicia-se no respectivo país de origem através de uma parceria as Embaixadas brasileiras e dos Ministérios de Educação locais, no qual cabe a decisão final ao Ministério da Educação/SESu brasileiro. A cooperação educacional para o Ministério de Relações Exteriores é uma busca para o desenvolvimento econômico e social, na formação de quadros e recursos humanos, sem impor condições ou prioridades pelo país que presta a cooperação (MRE, 2010)

O PEC-G é uma parceria com os Ministérios da Educação e das Relações Exteriores, e o PEC-PG é uma parceria do MRE com a CAPES e com o CNPQ. Os resultados foram satisfatórios, como melhorias nas condições educacionais com a vinda de mais de 600 estudantes ao Brasil, criação do Programa Pró-Haiti, dentre outras vantagens tanto para doador como para os países parceiros. A bolsa de estudos para estrangeiros é concedida através de diversas instituições brasileiras. A tabela 1 mostra os gastos públicos referentes a cada uma delas:

Tabela 1 - Dados referentes aos recursos à cooperação tecnológica por instituição 2005-2009

Instituições	2005	2006	2007	2008	2009	Total	
MCT	29.523.256,80	33.110.421,55	33.498.901,52	36.889.882,07	7.775.461,92	140.737.923,86	50,00
MEC	9.750.000,00	11.120.100,00	8.342.400,00	14.060.020,00	14.363.480,00	57.636.000,00	20,00
Capes	15.390.068,10	11.625.709,22	13.408.303,48	18.060.642,12	20.608.922,36	79.093.645,28	28,00
MRE	522.307,10	598.626,91	1.127.044,16	1.683.202,80	1.663.142,68	5.564.323,65	2,00
Demais Instituições	918.572,86	---	---	32.820,00	92.900,00	1.044.292,86	0,00

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

A tabela 1 mostra que os recursos maiores, provêm do Ministério de Ciência Tecnologia (MCT) com 50% dos gastos públicos, executados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A Capes nesse período executou os projetos e utilizou 28% dos recursos, o Sesu/MEC 20% e o Ministério de Relações Exteriores (MRE) com 2% (Ipea, 2010). As bolsas de estudo para os estrangeiros são de suma importância para a formação superior desses alunos e o regresso aos seus países de origem.

Os programas capacitam diversos estudantes de várias nacionalidades, também é uma forma de cooperação técnica. Vários programas educacionais de capacitação profissional apresentam-se na modalidade de cooperação técnica, como apoios que possuam tópico específico devido ao tema dessa dissertação.

3.2.3 Assistência Alimentar

A Assistência alimentar trata-se da transferência de recursos em forma de alimentos ou para sua produção e segurança alimentar (Puente, 2010). A estratégia mais visível desse programa é o Fome Zero (MRE, 2010). É bastante confundida com a assistência humanitária, mas esta é de curto prazo, como já foi mencionado, de caráter emergencial, enquanto a ajuda alimentar é de longo prazo (Puente, 2010). Puente (2010) define Assistência Alimentar “Trata-se da transferência de recursos, sob a forma de alimentos, bens doados relativos à produção de alimentos, ou créditos concessionais destinados à aquisição de alimentos, para país ou região com graves problemas de segurança alimentar, e em que a fome seja elemento muito presente” (Puente, 2010, p.64).

Trata-se de um direito humano fundamental na Carta de Direitos Humanos da ONU, e no Brasil se configura no Direito Humano de Alimentação Adequada (DHAA), que deve ser inserido nas estratégias de desenvolvimento estatais através da criação de políticas públicas em prol das melhorias alimentares. O MRE apresenta um leque de legislações internacionais importantes, no qual podemos encontrar a importância para nossa sociedade em integrá-las, a alimentação adequada é uma forma de desenvolvimento:

Art. XXV, § 1º, que "toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação". Posteriormente, ficou estabelecido, no Artigo 11 do Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, "o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação" e "o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome". Por fim, em novembro de 2004, foram adotadas, na 127ª Sessão do Conselho da FAO, as "Diretrizes Voluntárias em Apoio à Realização Progressiva do Direito à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional", para cuja negociação o Governo brasileiro contribuiu de forma singular. (MRE. Tópico. Balanço de Política Externa 2003/2010)

O combate à fome e a pobreza foram uma das principais estratégias do governo Lula, o Estado segundo o MRE possui três deveres, proteger, promover e prover uma alimentação adequada, essa sendo um dos principais objetivos do DHAA. Assim discorre o MRE/ Brasil em seu balanço de Política Externa:

Proteger é uma obrigação de caráter permanente das políticas públicas, que, de maneira sustentável, devem evitar que indivíduos e populações possam vir a enfrentar situações de insegurança alimentar. Promover, por sua vez, significa a gradual e efetiva universalização do direito humano à alimentação por meio de abrangentes programas governamentais de segurança alimentar e nutricional, como a alimentação escolar e as transferências condicionais de renda. Prover, por fim, é o dever do Estado de intervir com políticas públicas no sentido de garantir à alimentação aos que necessitam, preferencialmente em uma estratégia de dupla tração (emergencial-estruturante), que envolve a assistência alimentar emergencial associada a políticas de fortalecimento da agricultura familiar, assistência técnica, crédito, seguro agrícola e extensão rural, reforma agrária e compras públicas de alimentos diretamente da agricultura familiar. (MRE. Tópico. Balanço de Política Externa 2003/2010)

O programa "Fome Zero" é um dos principais precursores no cumprimento desses três deveres, constituído por mais de 50 projetos que possuem como objetivos a ampliação do acesso à alimentação, fortalecimento da agricultura familiar, promoção dos processos de

geração de renda, articulação, mobilização e controle social (MRE, 2010). A ajuda alimentar existe desde anos 70 e com as estratégias do governo Lula aumentou gradativamente a ajuda brasileira (Puente, 2010).

O programa esta hoje instaurada em mais de 30 países por meio da assistência humanitária solicitação do Estado receptor (MRE, 2010). Atividades e projetos estão sendo elaborados e executados por outros ministérios, através de outras formas de cooperação como é o caso da cooperação técnica. Hoje as ajudas atingem países como Haiti, Nicarágua, Bolívia, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor Leste.

3.2.4 Cooperação Técnica

A cooperação técnica é definida pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) como um instrumento de auxílio ao desenvolvimento de um país para outro através de programas cujo objetivo é de transferência de conhecimentos técnicos. A ABC assim define a cooperação técnica:

A cooperação técnica internacional constitui importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, incluindo a atuação do Estado, por meio de ações de fortalecimento institucional. Os programas implementados sob sua égide permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e boas-práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, com vistas a alcançar um salto qualitativo de caráter duradouro. (ABC, 2014)

A cooperação técnica (CT) brasileira é um instrumento de desenvolvimento interno do país, que causa mudanças estruturais nos mais diversos campos sociais. A CT é uma das modalidades de cooperação mais institucionalizada do Brasil, mas é confundida com os demais tipos de cooperação. Isso ocorre devido à ausência de um consenso doutrinário e institucional sobre as diversas modalidades. As instituições brasileiras como o Ministério das Relações Exteriores (MRE) definem a cooperação técnica, como um compromisso de longo prazo que visa ao desenvolvimento autônomo dos países receptores. A CT possui como objetivos a transferência de conhecimentos, através da capacitação da mão de obra, executando projetos que estejam de acordo com as peculiaridades de cada país receptor.

O Brasil, segundo o MRE, possui como principio fundamental o progresso da humanidade, da defesa da paz e solução de conflitos, principio da autodeterminação dos povos, não intervenção nos assuntos internos do Estado, cooperação solidária, além da

redução do hiato entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (Puente, 2010). O Brasil mantém uma cooperação livre de condicionalidades e constituída através do interesse entre os parceiros²⁶. Não se considera um “doador emergente”, mas um parceiro dos países interessados em cooperar para o desenvolvimento. A cooperação técnica brasileira segue o princípio da horizontalidade da cooperação, no qual a cooperação é voltada para os países em desenvolvimento, conhecido como cooperação Sul-Sul, como já mencionado anteriormente. O país trabalha em prol dos países em desenvolvimento com projetos que possuem como metas o fomento ao desenvolvimento através da capacitação de mão de obra local.

A cooperação técnica para o MRE é caracterizada como uma intervenção temporária, para promover mudanças estruturais, ou qualitativas num determinado contexto sócio econômico. No intuito de promover o desenvolvimento, sanando problemas ou minimizando-os. As metas de desenvolvimento são materializadas através da capacitação da população. A CT permite aos beneficiários da cooperação o acesso a tecnologias, experiências, habilidades que juntamente com as existentes, e observando as peculiaridades de cada caso, se consegue um desenvolvimento com índices positivos²⁷. A ABC estabelece três níveis de desenvolvimento que podem ser atingidos mesclando com os conhecimentos que o país já adquiriu criando algo novo, como assim transcreve-se:

- 1) Atuação eficiente e eficaz da instituição brasileira que executou o projeto, juntamente com aquelas que atuaram como complementares para melhor execução do projeto cooperação técnica, a partir do aperfeiçoamento de seus quadros profissionais e de sua infraestrutura técnica, aprimorando seus processos internos e a elaboração e implementação de planos e estratégicos de ação com maior qualidade;
- 2) Melhor formulação e execução de projetos públicos que possuem participação de organismos não governamentais e do setor privado, em prol de melhorias sociais, econômicos, ambientais, promoção de cidadania além de outros benefícios;
- 3) Tornar a população mais consciente de sua importância na participação de implementação e definição de projetos desenvolvimentistas como forma de exercer a cidadania.

Os projetos são executados com o auxílio de organismos internacionais como as agências da ONU. As instituições brasileiras também participam da execução, normalmente

²⁶ Brasil. Ministério de Relações Exteriores do Brasil. **Temas - Cooperação Técnica**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/cooperacao-tecnica>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

²⁷ Ministério de Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral/Ministério de Relações Exteriores. – 2ª Ed. – Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2004. 64p.

são estas que atuam como executoras dos projetos, estas podem ser públicas, fazendo parte da União, Estados e Municípios. No setor produtivo podem ser executoras Associações, Conselhos e instituições de perfil do setor que se situar o projeto. Segundo a ABC, também a sociedade civil pode exercer esse papel através de ONGs e de instituições sem fins lucrativos. As empresas privadas não são elegíveis para apresentar propostas de cooperação técnica, a não ser quando são parceiras da instituição governamental doadora e devem seguir os preceitos de promoção de emprego, renda e cidadania (ABC, 2004).

No caso de projetos voltados para o âmbito governamental, estes não devem ser confundidos com implantação de políticas públicas, devido ao fato que a atribuição da ABC é capacitar e instrumentalizar os serviços públicos para que o próprio Estado receptor possa encontrar os meios mais eficientes de prestação de serviços. A aprendizagem e absorção desses novos conhecimentos são feitas por meio de consultoria especializada, treinamento de recursos humanos, aquisição de equipamentos e todos os instrumentos necessários para a execução do projeto.

É necessária uma análise da conjuntura geográfica, econômica, política para que um projeto possa ser executado com sucesso, já que muitas barreiras podem apresentar-se como falta de quadros qualificados no país ou a ausência de um quadro técnico especializado no projeto especificamente. As insuficiências de execução devem ser sanadas até o término do projeto. As instituições brasileiras segundo a ABC devem garantir que o projeto atinja plenamente seus objetivos, que resulte num impacto positivo no público – alvo e sustentabilidade dos resultados alcançados com a cooperação.

3.2.5 Atribuições da ABC e a distribuição dos recursos entre regiões

A CT é executada pela ABC e pelas instituições brasileiras parceiras, a primeira atua como agente principal e deve: aprovar, avaliar, negociar e coordenar a CT em todas as suas fases. Coordena todo o ciclo da cooperação técnica internacional prestada aos países em desenvolvimento (ABC, 2004). É da responsabilidade da ABC, identificar, elaborar e aprovar a execução e monitoramento da cooperação técnica. A CT segundo a ABC deve mesclar experiências externas com os existentes nos países em desenvolvimento para formação de novos conhecimentos. A Agência deve buscar através de relações bilaterais experiências bem sucedidas, financiar projetos de caráter inovador que possam trazer conhecimentos aos países receptores, capacitando às instituições nacionais e a sociedade civil para o planejamento e execução de projetos.

Os projetos de cooperação técnica se baseiam no princípio da diplomacia solidária adaptada pelo governo Lula, sem fins lucrativos ou interesses comerciais, mas as relações se estendem para outras modalidades de cooperação o que permite de certa forma relações de aproximação econômica, política e social. A modalidade de cooperação estudada ganhou força por ser um instrumento de ajuda de baixo custo, possibilitando o governo estender essa modalidade para diversos países, que até a última década, não haviam cooperado com a assistência técnica brasileira. O orçamento da ABC duplicou com o governo Lula como mostra o gráfico 4:

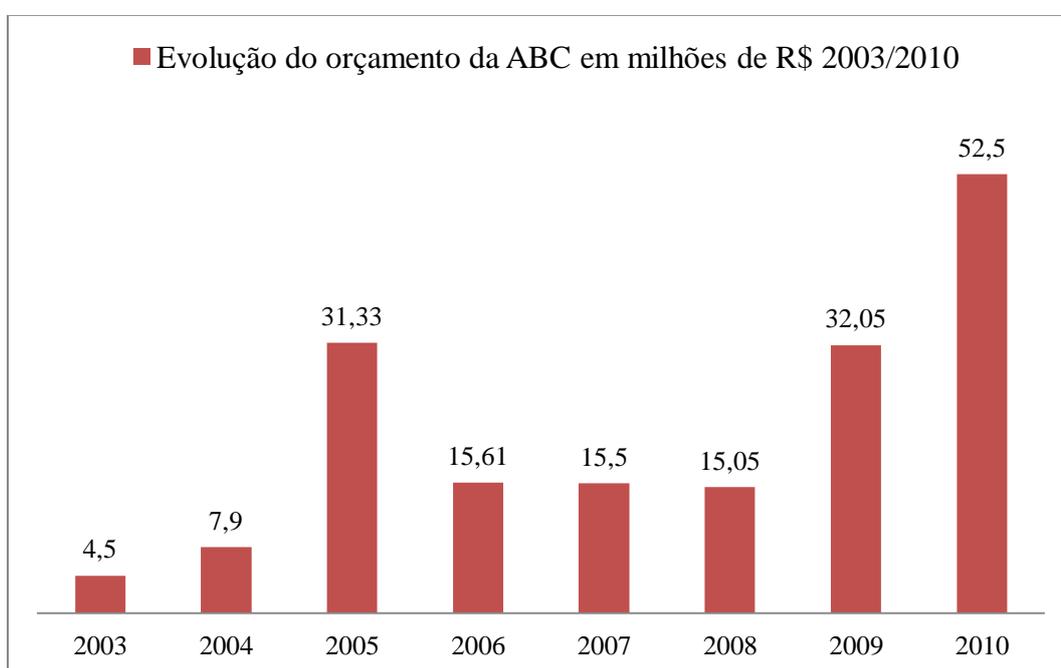


Gráfico 3- Evolução do orçamento da ABC 2003/201

Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

A ABC apresentou um orçamento que deslanchou nos dois mandatos de Lula, o que diz muito sobre maior presença do Brasil no exterior. Inicialmente a verba destinada para a cooperação era menos de R\$ 4,5 milhões, alcançando em 2010, mais de dez vezes o valor inicial. Os valores mostram uma política externa dinâmica que conseguiu alcançar as metas de visibilidade, e hoje juntamente com a China, Índia e África do Sul lidera a cooperação Sul-Sul. Os projetos abrangem as mais diversas áreas como a saúde, educação, o fomento a agricultura, modernização de processos legislativos, biossegurança, segurança alimentar, treinamento profissional dentre outras atribuições. O gráfico 5 mostra a evolução da quantidade iniciada de projetos da cooperação técnica durante o governo Lula:

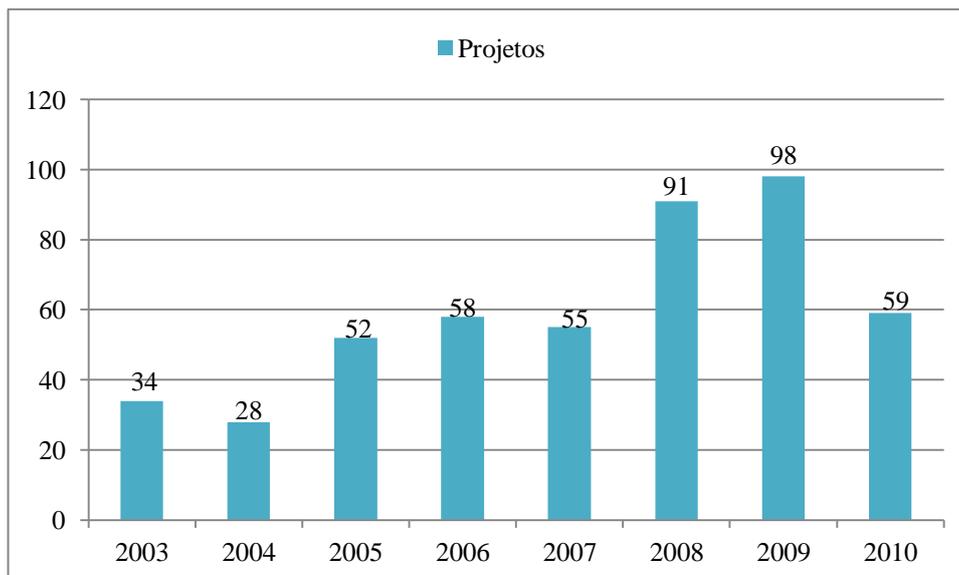


Gráfico 4 - Evolução do número de projetos iniciados durante o governo Lula 2003/2010
 Fonte – Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

O gráfico mostra como os projetos de cooperação técnica evoluíram com políticas do governo Lula para uma diplomacia solidária, e atingiram o seu auge em 2009. A ABC está dividida em coordenações da África, América Central/Sul/Caribe, Ásia e Oriente Médio. O último estudo de 2010 mostrou que a maioria dos recursos estavam distribuídos entre a África e a América Sul/Central e Caribe:

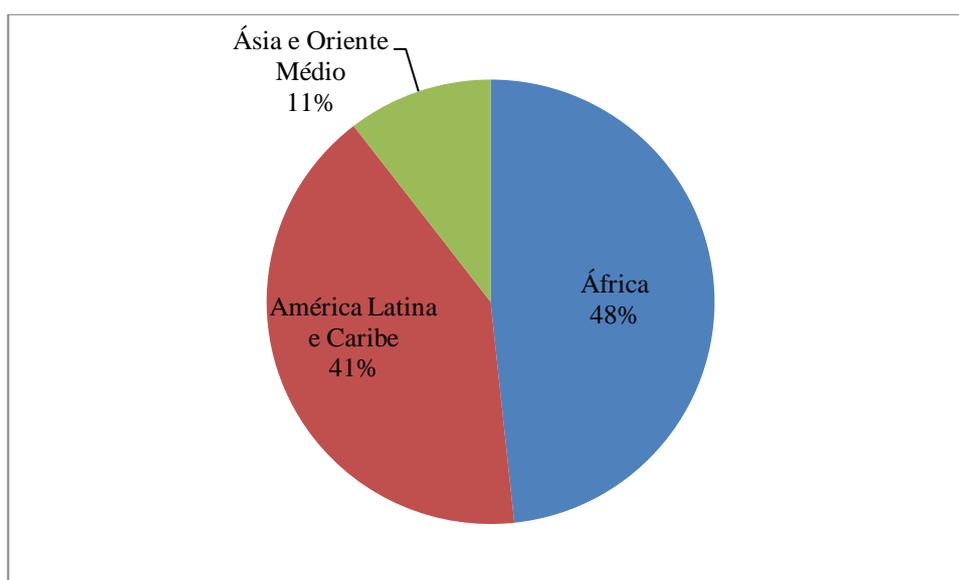


Gráfico 5 - Distribuição dos recursos nas regiões do Globo em milhões de R\$ 2010
 Fonte – Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

Percebe-se que o foco da política externa estava nos continente americano e africano - o primeiro constitui-se de uma integração regional na América do Sul e o segundo manteve o foco nos países de língua portuguesa. Os principais receptores de ajuda externa brasileira são os países de língua portuguesa e alguns países das Américas como ilustra o gráfico 6.

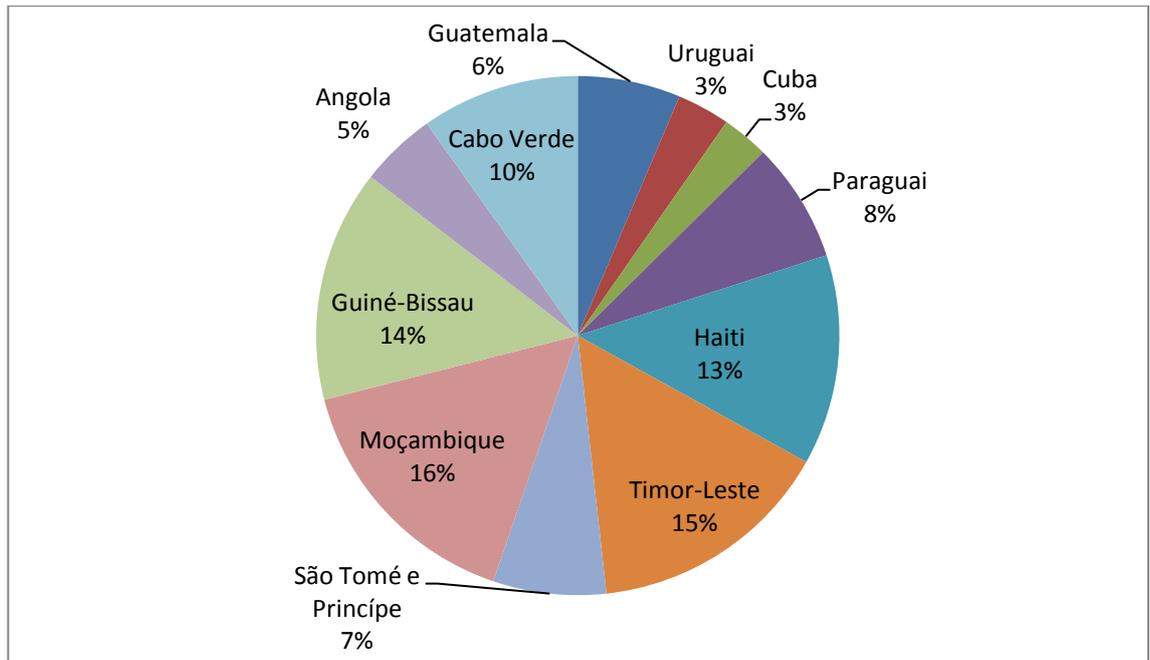


Gráfico 6 – Principais países receptores de cooperação técnica bilateral brasileira 2005/2010 em R\$.

Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE)

Os países receptores de cooperação técnica brasileira são em suma países em desenvolvimento, que ainda possuem uma ampla carência de tecnologia para a manutenção da saúde, educação, saneamento, infraestrutura e dependem da ajuda dos países desenvolvidos. Por isso devem manter tanto a cooperação com os países desenvolvidos e com os países em desenvolvimento. Os maiores investimentos do governo brasileiro estão na agricultura, saúde, educação e meio ambiente de acordo com o gráfico 7:

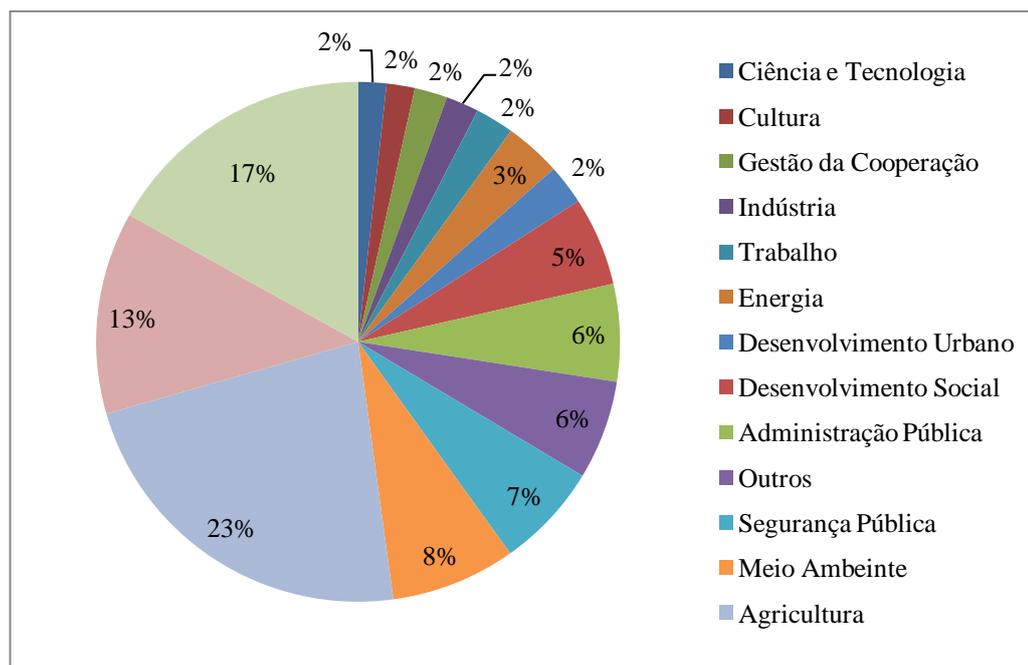


Gráfico 7 - Investimentos da cooperação brasileira nas diversas de desenvolvimento
 Fonte – Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Apesar da cooperação brasileira se manter nesse patamar, o país é criticado por manter tropas no Haiti, segundo Menezes e Ribeiro (2011), críticas visíveis da imprensa, opinião pública, intelectuais e parlamentares. Segundo os autores, essa iniciativa é encarada como uma intervenção na soberania do Haiti e que os interesses se constituem mais geopolíticos e estratégicos do que humanitários.

3.3 Relações África e Brasil

As relações entre o Brasil e a África hoje estão pautadas no princípio da cooperação Sul-Sul. O Brasil se destacou na nova era de globalização, quando houve a introdução do forte debate sobre desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas. A África hoje, segundo Pimentel (2000) é um objetivo essencial na política externa brasileira, para sua evolução econômica e a construção de uma identidade nacional, além de configurar um continente estratégico para inserção internacional do Brasil. Segundo, Visentini e Pereira (2010), a ligação com o continente africano se inicia com o tráfico negreiro (a primeira remessa de escravos chegou ao Brasil em 1538). Até 1850, as relações entre o Brasil e África se tornaram cada vez mais intensas, e os escravos tornaram-se parte da construção da sociedade brasileira, com influências diretas na cultura e na vida nacional.

O relacionamento entre África e Brasil como afirma Visentini e Pereira (2010) não se apresentava de menor valor, porque o Império Português no séc. XVII impulsionava o comércio mundial no Atlântico Sul. Este sistema comercial perdurou até o séc. XVIII, devido ao comércio do Atlântico Norte suplantar o do Atlântico Sul com a ascensão da França e da Inglaterra. Após a independência do Brasil, a Inglaterra manteve uma pressão para o fim do tráfico negreiro, e nessa mesma época muito colonizadores se expandiram pela África. O fim do tráfico negreiro no oceano Atlântico trouxe um afastamento entre o continente africano e o Brasil. Segundo, Visentini e Pereira (2010), até a primeira metade do séc. XX 90% do comércio com o continente africano se restringia a África do Sul. A primeira metade do séc. XXI foi considerada por Saraiva (2011) a década de ouro do crescimento econômico da África.

Após a Segunda Guerra, a relação de Portugal com os sucessivos governos brasileiros era de um apoio mútuo, o governo português apoiava na barganha de votos nas comunidades lusitanas no Brasil, estimulados por Salazar. Em troca, o Brasil teria que apoiar o colonialismo português nos fóruns da ONU. O Brasil foi estratégico, uniu-se a Portugal, este membro da OTAN, e, portanto não estava a favor da descolonização. Os países de língua portuguesa, segundo os autores, estavam numa luta armada durante o governo Kubitschek e o Brasil não deu muita importância a este fato histórico. As relações brasileiras se restringiam às Américas, como mencionado em outros momentos neste trabalho, consequência da posição que ocupava durante a Guerra Fria.

O foco da diplomacia brasileira, entre 1946 e 1961, consistia em obter financiamento internacional do desenvolvimento econômico para o Brasil, e um tanto para a América Latina. A diplomacia se preocupava com a concorrência, dos produtos africanos em relação aos brasileiros nos mercados internacionais, mas nessa época iniciavam-se as parcerias com a África do Sul. As relações especiais com Portugal e as consequências da descolonização dos países de língua portuguesa também faziam parte dos temas diretamente relacionados à África.

No início da década de 1960, os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961 e 1964), trabalhavam no contexto da Política Externa Independente (PEI), a África possuiu um papel importante na diplomacia brasileira. O Brasil enviou missões e inaugurou as primeiras embaixadas no continente africano. As colônias portuguesas em transição receberam apoio do governo brasileiro na luta da autodeterminação dos povos. Diversos acordos foram assinados nessa época, principalmente acordos de bolsas de estudos que, segundo Visentini e Pereira (2010), vieram a originar o Programa de Estudantes de Convênio (PEC).

No período de 1964 a 1969 o cenário muda um pouco. Saraiva (2011) afirma ter ocorrido um período de oscilação entre as relações Brasil e África, mas houve apenas um recuo, não um abandono. Visentini e Pereira (2010) explicam que isso ocorreu no contexto geopolítico da Guerra Fria, devido aos temas segurança coletiva com as Américas, da proposta da criação da Força de Defesa Interamericana e do Atlântico Sul, e da criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS). O governo pautava-se num alinhamento aos EUA com ênfase na contenção da ameaça comunista e, segundo Saraiva (2011) recolocaram-se as relações internacionais do Brasil a serviço do ocidente como já havia ocorrido no governo Dutra (1946-1951).

No governo Médici (1969-1974), as relações entre o continente e o Brasil modificam-se. Ao contrário dos governos anteriores, o Presidente inicia políticas de reaproximação com a África. Saraiva (2011) afirma que as relações terem sido reforçadas ao longo dos governos do regime militar, especificamente até 1985. O Brasil se encontrava numa época de expansão das indústrias, necessitava de mercados e matérias-primas, especificamente petróleo. Visentini e Pereira (2010), afirmam que a “A tecnologia intermediária e ‘tropicalizada’ era útil a prestação de serviços e servia de modelo inspirador aos Estados africanos”. Os autores afirmam que o Brasil necessitava de aumentar o mar territorial para 200 milhas.

A década de 1970, segundo Saraiva (2011), foi considerada um novo contexto de inserção internacional do Brasil e, neste sentido, a cooperação com os países da África Negra se tornou mais forte. As relações com a Nigéria, as parcerias de desenvolvimento com os países socialistas da África, a revisão da cooperação com a África do Sul (posicionamento crítico da *apartheid*) e a mudança de opinião em relação ao anterior apoio ao regime colonialista português, o reconhecimento da independência de Angola (apoio ao MPLA - Movimento para Libertação de Angola) indicavam os novos rumos da diplomacia brasileira.

Saraiva (2011), nos mostra que essa política externa possuía diversos fundamentos entre os quais, uma política que se vinculou ao projeto nacional – desenvolvimentista que criava estratégias de expansão e modernização do Estado. A África negra foi uma estratégia diante da crise de petróleo que se avizinhava. O Atlântico Sul se tornou um centro de poder, o Brasil criou novas parcerias fora dos países de língua portuguesa.

Visentini e Pereira (2010), afirmam que o governo Geisel (1974-1979) foi marcado por uma forte crise de petróleo. A África passou a ser um centro para suprir as necessidades petrolíferas e para exportação de bens de consumo alimentícios, automobilísticos e infraestrutura. Empresas brasileiras construíram portos, barreiras hidroelétricas, rodovias, entre outros, nomeadamente pela Odebrecht e Mendes Jr. A Vale do Rio Doce desenvolveu

diversos projetos na área de mineração. O primeiro presidente a viajar a África foi Figueiredo (1979-1985), visitou os seguintes países: Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Argélia.

Os governos de Geisel e Médici foram muito críticos ao alinhamento com os EUA das gestões anteriores, que não permitiam ao Brasil abrir seus horizontes de política externa. Segundo Saraiva (2011), a expansão do comércio brasileiro com a África, Oriente Médio e América Latina resultou num aumento considerável. Os países em desenvolvimento foram o destino em 1981 de 52% das exportações manufatureiras brasileiras, e os países desenvolvidos 46%. Neste período, o continente africano passou a ser politicamente um centro de poder, apoiava os diálogos Norte-Sul na discussão das demandas comuns dos países em desenvolvimento, junto as Nações Unidas.

O governo de José Sarney (1985-1990) manteve as diretrizes dos governos Geisel e Figueiredo. A política externa apresentava-se crítica do *apartheid*, após entrada em vigor do Decreto nº 91.524 de 1985. Por este decreto, o Brasil restringiu as relações com aquele país africano, tendo em vista as sanções internacionais à África do Sul, e pelo fato do governo sul-africano ter eliminado o diálogo com os partidos da oposição do movimento negro, que impedia a uma democracia multirracial²⁸.

O comércio brasileiro naquele continente, nessa época, também ficou comprometido, devido ao baixo nível de industrialização, e de um número reduzido de manufatureiros que poderiam ser introduzidos no mercado brasileiro. O Brasil também teve que enfrentar a concorrência com outros países que mantinham presença privilegiada, como as antigas metrópoles das colônias através dos diversos acordos assinados com o Mercado Comum Europeu. A estrutura para o transporte, fretes e financiamento de mercadorias estava voltada para a Europa. Nessa época também o Presidente Sarney visitou Cabo Verde, Angola e Moçambique, que passavam momentos econômicos difíceis provindos dos conflitos civis da África do Sul (Saraiva, 2011).

O governo Collor de Mello teve início no ano de 1990, e este não procurou reforçar laços com o continente africano, em verdade, afastou-se para alinhar o país às economias ocidentais capitalistas avançadas. Saraiva (2011) afirma que o governo tentou alinhar-se ao

²⁸ JusBrasil. **Decreto 428/92 | Decreto no 428, de 17 de janeiro de 1992** - Modifica o Decreto nº 91.524, de 9 de agosto de 1985, que impôs restrições ao relacionamento com a África do Sul. Disponível em: < <http://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/113604/decreto-428-92>>. Acesso em 16 set. 2014.

liberalismo associado, mas as políticas do Presidente não se encaixaram na política de diversificação de parceiros, prática tradicional do Ministério de Relações Exteriores brasileiro. O declínio das relações continuava evidente e, devido à crise econômica africana, as relações com o continente não ultrapassaram 2% das relações comerciais brasileiras. O número de diplomatas não aumentava, em 1973 eram 25, chegaram a 34 em 1989 e em 1996 constatou-se apenas 24 (já no governo Fernando Henrique Cardoso).

No ano de 1993, o governo Itamar Franco reativou as relações com o continente, segundo Visentini (2005), o Presidente se reuniu em Brasília com os dirigentes dos países de língua portuguesa e apoiou a reconstrução de alguns países africanos, como foi o caso de Angola.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), as relações mantiveram no mesmo patamar dos governos anteriores, mas o Brasil apoiou nas missões de paz em Angola e alguns outros países. Visentini (2005) afirma que em 1996, FHC visitou Angola e África do Sul firmando diversos acordos. Em 1998 o Presidente da África do Sul Nelson Mandela visitou o Brasil. No início dos anos 2000, a África do Sul assinou um Acordo Quadro com o Mercosul, especificamente uma luta por patente de medicamentos contra a AIDS. Visentini (2005) alerta que desde os anos 1980, houve uma penetração do Brasil no continente através da televisão brasileira, principalmente das novelas, igrejas evangélicas, contrabando de armas, drogas e lavagem de dinheiro. Assim, segundo Visentini (2005), temas comuns como segurança se tornaram desafios para manterem uma agenda internacional comum.

O governo Lula (2003-2010) impulsionou as relações com a África e os demais continentes, como já foi mencionado em outros momentos, mantendo uma continuada política de diversificação de parceiros. A política externa do presidente Lula voltada para a África trouxe um novo impulso às relações do continente com o país. As relações se expandiram para diversos países africanos, além dos países de língua oficial portuguesa. As relações se estreitaram, segundo Visentini e Pereira (2010), pelo maior debate sobre afrodescendência, além da criação de bolsas preparatórias do certame para ingresso nos quadros diplomáticos de pessoas negras.

O Presidente Lula em seu primeiro ano de mandato realizou diversas viagens à África nomeadamente para os seguintes países: São Tomé e Príncipe, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Gabão, Cabo Verde, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau, Botsuana, Senegal, Benin e Argélia. Houve também a ampliação de embaixadas no continente, políticas de

pacificação de conflitos e de reconstrução, além da assistência humanitária e perdão de dívidas.

Visentini e Pereira (2010) explicam, que essa ajuda à África não era bem vista pela oposição do governo do PT. O motivo principal seria a premissa que o Presidente Lula, estava a desperdiçar dinheiro em um “continente sem futuro”. As empresas brasileiras cada dia ganhavam mais espaço no continente, nomeadamente a Petrobrás. No campo educacional, o Programa de Estudantes de Convênio de Graduação passa a incluir os programas de pós-graduação (mestrado e doutoramento) com bolsas diretamente da Capes.

O Brasil, desde o início da política externa independente, possui uma estratégia autonomista. O presidente Lula impulsionou a projeção internacional do Brasil através do continente africano. A integração regional entre África, Ásia e América do Sul fez parte da agenda da diplomacia do governo. O Presidente Lula conseguiu cooperar com os eixos Norte-Sul e Sul-Sul ao mesmo tempo e de maneira equilibrada, criando condições para o aumento de poder de barganha, conseguindo fazer frente a países desenvolvidos como os EUA (Kremer, 2012). Essa fase de política externa também foi caracterizada como uma autonomia para diversificação. A cooperação sul-americana adquiriu mais força através do Mercosul.

As relações com o continente africano foram estratégicas, e um acontecimento político marcante foi o Fórum Brasil-África, organizado em Fortaleza no de 2003. Nesse encontro estabeleceram-se as estratégias do comércio, cooperação, investimento e política (Kemer, 2012). O Itamaraty passou a ter uma divisão exclusiva para o continente. Houve um aumento do fluxo de comércio de US\$ 4,2 bilhões em 2000, US\$ 5 bilhões em 2002 para US\$ 25, 93 bilhões em 2008. A crise de 2009 fez com que em 2010 o comércio apresentasse uma baixa considerável, caindo para algo em torno de US\$ 17,15 bilhões. Contudo, em 2011, o comércio aumentou novamente para US\$ 27, 6 bilhões (Pinho, 2014). Os principais parceiros nessa época foram a Nigéria, Angola e África do Sul. Sobre o tema discorre Kemer (2012):

Embora os números relacionados aos investimentos brasileiros no continente africano sejam vagos e de difícil análise por não serem oficiais, nota-se que em maioria decorreram de interesses privados, e não foram instrumentalizados pela política externa brasileira (ainda que se beneficiem desta, gradualmente). Uma característica relevante refere-se aos investimentos de empresas brasileiras em países africanos acentuados nitidamente naqueles países que foram alvo de investimentos chineses, em função do efeito multiplicador dos retornos após os investimentos em infraestrutura característicos das empreitadas chinesas (Kemer, 2012).

A África é um continente que mobiliza bastante o comércio das mais diversas formas, apesar da oposição à cooperação ter considerado o continente sem futuro, de fato, houve aumento de fluxo de comércio sem precedentes. O paradigma do governo Lula é considerado "logístico": aproximou-se dos países emergentes, conseguiu uma projeção internacional, mas ainda não consegue competir com empresas já existentes dos países europeus. Os meios de transporte são mais eficazes para a Europa. O Brasil perde em relação à diferença de culturas com países que não fazem parte dos PALOP (Mapa, 2011).

Dhiego Mapa (2011) ressalta que um dos motivos principais da cooperação brasileira com o continente africano é o multiculturalismo. Considera esse componente mais que discurso, foi importante no sentido de trazer autenticidade para os setores ideológicos domésticos sobre identidade afro-brasileira. O presidente Lula, segundo Mapa (2011), teve um projeto desenvolvimentista de internacionalização das empresas brasileiras e o aumento do fluxo de comércio internacional. A força do Brasil nos debates globais é fraca se não tiver outros parceiros, segundo Mapa (2011), a aproximação da União Africana, Mercosul e a Zona de Paz e Cooperação, apresentou-se estratégica para um maior debate nos fóruns internacionais.

O Brasil também faz parte do diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) criado no ano de 2003, por iniciativa do Presidente sul africano Thabo Mbeki. O debate da criação aconteceu durante o encontro de Chanceleres Nkosazana Dlamini Zuma, da África do Sul, Celso Amorim, do Brasil e Yashwant Sinha, da Índia, na posse do ex-presidente Lula. O grupo oficializou o diálogo após a reunião do G8 de 2003 na cidade de Evian na França. Neste encontro foram convocados representantes de doze países emergentes, e os representantes do Brasil, Índia e África do Sul emitiram o primeiro documento do Grupo, a "Declaração de Brasília" (Assunção, 2013). Segundo Mapa (2011), esta tinha como objetivo obter mais força para intervenção nos fóruns internacionais e reformas no Conselho de Segurança da ONU, comércio justo, promoção de inclusão e igualdade social, combate à fome, desenvolvimento econômico sustentável, além do repúdio e combate ao terrorismo.

O fórum é uma consolidação de parcerias estratégicas, em uma ampla atuação e estrutura. Atua na cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento através do Fundo IBAS, no combate a fome e a pobreza. Coordenação e consulta pública, além de cooperação técnica setorial intragrupo por meio de dezesseis grupos de trabalho (Assunção, 2013). Os países que fazem parte do diálogo formaram uma coalizão muito discutida na academia: são democráticos, com populações multiétnicas e multiculturais. Os interesses que os unem são comuns, dentre eles o desenvolvimento interno desses países. O discurso dos seus dirigentes

está ligado a questões multilaterais de uma ordem multipolar fundamentada no Direito Internacional e na manutenção da paz e segurança internacional.

O Fundo IBAS é muito importante na medida em que financia projetos de cooperação para o alívio da fome e pobreza. Os recursos são voltados para países com menor desenvolvimento relativo ou em situação de conflito, segundo o MRE. O principal objetivo do Fundo é financiar projetos de desenvolvimento autossustentáveis e auxílios aos Objetivos do Milênio. O Fundo recebeu então três prêmios: Em 2006 recebeu “Parceria Sul-Sul para Aliança Sul-Sul” concedido pelo PNUD; No ano de 2010, recebeu o “Millennium Development Goals Awards” do “Millennium Development Goals Awards Committe”, uma Organização Não Governamental voltada para as Metas do Milênio; O último em 2012, o “South-South and Triangular Cooperation Champions Awards” pelo Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul, graças à inovação na cooperação Sul e triangular (MRE, 2014).

Na era Lula, muitos foram os projetos de cooperação técnica, realizados de acordo com as necessidades dos países africanos. O governo, entre os anos de 2005 a 2010, realizou diversos Acordos-Quadros de Cooperação Técnica (acordo inicial que sustentará os demais e as relações entre os dois países) com diversos países africanos, um marco na era Lula que diversificou e ampliou junto com seu Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim um novo olhar na política externa brasileira.

3.4 O Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Parceria com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) nasceu formalmente durante a 1ª Conferência de Chefes de Estado e do Governo em Lisboa em 1996. A comunidade é formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A comunidade possui a seguinte composição: Conferência de Estados e do Governo; o Conselho de Ministros; o Comitê de Concertação Permanente; Secretário Executivo; as Reuniões Ministeriais Setoriais; e Reunião de Pontos Focais de Cooperação.

Inicialmente a proposta de sua criação ocorreu em 1989, durante o primeiro encontro de Chefes de Estado e de Governo em São Luis do Maranhão (MRE, 2014). Neste encontro foi criado o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, situado na cidade da Praia, Ilha de Santiago em Cabo Verde. Hoje o instituto está integrado a Comunidade como um espaço de difusão da língua portuguesa. Os anos 1990 foram marcados pela criação da CPLP no âmbito

das relações com o continente africano. A CPLP comporta três principais objetivos gerais: a concertação política-diplomática; a cooperação em todos os domínios; e a promoção da língua portuguesa.

O surgimento da CPLP coincide com a época das oscilações das relações com o continente africano, quando existia um retraimento das relações comerciais e diplomáticas. A política de alinhamento do Brasil fez que com que houvesse um afastamento e a política internacional dos EUA. A CPLP surge como um diálogo da ex-metrópole e suas antigas colônias. Segundo José Vicente Pimentel (2000, p.19):

A CPLP não é um remédio para todos os males. Trata-se de um instrumento político-diplomático, destinado a promover a aproximação entre seus membros e forjar parcerias. Não substitui, mas sim complementa e fortalece a ação bilateral. Seus objetivos são de longo prazo, suas regras democráticas, seu espaço aberto colaboração de outros parceiros, públicos ou privados, intra ou extrazona.

Em julho do ano 2000 foi criada a “Declaração sobre Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização” em que os membros da comunidade reafirmam os seus compromissos com o desenvolvimento, erradicação da pobreza e promoção dos valores democráticos (Valler Filho, 2007).

Valler Filho (2007) afirma que as relações do Brasil com a CPLP não se constituem devidamente privilegiadas, devido ao fato do país manter uma política de seleção de parceiros, como Nigéria, África do Sul e Angola. A importância da Comunidade segundo o autor é devido a estratégias de projeção do Brasil internacionalmente, individualmente seria mais difícil, além de ser necessária nos debates globais. A CPLP segundo o autor foi idealizado pelo Presidente Itamar Franco e por José Aparecido de Oliveira. O Itamaraty apoiou Timor-Leste na transição política, este foi o último país a entrar para a Comunidade, ao tornar-se independente.

Miyamoto (2009) afirma que os países da CPLP não possuem interesses comuns entre si, que os seus parceiros internacionais são bem diversificados e agem independentemente da comunidade. Os benefícios desenvolvimentistas provieram de seus próprios esforços ou dentro das organizações internacionais do plano geoestratégico mais próximo. O autor afirma que o único interesse comum desses países é fazer com que o português se torne língua oficial das Nações Unidas. Os esforços dos maiores países, Brasil e Portugal, se mostraram de pouca

monta enquanto comunidade, além dos restantes países membros participarem de outras organizações internacionais ao mesmo tempo.

A projeção comercial para o Brasil não se apresentou privilegiada devido ao fato da dificuldade de inserção de empresas brasileiras nos países de língua portuguesa, como exemplo, a Petrobrás perdeu espaço para a empresa Marathon Oil na exploração de petróleo em Angola. O Brasil também possui dificuldades segundo o autor em cumprir as metas dos projetos de cooperação, como exemplo, em 2008 o Presidente Lula visitou Moçambique e queixou-se de uma fábrica de medicamentos para HIV acordada em 2003 não estar em funcionamento. Em 1990 a comunidade assinou um acordo ortográfico da uniformização da língua portuguesa, o seu preâmbulo expressa que esse acordo representa a unidade da língua portuguesa:

Considerando que o projeto de texto de ortografia unificada de língua portuguesa aprovado em Lisboa, em 12 de Outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a adesão da delegação de observadores da Galiza, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional. Considerando que o texto do acordo que ora se aprova resulta de um aprofundado debate nos Países signatários²⁹.

Mudanças ocorreriam no documento em 1994, mas não foi possível devido à crise em alguns países, uma vez que este deveria ser ratificado por todos os países membros. A ratificação de Portugal apresentou polémicas, devido ao fato do congresso português considerar esse acordo apenas um veículo para concretizar interesses brasileiros. No final ratificaram e deram um prazo de seis anos para começar a valer o acordo³⁰.

Segundo Miyamoto (2009) os discursos de dirigentes brasileiros durante os anos 1990, como o do Ministro Lampreia, nas Nações Unidas em 1997 pouco falavam da comunidade. Mencionava apenas Angola, esta clamando pela intervenção da ONU naquele país, devido aos conflitos civis (apenas 8 linhas, enquanto que sobre o MERCOSUL existiam 16 linhas). No ano de 1999 novamente mencionou Angola e pediu apoio ao processo de paz no país, além de

²⁹ Instituto de Linguística e Computacional. **Portal da Língua Portuguesa: Acordo Ortográfico**. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1990>>. Acesso em: 11 de jul. 2014.

³⁰ Folha de São Paulo. **Burocracia e política atrasam acordo para reforma ortográfica**. Especial, 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2008/reformaortografica/>>. Acesso em 04 mai. 2014.

apoio ao processo de transição política em Timor. No ano 2000, a CPLP tinha desaparecido do discurso.

As parcerias seletivas do governo Fernando Henrique davam prioridade para acordos com a Índia, China e África do Sul. O governo nesta época foi bastante criticado segundo Miyamoto (2009), devido o perdão de dívidas a países africanos e latino-americanos sem receber contrapartida, aplicando o modelo neoliberal. O V e VII Encontro da CPLP foram patrocinados pelo Brasil, o primeiro em 2004 e o segundo em 2008, neste último a ênfase recaiu sobre o Instituto Internacional de Língua Portuguesa. O Brasil também articulou acordos da CPLP com o Mercosul para favorecer intercâmbios econômicos e facilitar a importação de produtos oriundos dos membros da comunidade. A comunidade possui um Fundo Especial criado em 1999, para recebimento de doações que podem ser públicas ou privadas. O Fundo Especial pode receber equipamentos para cooperação técnica, além de financiamento para projetos.

O Brasil é um país que não pode doar grandes montas em cooperação financeira por possuir seus problemas internos e ser um país em desenvolvimento. A cooperação técnica se tornou um dos pilares da cooperação brasileira, por ser de sua natureza um instrumento barato de cooperação e projeção internacional. Os países da comunidade também possuem um Acordo Geral de Cooperação Técnica e o Fundo Especial que dá suporte as mais variadas áreas de cooperação. Os países africanos de língua portuguesa se tornaram alvo da modalidade cooperação técnica especificamente e hoje o Brasil possui diversos projetos em múltiplas áreas, tais como saúde, educação, transporte, administração pública, administração da justiça, agricultura, dentre outras.

A ABC juntamente com a CPLP desenvolve um grande projeto de destaque denominado “Centros Regionais de Excelência”, abrangendo duas áreas de conhecimento, uma na área de desenvolvimento empresarial e outra na administração pública. A proposta foi apresentada no seminário “Fortalecimento da Capacidade Institucional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)”, em 1998 na Bahia (ABC, 2005).

Os centros de excelência possuem como objetivos principais acelerar o processo de capacitação dos PALOP, e avançar na autonomia do funcionalismo de formação profissional tanto para iniciativa privada como pública. A iniciativa para formação profissional pública visava à reforma na organização do Estado, e promoção de empreendedorismo para o desenvolvimento. A aprovação da criação dos centros surgiu nos anos 2000 na cidade de Maputo/Moçambique, durante a reunião do Conselho de Ministros da CPLP (ABC, 2005).

O projeto de Recursos Humanos em Saúde Pública nos PALOP, e Timor-Leste destacou-se junto à comunidade, e visa à proteção da saúde pública, administração hospitalar e vigilância epidemiológica. Os núcleos de formação e qualificação em saúde pública foram instalados em Maputo (Moçambique) e Luanda (Angola), tendo como objetivo a implementação da “Escola de Saúde Pública” por meio de formação docente - pedagógica. Outro projeto importante era o apoio a Guiné-Bissau que estava em crise. Os objetivos do projeto eram superar a difícil conjuntura socioeconômica.

A CPLP aprovou dois projetos de cooperação técnica nas áreas de produção de arroz, formação de inspetores, delegados regionais de Inspeção do Trabalho e Segurança Social, e ações de melhorias no aparelhamento da Faculdade de Direito de Bissau. Também o mesmo projeto estabelece apoio e assistência emergencial em cooperação com o PNUD. A ABC desenvolveu um projeto na área de telecomunicações, sob-responsabilidade da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) do Brasil, e órgãos responsáveis por telecomunicações dos PALOP, e dos países da CPLP. O projeto teve como objetivos, melhorias nas estruturas regulatórias e a trocas de experiências, relativas à privatização e introdução da competitividade no setor.

O governo brasileiro, de acordo com as informações da ABC, também desenvolveu em todos os PALOP e Timor-Leste um projeto de sistema sustentável de cultivo de hortaliças. O programa é para contribuir com a segurança alimentar e aumento do consumo e produção de hortaliças, ficando a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dos Ministérios de Agricultura de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Outros programas importantes também foram implantados tais como o Programa de Treinamento para a Cooperação Técnica Internacional com o objetivo de aperfeiçoar o nível de conhecimento no âmbito da metodologia relativa ao processo de cooperação para o desenvolvimento. Durante o primeiro encontro de especialistas da CPLP sobre a malária, doença que assola o continente africano foram discutidas as metas para o combate a doença, além do fortalecimento do secretariado executivo da CPLP (ABC, 2005). O gráfico 8 aponta os gastos brasileiros com a cooperação técnica para os PALOP de acordo com os dados da Agência Brasileira de Cooperação:

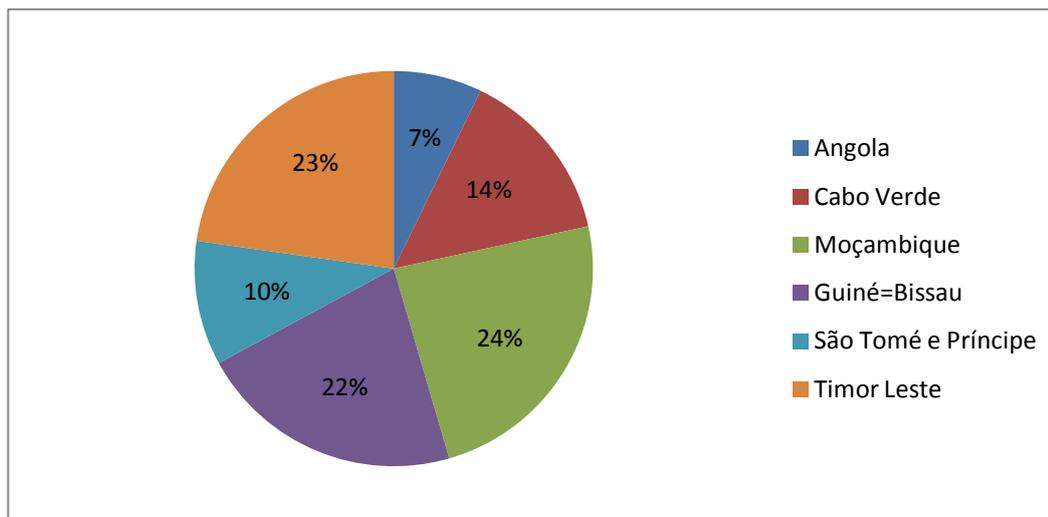


Figura 8 - Cooperação técnica bilateral prestada aos PALOP 2005/2010 em %
 Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Assim nessa discussão pode-se perceber que esses países são unidos ao Brasil por questões eminentemente estratégicas, uma vez que os PALOP oferecem uma ligação com o continente africano, ligações seculares de história e influências comerciais. A língua em comum e o surgimento da CPLP criaram uma força dos países do terceiro mundo, unindo Américas, África e Europa em uma aliança estratégica. No próximo capítulo apresenta-se a cooperação técnica a Cabo Verde, um dos integrantes dos PALOP e da CPLP, que além dos projetos mencionados acima, recebe outros de acordo com as questões locais desenvolvimentistas.

4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E CABO VERDE NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este capítulo apresenta os projetos de cooperação técnica prestada no âmbito educacional. Em um primeiro momento faz-se um histórico da diplomacia cabo-verdiana. Em seguida o texto realiza uma análise das relações entre Cabo Verde e Brasil, apresentando a diplomacia e os projetos de cooperação técnica que já foram ou se encontram em execução. Em seguida, efetua-se uma análise dos projetos de cooperação técnica brasileira na arena

educacional em Cabo Verde, descrevendo-os e apresentando os dados estatísticos aos quais se teve acesso.

4.1 As Origens da Diplomacia Cabo-Verdiana

Costa (2011) dividiu a política externa cabo-verdiana em três fases: a) O período entre 1975-1980, denominada da gestão de recursos humanitários; b) Entre 1980-1990 no apogeu da cooperação internacional para o desenvolvimento e c) E no período 1990-2009 denominado de maturação da diplomacia, na qual esta se renova, se tornando mais eficiente e pragmática.

No primeiro período pós - independência o PIB *percapita* de Cabo Verde era de apenas US\$190 (Tavares, 2010). As unidades industriais estavam obsoletas e as que funcionavam estavam no ramo da panificação, biscoito e conserva de peixe. Devido ao fenômeno da insularidade, a comunicação entre as ilhas dependia de pequenos veleiros. A integração das diversas regiões do país encontrava-se comprometida. As constantes secas, a fome e sem a solidariedade de Portugal, a população começou a emigrar-se, o principal destino era a Europa e EUA (Tavares, 2010).

A situação da população era cada vez mais grave e precisava de assistência humanitária. Com uma diplomacia pautada no princípio de diversificação para multiplicação de parceiros, conseguiu diversos donativos. As prioridades eram as necessidades básicas, por isso o governo criou a EMPA (Empresa Pública de Abastecimento) para importação e distribuição de gêneros alimentícios (Tavares, 2010). Os donativos passaram a ser vendidos por um preço acessível e os rendimentos iam diretamente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento, enquanto outros produtos eram importados por comerciantes.

Neste período, a economia internacional estava em crise, consequências da crise do petróleo. Cabo Verde, devido à sua posição geográfica de ligação entre os continentes, representava um ponto geoestratégico no âmbito da Guerra Fria, mas a política externa tomava rumos de diversificação e não alinhamento com as duas potências em disputa geopolítica. Assim discorre Suzano Costa (2011, p. 231):

A análise da política externa de um pequeno Estado insular e arquipelágico, como Cabo Verde, se inserem no quadro deste postulado teórico porquanto a sua sobrevivência num sistema internacional interdependente e em constante mutação, inclusivamente da persecução de uma diplomacia pragmática, arguta e ancorada em princípios globalmente ancorados.

O objetivo dessa estratégia consistia em manter-se livre em relação a um possível alinhamento, e buscar o máximo de parceiros para manter o jovem aparelho estatal funcionando. Os principais investimentos nessa época eram em áreas como educação, saúde e transporte. Para a educação básica era necessário maior investimento devido à elevada taxa de analfabetismo.

Os americanos temiam, segundo Graça (2004), um alinhamento com a União Soviética, consequência da orientação marxista dos membros do Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) e dos laços de amizade e cooperação que mantinha com a URSS, na luta pela libertação nacional. Os americanos suspeitavam que em Cabo Verde fosse montada uma base naval russa, pois os dirigentes do país eram considerados pró-URSS, assim tidos como ameaça aos interesses americanos na contenção do comunismo.

Cabo Verde representava o perigo entre as colônias portuguesas, porque os dirigentes do PAIGC haviam influenciado os outros movimentos de libertação nacional, nomeadamente de Angola, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Segundo Graça (2004), após a perda dos Açores, os EUA precisavam manter Cabo Verde como uma posição estratégica de contenção do comunismo. Contudo, a recusa do governo de Cabo Verde ao alinhamento direto com a União Soviética causou a redução do envio de donativos desta potência para o país.

O I Plano de Desenvolvimento do governo nasceu na segunda fase da política externa nos anos 1980. Cabo Verde iniciou então um processo de industrialização, e por isso recorre ao financiamento externo. Surgem as primeiras indústrias de calçados e confecções, empresas de armazenamento de pescas, de transporte público, de reparação de navios, combustíveis, produtos farmacêuticos, e a modernização de aeroportos e da marinha (Graça, 2004). O investimento em Cabo Verde na área de educação também se apresentou de suma importância, a exemplo dos primeiros estudantes bolsistas que possuíram a oportunidade de estudar e aprofundar conhecimento nos países europeus e no Brasil. O Projeto Cantinas Escolares surgiu como forma de fortalecimento da educação para manter os estudantes no ensino básico, reduzindo a taxa de analfabetismo consideravelmente. A remessa de emigrantes movimentava a economia equilibrando a balança comercial (Tavares, 2010).

Daniel Pereira (2005) lembra, que embora o país fosse pouco significativo na arena política internacional, envolveu-se na luta pelo *apartheid*, e nessa época já era membro da União Africana (UA). Foi ameaçado de sanções por parte da UA por permitir que aviões da South África Airlines fizessem escalas nos aeroportos cabo-verdianos. Este ato de Cabo

Verde na época se justificou pela ausência de recursos para manter o Estado, pois os pousos desses aviões traziam recursos para o país e este ficou livre das ameaças.

Outro momento marcante da diplomacia de Cabo Verde nos anos 1980, de acordo com Pereira (2005), foi à participação na Presidência da Comissão Preparatória para a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos durante quase toda a década, no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Direito do Mar.

A terceira e atual fase da política externa da divisão de Costa (2011), iniciou nos anos de 1990, com a transição política de um regime de partido único para um multipartidarismo. Um momento importante na democracia cabo-verdiana, marco inicial da consolidação democrática. A década foi marcada pela ocupação não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (biênio 1992/93). A diplomacia cabo-verdiana, segundo Pereira (2005), foi considerada como um exemplo de credibilidade. As dificuldades do país são visíveis nessa época, apesar dos índices de crescimentos apresentarem-se positivos. Segundo Tavares (2010), o esforço para o desenvolvimento durante décadas esteve focado na cooperação internacional. A ajuda externa permitiu que o país melhorasse as suas condições alimentares, o seu padrão econômico, a formação de quadros e melhorias as condições de saúde.

4.2 Cabo Verde e a Cooperação Internacional

Cabo Verde é um país com uma cultura voltada para a cooperação internacional muito forte, mas que conseguiu atingir uma escala de desenvolvimento que o exime de fazer parte da lista dos países mais pobres da África. Tavares (2010) classifica a visão de alguns estudiosos, quando se refere à ajuda internacional para a África, com um olhar pessimista, ao caso cabo-verdiano, notadamente Dambyssa Moyo e William Easterly. Para Tavares (2010), essa visão não se enquadra no caso de Cabo Verde, devido ao fato da corrupção apresentar-se com uma das taxas mais baixas da África (41º lugar em 2013 pelo Corruption Perceptions Index), e a percepção de que os funcionários públicos que utilizam os recursos do governo para enriquecimento privado encontram limitada expressão. A visão de Dambyssa Moyo sobre funcionários públicos com educação limitada, que causaria corrupção, encontra limitada expressão. Diante do crescimento positivo do país ao longo das últimas décadas, recebeu

recentemente, segundo convênio do Millennium Challenge Account (MCA), o valor de 66,2 milhões de dólares para o crescimento econômico e redução da pobreza³¹.

O MCA é um programa do governo americano para o combate a pobreza mediante projetos como saneamento básico e água potável. Além dos EUA, os principais parceiros segundo o Ministério de Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades de Cabo Verde, são: Angola, Alemanha, Portugal, Argélia, Áustria, Galiza, Luxemburgo, França, Espanha, Itália, dentre tantos outros que mantêm projetos de cooperação nas mais variadas áreas. A cooperação Sul-Sul também faz parte de sua agenda de maneira significativa e coopera com o Brasil, África do Sul, Índia e China. Ultimamente é parte de um acordo especial com a União Europeia (UE), que atua para desenvolvimento e integração competitiva na dinâmica global³².

As parcerias de Cabo Verde mencionadas acima, também fazem parte do suporte da transição “suave” de Cabo Verde de países “menos avançados”, para países de rendimento médio. O país fez parte dos "menos avançados" desde 1977, e diversos parceiros estão a trabalhar para que o país não prejudique seu desenvolvimento, já que ainda não consegue suprir a ausência dos benefícios da ajuda externa. A Resolução da ONU 59/210 de 2004 determinou a graduação de Cabo Verde para país de rendimento médio, devido ao fato de ter preenchido os seguintes critérios: o critério de rendimento *per capita*, a média por habitante estava acima de US\$ 900 anuais; índices positivos de capital humano (de acordo com a PNUD 0, 736) considerando os seguintes fatores: nutrição, saúde, escolaridade, alfabetização de adultos, formação superior, etc.; a vulnerabilidade econômica, que é um fator preocupante e ainda está muito abaixo do nível desejado para a transição³³.

Nessa fase de transição foi criado o Grupo de Apoio a Transição (GAT). Este grupo tem a finalidade de colaborar com o país em um mecanismo consultivo estratégico de preparação, implementação e seguimento da transição. O GAT foi criado em 2006 e é constituído pelos seguintes países: Áustria, Espanha, EUA, França, Holanda, Luxemburgo, Portugal e República Popular da China. A transição também tem apoio do Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Comissão Europeia e o Sistema das Nações Unidas.

³¹ Millennium Challenge Account II. Descrição Geral do MCA CV II. Disponível em: <http://www.mca.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=134&lang=pt>. Acesso em: 11 de jul. 2014.

³² Governo da República de Cabo Verde. Documentos. **Parceria Especial com a União Europeia**. Disponível em: <http://www.governo.cv/documents/Parceria_especial_UE.pdf>. Acesso em 13 mai.-2014.

³³ Embaixada de Cabo Verde no Brasil. Relatório da ONU sobre a saída de Cabo Verde de PMA. Disponível em: <http://www.embcv.org.br/portal/modules/mastop_publish/?tac=Relat%F3rio_da_ONU_sobre__Sa%EDda_de_Cabo_Verde_de_PMA>.

O apoio do GAT deve superar as maiores vulnerabilidades do país, nomeadamente importação, exportação, produção agrícola, meio ambiente, divisão geográfica, dentre outros problemas. No dia 12 de Junho de 2007, o GAT adotou a “Declaração sobre a saída efetiva de Cabo Verde do grupo dos Países Menos Avançados (PMA)”, defendendo a ideia de que os parceiros devem manter uma agenda dinâmica de transformação sócio - econômica rumo ao desenvolvimento. Participar dos "Objetivos do Milênio" da ONU é uma aposta do país para o desenvolvimento. Cabo Verde é um dos países africanos que poderá cumprir os objetivos em sua primeira fase, que termina em 2015. A continuação das diversas formas de ajuda externa é importante para manter o desenvolvimento e para que o processo de transição obtenha o sucesso esperado.

4.3 Cooperação Técnica Brasileira para Cabo Verde

Cabo Verde é o coração do oceano Atlântico, e desde cedo foi um centro do comércio, os navegadores na costa o descobriram um pouco antes da descoberta do Brasil. Daniel Pereira (2011) lembra, que Pedro Álvares Cabral passou por Cabo Verde antes de chegar ao Brasil para se abastecer, no Porto da Ilha de São Nicolau. Após a descoberta das terras brasileiras, os colonos trouxeram da África cana sacarina, escravos ladinos³⁴, feijão, arroz e milho. Esses produtos passaram a ser comercializados no Porto da Ribeira Grande, e seguiam para Europa e Brasil.

Historicamente as relações Brasil e Cabo Verde se tornam muito estreitas na troca de animais e plantas, tanto enviando para o pequeno arquipélago do porto de Ilhéus na Bahia, como recebiam pelo mesmo porto. Como já devidamente delineado as relações Brasil e África tiveram um início com o tráfico negreiro, e Cabo Verde foi uma das maiores pontes de comércio, especificamente o Porto Grande na Ilha de São Vicente. Após longas décadas de colonização, como foi visto, a independência trouxe liberdade política, tanto interna como externa.

Em 28 de julho de 1975, poucos dias após ser declarada a independência, inaugurou-se oficialmente o consulado do Brasil em Cabo Verde na cidade do Mindelo (Conselho de São Vicente), cumulado com Guiné-Bissau, conduzida pelo primeiro embaixador Joayrton Martins Cahu. No ano de 1976 é inaugurado o primeiro vice - consulado em Praia (capital), extinguindo o consulado no Conselho de São Vicente. Em 1976, chega a Cabo Verde a

³⁴ O processo de ladinização de escravos consistia no ensinamento de língua, costumes, afazeres domésticos e hábitos europeus, tornando- os mais valorizados no mercado escravocrata.

primeira missão técnica para uma análise ampla das necessidades do país, formada por altos funcionários dos diversos ministérios, desde cultura, agricultura, saúde e assim surge o primeiro Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, datado de 28 de abril de 1977, promulgado em 16 de Dezembro de 1980 (Rizzi, 2012). Nessa época a cooperação brasileira estava a dar seus primeiros passos na cooperação internacional, prestada após décadas de ajuda externa recebida. A cooperação técnica passa a exercer um papel importante no desenvolvimento de Cabo Verde. Os projetos variam desde horticultura, caprina - ovinocultura, estatística, pesquisa agropecuária, saúde, assistência social, habitação, etc.

Os dois países mantêm, desde então, parcerias de amizade. De acordo com a cronologia de política externa brasileira do Senado Federal (2011), o Presidente Aristides Pereira visitou o Brasil nos de 1985/87/90. O Presidente Figueiredo visitou Cabo Verde no ano de 1983 e neste mesmo ano é criada a Embaixada em Praia. O Presidente José Sarney visitou o país em 1986, com a assinatura de um acordo comercial. Na década de 1990, as visitas apresentaram-se escassas - o Presidente de Cabo Verde António Mascarenhas Monteiro visitou o Brasil em 1992. Somente no ano de 2002 as relações de amizade retomam com força, devido à nova visão da política externa brasileira do Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Rizzi (2012) no ano de 2001 o Plano de Desenvolvimento de Cabo Verde possuía metas de inserção do país na economia internacional, e o setor privado era o motor do desenvolvimento. No ano de 2003 o Presidente Pedro Pires visitou o Brasil apresentando planos de parcerias no âmbito do comércio bilateral e outros projetos de cooperação. No mesmo ano, durante o Congresso Internacional Socialista, o Primeiro Ministro José Maria Neves se encontrou reservadamente com o Presidente Lula, ato que representou uma renovada preferência política pelo país.

O presidente Lula fez sua primeira visita a Cabo Verde em 2004, quando foi inaugurado um Telecentro doado pelo Brasil destinado a ações de atuação do governo no campo digital, e assistiu-se a assinatura de diversos acordos bilaterais (Rizzi, 2012). Neste mesmo ano também visitou Cabo Verde o Ministro da Cultura Gilberto Gil. O Presidente Lula visitou novamente Cabo Verde em 2010 para a Reunião da Cúpula Brasil - CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental). O ex-ministro de relações exteriores Celso Amorim visitou o país em 2005, 2008 e 2009 para reuniões dos Ministros da CPLP e em 2010 para reunião da Cúpula junto ao Presidente Lula. As sucessivas viagens de tanto de autoridades cabo-verdianas como de autoridades brasileiras representam um esforço para uma aproximação no âmbito da cooperação e da visibilidade do Brasil no exterior (Senado Federal, 2011).

Cabo Verde, segundo Tavares (2010), também possui o objetivo de obter visibilidade e integração no dinamismo comercial internacional, para o aumento de suas exportações e diminuição da importação, através do fomento a produção interna. A diplomacia cabo-verdiana pretende transformar Cabo Verde em uma base logística e entreposto comercial na distribuição de produtos devido a sua localização geográfica. O Brasil também oferece oportunidades de aproximação com outros parceiros, abrindo horizontes para o comércio.

Embora Cabo Verde não apresente relações comerciais de grande monta para o Brasil, mantêm fortes acordos bilaterais. Podem-se observar as motivações políticas do Brasil em cooperar com Cabo Verde em relação também como foi descrito no tópico anterior, em relação aos diversos acordos que vinculam o país ao PALOP e a CPLP, que representam a criação de uma força para sua inserção e visibilidade internacional. Os projetos de cooperação técnica apresentados anteriormente são aplicados em todos os países dos PALOP e CPLP, em Cabo Verde possuem os projetos adaptados às peculiaridades da realidade local. No ano de 2010 o catálogo da ABC apresentou os seguintes projetos de desenvolvimento de Cabo Verde em execução, alguns dos quais já se encontram concluídos:

- *Apoio ao desenvolvimento de caprino - ovinocultura em Cabo Verde*

O acordo foi firmado em 13 de Setembro de 2007. Já em seu preâmbulo as partes consideraram a importância de consolidar a expansão de agropecuária no país receptor, além da geração de emprego e renda no país. O projeto possui como objetivos capacitar especialistas do Ministério da Agricultura e Ambiente em sistemas de produção animal, além do fulcro de transferir material de genético de domínio público a Cabo Verde. Segundo a ABC o projeto iria capacitar 20 técnicos do Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIDA) em sistemas de produção animal caprino e ovina para corte e leite. Em Cabo Verde iria ser implementado uma Unidade de Demonstração de Sistemas de Reprodução de Caprinos de leite e de Ovinos para corte. Estão prevista no projeto ao todo 10 missões a serem executadas pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) ligada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

- *Desenvolvimento de Horticultura.*

Este projeto foi assinado em 2007. Sua finalidade de acordo com o artigo I do acordo é capacitar especialistas do Ministério de Ambiente e Agricultura de Cabo Verde em sistemas de produção de frutas tropicais e hortaliças. O projeto tinha como objetivo capacitar cerca de 20 técnicos do INIDA pela EMBRAPA, e prevê a transferência de germoplasma de plantas olerícolas e frutícolas de domínio público. A previsão, na época, é de que a ABC faria cinco missões a Cabo Verde com participação de especialistas da EMBRAPA, e de seis missões ao Brasil, nas quais, a cada uma, oito técnicos receberiam formação técnica.

- *Fortalecimento de Atenção Primária a Saúde*

Uma parceria do Ministério da Saúde de Cabo Verde e da Universidade Federal de Juiz de Fora, para o cuidado, reestruturação e organização dos serviços de saúde de Cabo Verde. O projeto prevê a capacitação de 25 conselheiros de saúde, 25 servidores em organização e gestão de unidades de atenção primária, além de 25 servidores das equipes das delegacias de saúde em monitoramento e avaliação de programas e serviços. Ainda está previsto capacitar 20 servidores do Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário (CNDS), para o que serão enviados 18 especialistas brasileiros a Cabo Verde divididos em 9 missões, para realizar as devidas atividades de capacitação. Delegados de Saúde devem vir ao Brasil para formação na Universidade de Juiz de Fora sobre o modelo municipal adotado. No total, 90 servidores cabo-verdianos devem fazer capacitação. No ano de 2012 durante o governo Dilma, foi assinada a fase II desse projeto, que possui como objetivos a implementação dos planos regionais de saúde, mais a capacitação de profissionais nas áreas de cuidado primários de saúde.

- *Fortalecimento Institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional- IEFP*

É um projeto da parceria com o Ministério da Educação - MEC/SETEC, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás junto ao Ministério do Trabalho, Emprego, Formação Profissional e Solidariedade Social. Este projeto tem como objetivo capacitar profissionais da área de hotelaria e turismo, com o intuito de aumento da renda familiar e melhorias na qualidade de vida do trabalhador cabo-verdiano. A previsão era a capacitação na gestão de formação profissional e em metodologias na elaboração de catálogos

das qualificações de Cabo Verde. O término do projeto foi em 2010 e foram capacitados 80 profissionais em Cabo Verde. As mais diversas áreas foram atingidas, como restaurantes e bares, camareiras, recreação e lazer, eventos e atendimento ao cliente. O curso possuiu a duração de 120 horas realizadas nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Sal e Fogo. Foi construído o Centro de Formação Profissional em Praia que equipou seis oficinas para cursos de serralheria, alimentos, construção civil, informática, eletricidade e canalização. O projeto iniciou a fase II em 2010 e já foram capacitados 800 alunos nos cursos oferecidos a partir da realização de estágios no SENAI em Fortaleza/CE. O edifício está em funcionamento desde 2008, após inauguração pelo Ministro Celso Amorim, durante a primeira fase do projeto.

- *Apoio à reestruturação do Telecentro da Praia*

O projeto possuiu como objetivos a doação de computadores, substituindo os anteriores, adquiridos durante a I Fase do projeto. Também houve a capacitação de oito técnicos de informática da Biblioteca Nacional e liberação de softwares no país mediante doação de computadores de última geração. Não se obteve dados sobre a segunda fase do projeto. O responsável pelo projeto é do lado brasileiro, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e, do outro, a Biblioteca Nacional de Cabo Verde.

- *Apoio ao controle da Malária*

No ano de 2008, iniciou-se o projeto de controle da malária, sendo os responsáveis do projeto os ministérios da saúde de Cabo Verde e Brasil, além da Secretaria de Vigilância e Saúde. O projeto possui como objetivos a vigilância epidemiológica e controle do número de casos da doença, bem como capacitar técnicos em diagnóstico e em controle integrado de vetores da doença, enfocando na gestão de barragens. Serão feitas quinze missões para o devido cumprimento dos objetivos e a capacitação de 10 técnicos para o controle dos vetores como é o caso, dos mosquitos.

- *Apoio ao fortalecimento institucional de águas em Cabo Verde*

Este projeto foi realizado em parceria com o governo da Bahia/Instituto de Gestão de Água e Clima INGÁ, junto ao Ministério de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos de Cabo Verde. O projeto tem como objetivo a luta contra a

desertificação, bem como uma gestão e monitoramento do uso de águas. O projeto abarca a realização de estudos sobre instrumentos legais e metodológicos para exploração de águas subterrâneas, cálculos hídricos e a implantação de aquíferos artificiais tendo em conta o Plano Nacional Contra a Desertificação. As ilhas são áridas e secas, por isso o governo aproveita para dessalinizar água do mar encontrada em abundância nas ilhas.

- *Projeto de Apoio Técnico para Implantação do Banco de Leite Humano*

Este projeto foi realizado em parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Instituto Fernandes Figueira – IFF, Centro de Referência Nacional para BLH do Brasil e o Ministério de Saúde de Cabo Verde. O acordo foi assinado em 2008 e este projeto possui como objetivos a capacitação de aproximadamente vinte técnicos para transformar o banco de leite num centro de excelência no combate a desnutrição de recém-nascidos. A equipe técnica deve fazer um controle da qualidade do leite materno - um grande passo na luta contra a mortalidade infantil nas ilhas. O banco está situado no Hospital Agostinho Neto, cidade da Praia (Capital de Cabo Verde, situada na Ilha de Santiago).

- *Projeto consolidação da ARFA (Agência de Regulação dos Produtos Farmacêuticos)*

O ARFA é o agente regulador dos setores farmacêutico e alimentar caboverdiano e o projeto visam ao fortalecimento de sua capacidade institucional. Este projeto é da responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA do Brasil e da ARFA. Possui como objetivos a realização do estágio de 11 cabo-verdianos na ANVISA, e a capacitação de 30 técnicos de instituições de saúde cabo-verdianas, para a sensibilização do uso racional e inspeção de medicamentos, de procedimentos e registros de medicamentos sintéticos, além de inspeção de alimentos. É previsto o apoio à implantação em Cabo Verde um sistema de vigilância sanitária, para inspeção de alimentos, por meio de consultoria e capacitação.

- *Apoio ao desenvolvimento habitacional de Cabo Verde*

Este projeto foi executado sobre responsabilidade da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Ministério das Cidades do Brasil e do Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento de territórios (MDHOT). É um programa que possui o mesmo sentido da

"Minha Casa, Minha Vida" no Brasil, denominado "Casa para Todos". Os objetivos constituem-se na prestação de assessoria nos cálculos de déficit habitacional, no diagnóstico da inadequação de moradias, manuais de programas habitacionais e a criação de um Guia de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Também prestará assistência técnica na execução do programa por meio de elaboração de manuais de orientações técnicas de engenharia, na contratação de empresas construtoras, e a capacitação de 15 técnicos cabo-verdianos na análise e criação de quatro manuais de execução e cinco programas para finalização com sucesso do projeto.

4.4 Cooperação técnica educacional brasileira prestada a Cabo Verde

4.4.1 Programa de Estudantes de Convênio de Graduação e Pós-Graduação

Diversos são os programas educacionais que o Brasil tem implantado em Cabo Verde no âmbito da cooperação técnica no setor educacional. Um dos programas de cooperação mais importantes e abrangentes nessa área é o "Programa de Estudantes de Convênio - Graduação/Pós-Graduação", destinado a países em desenvolvimento, para estudantes preferencialmente entre os 18 e 23 anos de idade. Os estudantes, participantes deste projeto, provêm dos seguintes países em desenvolvimento, de acordo com informações do MRE/Brasil.

Tabela 2- Países participantes do programa PEC-G

ÁFRICA	AMÉRICA LATINA E CARIBE	ÁSIA
África do Sul	Antígua e Barbuda	China
Angola	Argentina	Paquistão
Benim	Barbados	Tailândia
Cabo Verde	Bolívia	Timor-Leste
Camarões	Chile	
Costa do Marfim	Colômbia	
Gabão	Costa Rica	
Gana	Cuba	
Guiné-Bissau	El Salvador	
Mali	Equador	
Moçambique	Guatemala	
Namíbia	Guiana	
Nigéria	Haiti	
Quênia	Honduras	
República do Congo	Jamaica	
República Democrática do Congo	México	
São Tomé & Príncipe	Nicarágua	

Senegal	Panamá	
Togo	Paraguai	
	Peru	
	República Dominicana	
	Suriname	
	Trinidad e Tobago	
	Uruguai	
	Venezuela	

Fonte: Ministério das Relações Exteriores (MRE)

A coordenação do programa ficou a cargo do Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Temas Educacionais, do Ministério da Educação (MEC) através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ainda com ajuda do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) - Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)³⁵.

O PEC-G surgiu em meados da década de 1920. Antes de se tornar oficial, no ano de 1917 se registrou a presença de brasileiros estudando no Uruguai e, em 1919 estudantes argentinos, uruguaios e chilenos realizavam formação superior no Brasil, em instituições como a Escola Militar e a Escola Naval. Segundo o Manual do PEC-G (2012), o Brasil estreitou as relações culturais com os países da América Latina na eclosão da Segunda Guerra Mundial, gerando interesses comuns e forte intercâmbio estudantil. No Brasil então existiam um grande número de estudantes latino-americanos e logo começaram a surgir os primeiros convênios. Diante dessas fortes relações bilaterais, o governo facilitou o acesso ao ensino, isentando os estudantes de possíveis mensalidades e do exame de vestibular para o acesso a universidades públicas brasileiras (MANUAL DE PEC-G, 2012).

Até o ano de 1967, o programa foi administrado exclusivamente pelo Ministério de Relações Exteriores. Após esse período, protocolos conjuntos vem sendo desenvolvidos pelo Ministério da Educação, pelas Instituições de Ensino Superior, Missões Diplomáticas e Repartições Consulares radicados nos países de origem dos estudantes. A seleção do programa é efetuada no país de origem do candidato pela repartição consular do Brasil onde é organizada uma pré-seleção. Em seguida é enviada ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), que juntamente a Secretaria de Ensino Superior - esta assessorada por uma comissão indicada pelo Fórum Brasileiro dos Pro - Reitores de Graduação - elabora a seleção final (MANUAL DO PEC-G, 2012).

³⁵ Ministério da Educação (MEC). Programa Estudantes de Convênio – PEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=530&>> Acesso em: 01 jul. 2014.

A seleção é baseada no histórico escolar dos alunos e nas condições financeiras da família, sendo que o estudante deve custear sua estadia e passagem aérea. Os estudantes que não provêm dos países de língua oficial portuguesa devem apresentar o certificado da Celpe-Bras, que é o exame de proficiência em língua portuguesa reconhecido internacionalmente, aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esse exame é efetuado após estudos da língua portuguesa nas instituições credenciadas e também pode ser aplicado no exterior através dos Centros Culturais Brasileiros e de outras instituições associadas³⁶. Após a chegada ao Brasil, o estudante de convênio deve possuir em mãos uma carta de apresentação para poder efetuar sua matrícula institucional na universidade brasileira a que for selecionado. O candidato selecionado quando em território brasileiro deverá comparecer ao Departamento de Estrangeiros da Polícia Federal em 30 dias para o registro formal no país. Os estudantes estrangeiros também recebem um auxílio do governo brasileiro durante sua graduação. Existem três tipos de bolsa auxílio, bolsa Promisaes, de mérito, do MRE e emergencial:

- a) A bolsa Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) do Ministério da Educação, foi criada no intuito de oferecer auxílio aos estudantes estrangeiros e fomentar a cooperação técnica-científica e cultural. O projeto oferece uma bolsa no valor atualizado do salário mínimo nacional (seiscentos e vinte e dois reais-2014) durante 6 meses, analisando o histórico escolar do aluno. A média mínima de aprovação é de acordo com a Instituição de Ensino Superior (IES) que o aluno frequenta³⁷;
- b) A bolsa mérito é um auxílio do Ministério das Relações Exteriores no valor do salário mínimo atualizado (seiscentos e vinte e dois reais-2014) por possuir um índice acadêmico considerado de excelência. O estudante também recebe a passagem aérea de regresso ao país ao término da graduação. Primeiramente é feita uma pré-seleção na IES e o resultado deve ser enviado em forma de ofício ao DCT para a seleção final³⁸;

³⁶ Ministério de Relações Exteriores. Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/estrangeiros/celpebras.php>>.

³⁷ Ministério da Educação-MEC. Programa Promisaes. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=545&id=12284&option=com_content&view=article>.

³⁸ Ministério de Relações Exteriores. PEC-G: Bolsas de Estudo do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/bolsas.php>>.

- c) O MRE também oferece um auxílio aos estudantes que fazem graduação nas instituições não - federais que apresentam comprovadas dificuldades em manter as condições dignas de moradia e alimentação. O valor do auxílio é um salário mínimo atualizado (seiscentos e vinte e dois reais-2014), por um período de 6 meses. A IES em que o estudante está se graduando deverá efetuar uma seleção prévia e enviar a Divisão de Temas Educacionais do Ministério de Relações Exteriores³⁹; A bolsa emergencial é para casos específicos de problemas financeiros do estudante por questões inusitadas. Nestes casos a IES que o estudante está graduando deverá solicitar a bolsa ao DCE a qualquer momento. O valor é o mesmo das demais bolsas mencionadas por um período de até 6 meses⁴⁰.

O programa também abrange a pós-graduação (acesso a cursos de mestrado e doutorado), esta última amplamente utilizada para dar suporte na formação superior continuada. Instituições brasileiras como Capes e CNPq oferecem bolsas de estudos a estudantes de convênio de pós-graduação. O primeiro protocolo do programa surgiu em 1981 e foi atualizado em 2006. Segundo dados do Ministério de Relações Exteriores foram selecionados ao longo da última década mais de 1.600 estudantes de pós-graduação, sendo que 75% provieram dos países das Américas, especificamente da Colômbia, Peru e Argentina⁴¹. A seguinte tabela apresenta o número de bolsas concedidas a estudantes de convênio das Américas selecionados dos anos 2000 a 2012:

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Ministério de Relações Exteriores. **Histórico do PEC-PG.** Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.html>>.

Tabela 3-Candidatos das Américas pro PEC-PG 2000/2012

Candidatos das Américas Selecionados de 2000 a 2012														
PAÍS/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total por país
Argentina	6	6	11	4	7	10	11	16	8	16	14	6	5	120
Bolívia	4	4	6	6	1	5	6	10	7	13	8	8	4	82
Chile	4	3	2	1	3	2	8	6	7	6	5	5	11	63
Colômbia	7	7	11	11	7	11	43	26	51	79	61	68	66	448
Costa Rica	1	1	1		2	3	4	1	1	4	2	3	1	24
Cuba	6	6	1	4	3	4	1	4	5	5	4	6	5	54
El Salvador			1						2		1			4
Equador	1	1	6	2	1	6	5	13	10	5	9	7	6	72
Guatemala	2	2	4	1	2	1	3	2	2		2	1	1	23
Guiana			1											1
Haití											1		4	5
Honduras			1			1	1						1	4
Jamaica													1	1
México	2	2	2	1	1	6	1	5	5	4	3	8	3	43
Nicarágua	3	3	1		1			1		2		3		14
Panamá	2	2	2	1	2		1	2	1	2	1		3	19
Paraguai	5	5	9	1	3	6	6	10	8	12	4	8	7	84
Peru	11	11	6	7	11	6	21	25	27	33	20	36	32	246
Rep. Dominicana	1	1	1		1	1		1	2	4	1		1	14
Suriname	2	2			1								1	6
Trinidad e Tobago													1	1
Uruguai	4	4	7		4	10	9	5	4	9	6	3	3	68
Venezuela			1		2	1	2		1	2	1	6	5	21
Total por Ano	61	60	74	39	52	73	122	127	141	196	143	168	161	1417

Fonte - Ministério das Relações Exteriores. Histórico do PEC-G. Disponível em: < <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.html>>. Acesso em 02 jul. 2014.

Analisando a tabela se observa que a Colômbia lidera como o país que mais recebeu bolsas de estudos do PEC-PG, seguida do Peru e Argentina. Enquanto os países que menos receberam foram Trinidad e Tobago, Guiana, El Salvador, Haiti, Honduras e Jamaica. Os candidatos africanos são minoritários em relação aos estudantes das Américas e pode-se observar que os países que mais receberam o auxílio foram Cabo Verde, Moçambique e Angola de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 4 - Candidatos africanos selecionados PEC-PG 2000 a 2012

Candidatos Africanos Selecionados de 2000 a 2012														
PAÍS/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total por país
Angola	1	1	6	3	1	2	3	7	5	2	8	10	8	57
Benin										1		1	2	4
Cabo Verde	4	4	5	5	6	12	22	6	8	7	15	4	14	112
Cameroun									2				1	3
Costa do Marfim			2	1	1	3	1	3					1	12
Egito									1					1
Gana				1										1
Guiné-Bissau	1	1	3	1	1	6	5	2	3	2	6	2	5	38
Moçambique	5	5	9	5	8	12	16	12	9	3	8	21	24	137
Namíbia	1	1												2
Nigéria				1		1					1		2	5
Rep. Dem. Congo								1						1
S. Tomé e Príncipe		1				4				1	1	1	2	10
Senegal	2	2					1	1						6
Total por ano	14	15	25	17	17	40	48	32	28	16	39	39	59	389

Fonte - Ministério das Relações Exteriores. Histórico do PEC-G – Disponível em: < <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.html>>. Acesso em 02 jul. 2014

O número de estudantes provindos dos países asiáticos é mais restrito, lidera o ranking Timor Leste, seguido da China, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 5 - Candidatos asiáticos Selecionados PEC-PG 2000 a 2012

Candidatos Asiáticos Selecionados de 2000 a 2012														
PAÍS/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total por país
China					1	1	1					1	3	7
Índia	1	1								2		1		5
Timor Leste						6		11	14	16	6	6	3	62
Total por Ano	1	1	0	0	1	7	1	11	14	18	6	8	6	74

Fonte - Ministério das Relações Exteriores. Histórico do PEC-G – Disponível em: < <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.html>>. Acesso em 02 jul. 2014.

Segundo dados do Ministério de Relações Exteriores até 2013 foram selecionados 126 estudantes de Cabo Verde para as mais diversas instituições brasileiras. De acordo com o gráfico:

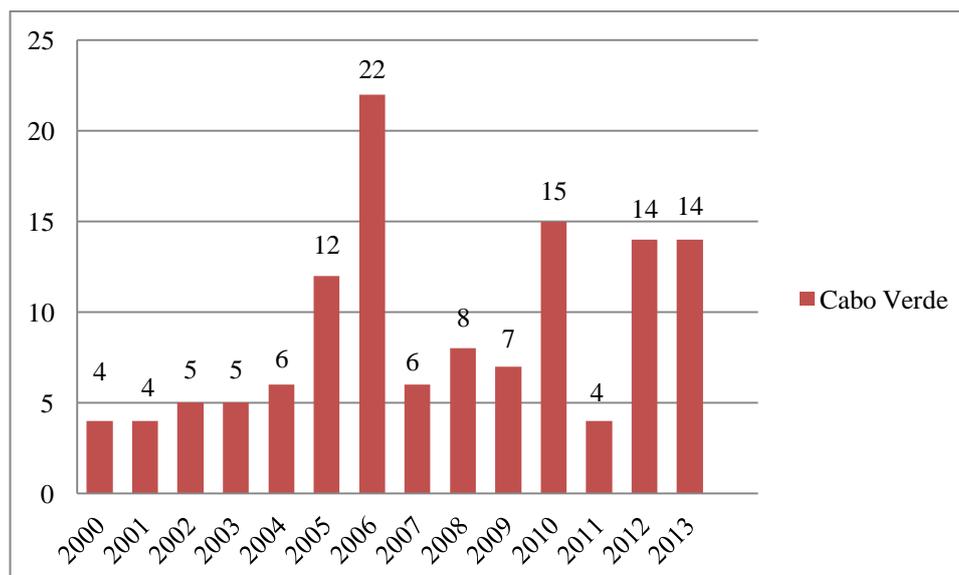


Gráfico 9- Número de estudantes cabo-verdianos selecionados para o PEC-PG 2000/2012

Fonte – Ministério de Relações Exteriores – Histórico do PEC-G. Acesso em 02 jul. 2014.

Os dados mostram que ao longo dos anos houve um aumento considerável de estudantes de Cabo Verde nas instituições de ensino brasileiras, principalmente nos anos de 2006 e 2005. Deve-se acrescentar também que diversos estudantes de Cabo Verde estão efetuando sua graduação nas universidades privadas, não passando pela seleção da embaixada radicada no país de origem. Primeiramente vêm ao Brasil fazer o exame vestibular, caso sejam aprovados pedem o visto de estudante na embaixada do Brasil em Cabo Verde para o regresso e permanência no país. A legislação que trata do pedido e renovação anual do visto está de acordo com o Estatuto do Estrangeiro - Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980.

No ano de 2007, uma comissão técnica visitou Cabo Verde, composta por representantes da Capes, MEC e MRE. A missão possuía como objetivo analisar o Programa de Estudantes de Convênio de Graduação e Pós-Graduação. Durante a visita, acordos e compromissos foram firmados para ampliação e divulgação dos programas em Cabo Verde. Fez parte da agenda da missão palestras a alunos de ensino secundário e do ensino superior, sobre o esclarecimento e a exposição dos diversos programas e oportunidades para ensino superior e estágios no Brasil (Livramento, 2010).

Além desse grande programa existem outros programas importantes como o programa de formação para o ensino técnico. Decorreu entre os anos de 1998 e 2001, na qual se desenvolveu o Programa de Formação de Professores de Ensino Secundário Técnico no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET/RJ) com o objetivo de

qualificar o quadro de professores das escolas técnicas de Assomada⁴² e Porto Novo⁴³. O programa teve o co-financiamento do Luxemburgo e Cabo Verde. Foram qualificados trinta e oito professores. A Fundação de Amparo a Pesquisa da Secretaria do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) também ofereceu a Cabo Verde apoio às escolas técnicas para a realização de cursos tecnológicos. O projeto envia professores a Cabo Verde para formação e fornece materiais. O Brasil também perdoou uma dívida de 3,5 milhões de euros para serem investidos na educação em Cabo Verde (Livramento, 2010).

4.4.2 Projeto “Apoio a Implantação da Universidade de Cabo Verde e ao Desenvolvimento do Ensino Superior”- Cooperação interinstitucional entre Uni-Cv, Universidades Federais e Instituições Brasileiras

4.4.2.1 Introdução à Evolução do Ensino Superior em Cabo Verde

A criação da Universidade de Cabo Verde (UNICV) foi um processo longo, unindo-se a sua evolução a de uma nação jovem desprovida de recursos e dependente de ajuda externa. O governo de Cabo Verde investiu muito em educação, e após a independência foi criada a primeira instituição que apoiava a formação de professores do ensino secundário, no ano de 1979 (Carvalho e Fontes, 2013). O Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário (CFPES) nasceu devido à necessidade de quadros qualificados para o ensino básico e secundário. Devido a ausência de universidades no país, os estudantes procuravam estudar em países como Portugal e Brasil, além de participar de outros convênios existentes pela política de diversificação de parceiros.

O país era desprovido de salas de aula e, segundo Varela (2011), a taxa de analfabetismo da população adulta chegava aos 67% no país, enquanto nas zonas rurais rondava os 80%. Países parceiros ofereciam oportunidades de formação superior sem existirem candidatos preparados para preencher as vagas. Os professores não possuíam qualificação e o ensino secundário dependia da cooperação internacional. O país dependia de parcerias por ser um Estado precário e falido pela colonização. A partir disto, o governo de Cabo Verde preparou um plano de governo com atenção a educação, em especial ao ensino primário, aumentando o número de escolas, assistindo as classes mais desfavorecidas, e ainda melhorando a capacitação de professores do ensino primário e secundário.

⁴² Cidade da Ilha de Santiago.

⁴³ Cidade da Ilha de Santo Antão.

Em 1980, o governo criou o Instituto Nacional de Investigação Tecnológica (INIT), voltado para a pesquisa de recursos naturais tais como, recursos marinhos, desenvolvimento da Marinha Mercante e do setor de pescas. No ano de 1982, é criado o Centro de Formação Náutica (CFN), com o fim de estudar as questões do mar, recurso natural amplamente explorado para exportação de frutos do mar e peixes como o atum.

Nos anos 1990 surge à primeira Lei do Sistema Educativo, que começou a compreender o ensino politécnico e universitário. Em 1995, o Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário é transformado em Instituto Superior de Educação (ISE), um instituto voltado para a formação de professores no âmbito cultural, científico, técnico e profissional, melhorando as condições de ensino no país (Carvalho e Fontes, 2013). No ano de 1996, o Centro de Formação Náutica se transforma em Instituto Superior de Engenharias e Ciências do Mar (ISECMAR), um instituto que possuía diversas graduações nas mais diversas áreas de engenharia e ciências do mar. O Instituto Superior de Ciências Económicas surge em 1998 com a junção dos cursos de superiores de gestão e marketing.

Nos anos 2000, o país possuía já um número razoável de bacharelados e inicia-se o processo da criação da primeira universidade pública. Dentre os diversos institutos de ensino privados no país, nomeadamente o Instituto Isidoro da Graça e a Universidade Jean Piaget constituem-se nas principais referências. Diversos parceiros se unem para a formação de um novo centro de referência em universidade na África.

4.4.2.2 Projeto Apoio a Implementação da Universidade de Cabo Verde e parcerias com instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras

A constituição da Uni-CV não se iniciou do zero: fez-se uma junção de três instituições de ensino já existentes, nomeadamente o ISECMAR, ISE e do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA). Hoje oferece cursos de graduação, pós-graduação e cursos profissionalizantes, aumentando o número de estudantes com ensino superior e facilitando o acesso ao ensino. O apoio e parceria do Brasil, Portugal entre outros países, apresenta-se crucial para a melhoria do ensino no país.

As parcerias da Uni-CV tanto com o governo do Brasil e suas instituições, como as universidades federais e particulares que atuam nas melhorias do ensino superior em Cabo Verde. O projeto “Apoio a Implementação da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e ao Desenvolvimento do Ensino Superior” é um acordo que foi assinado por Vitor Paim Gobato,

representante do Brasil e pelo Secretário de Estado da Educação Otávio Ramos Tavares, representante de Cabo Verde, em 2006. O Artigo I expressa às finalidades desse acordo⁴⁴:

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto apoio “Apoio a Implementação da Universidade de Cabo Verde e ao Desenvolvimento do Ensino Superior” (doravante denominado “Projeto”), cuja finalidade é:

- a) fortalecer institucionalmente o Ministério da Educação e Ensino Superior de Cabo Verde para o desempenho das funções de regulação, avaliação e supervisão das instituições de ensino superior;
- b) apoiar a definição e implantação do modelo institucional e dos mecanismos de gestão da Universidade de Cabo Verde;
- c) apoiar a implantação de cursos de graduação nas áreas prioritárias definidas pela Universidade de Cabo Verde, e
- d) facilitar a produção científica as instituições públicas de ensino superior brasileiras mediante compartilhamento de bases de dados e publicações acadêmicas.

Assim, este projeto possui como objetivos de uma maneira geral, as melhorias no ensino superior cabo-verdiano e está disponibilizando ao pequeno país oportunidades de crescimento educacional. S

ão responsáveis pela execução desse projeto, o Ministério de Educação juntamente com a ABC, pelo Brasil, e a Direção Geral de Cooperação do Ministério de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, além do Ministério da Educação e Ensino Superior de Cabo Verde. Participaram do grupo ministerial também o Ministério de Ciência e Tecnologia, a Universidade Federal de Brasília, Universidade Federal do Ceará e Governo do Ceará. Em 2005 também se integrou no projeto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O artigo II⁴⁵ prevê que o Brasil deveria enviar técnicos especializados a Cabo Verde para desenvolver as atividades de cooperação técnica, e apoiar a vinda de técnicos cabo-verdianos ao Brasil para capacitação nas áreas de planejamento, políticas públicas, avaliação, supervisão de ensino superior e gestão universitária. O Brasil também deveria garantir remuneração dos técnicos, infra-estrutura, e as instituições responsáveis realizariam a avaliação e acompanhamento do projeto.

Este projeto teve início em 2004 com o Grupo de Trabalho Brasileiro para a Cooperação, que realizou sua primeira missão durante os dias 13 a 17 de setembro daquele

⁴⁴ Ministério de Relações Exteriores. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto “Apoio a Implementação da Universidade de Cabo Verde e ao Desenvolvimento do Ensino Superior”. Divisão dos Atos Internacionais. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2006/b_51/>.

⁴⁵ Idem.

ano, mostrando o interesse brasileiro em estimular a cooperação bilateral no âmbito da educação e do ensino superior. O foco principal dessa missão era a criação da Universidade de Cabo Verde, a primeira universidade pública do país, um grande avanço no ensino superior. Surge dessa missão um acordo assinado em 2005, que afirma ser prioridade em seu citado artigo II⁴⁶:

O programa será desenvolvido por meio de projetos de cooperação técnica, programas de pós-graduação e pesquisa, nas seguintes áreas:

- Estruturação do ensino superior com ênfase na criação do modelo organizacional e de gestão da Universidade de Cabo Verde;
- Formação de gestores e de docentes, em especial em nível de mestrado e doutoramento;
- Ciência e tecnologia;
- Educação à distância;
- Outras áreas que as Partes convierem.

A Universidade de Cabo Verde situa-se na Ilha de Santiago, cidade da Praia, capital de Cabo Verde. Possui um pólo na cidade do Mindelo - Ilha de São Vicente. A Uni-CV também funciona como escola politécnica que ensina cursos profissionalizantes. Hoje possui diversos cursos de graduação e pós-graduação. A sua criação formal foi através do Decreto do Governo de Cabo Verde nº 53/2006, definindo-a no seu preâmbulo como centro de criação, difusão, promoção cultural, ciência e tecnologia. A ajuda brasileira foi focada na formação dos professores, organizando um programa emergencial de oferecimento de cursos de pós-graduação através do PEC-G/PG.

Diversos são os convênios com as universidades federais e estaduais brasileiras através da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), que desenvolve ali diversos projetos de mobilidade estudantil e dos docentes, que vão se somar a outras instituições que participam do projeto de internacionalização da Universidade de Cabo Verde. A Capes realizou missão técnica para acesso a periódicos, e visando ao estreitamento do desenvolvimento de projetos de pesquisa no ano de 2005. Também viajou a Cabo Verde na mesma época o Ministro da Educação Fernando Haddad, quando se encontrou com a Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos de Cabo Verde Filomena Martins⁴⁷.

⁴⁶ Ministério de Relações Exteriores. Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais>>.

⁴⁷ Capes. **Brasil expressa satisfação em ajudar Cabo Verde a criar universidade**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/1289>>;

Parte da ajuda das universidades brasileiras consiste em palestras, e auxílio na abertura e desenvolvimento de mestrados e doutorados. A UFGRS assumiu o Projeto do Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento de Território, que se trata da construção de um centro interdisciplinar de pesquisa que visa ao fortalecimento da pós-graduação na Uni-CV, envolvendo pesquisadores da CPLP e brasileiros. A UFRGS também assumiu a competência científica do Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais da Uni-CV, sendo o segundo doutorado da instituição, desde 2009, ambos sob a coordenação do professor e pesquisador cabo-verdiano daquela instituição brasileira Pr. Dr. José Carlos dos Anjos⁴⁸.

Está sendo preparada a primeira graduação em Agronomia Sócio Ambiental, através do intercâmbio de docentes e discentes da UFGRS que possui como um dos responsáveis o Pr. Fábio Beck do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural desta instituição brasileira⁴⁹. Além disto, existem programas de intercâmbio de discentes e diversos apoios científicos em cursos de graduação da Uni-CV.

A UFGRS também participou, em 2009, do Programa Linguagem das Letras e dos Números, que fornece formação continuada de professores africanos no Brasil. O programa atendeu 300 alunos de Cabo Verde, 114 da Guiné-Bissau e 12 (4 de cada um dos restantes países nomeadamente Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe) dos demais países de língua portuguesa. O projeto também agraciou com cursos complementares a 90 professores e formação em Fortaleza de professores da educação básica⁵⁰. A coordenação acadêmica do projeto ficou por conta dos professores Margarete Schlatter e Pedro de Moraes Garcez da UFGRS, Ana Célia Clementino Moura, da Universidade Federal do Ceará (UFC), Matilde Scaramucci, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Sonia Madi, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), além de docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e da Escola Projeto⁵¹.

_____. **Primeira universidade pública de Cabo Verde tem o apoio do Brasil.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/1156?format=pdf>>.

⁴⁸ Universidade de Cabo Verde. **Catálogo dos Cursos de Pós-Graduação.** Disponível em: <<http://www.unicv.edu.cv/index.php/cursos/pos-graduacao>>.

⁴⁹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Projetos da UFRGS impulsionam integração na África.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/intercambios_institucionais.php?menu=1&cod=68#13>. Acesso em 08 jun. 2014

⁵⁰ Associação de Lingüística Aplicada do Brasil. **Iniciativa brasileira traz centenas de professores da educação pública de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa para formação continuada no Ceará.** Disponível em: <<http://www.alab.org.br/pt/noticias/outras-noticias/121-iniciativa-brasileira-traz-centenas-de-professores-da-educacao-publica-de-paises-africanos-de-lingua-oficial-portuguesa-para-formacao-continuada-no-ceara>>.

Acesso em: 26 jun. 2014.

⁵¹ Idem.

A Uni-CV também possui convênio com a Universidade Federal do Pará assinado em 2009, no âmbito da inauguração da Cátedra Brasil e África de Cooperação Internacional, com a presença do Reitor da Uni-CV nessa época o Prof. Dr. Antônio Correia e Silva⁵². A Cátedra será um centro de documentação histórica entre Brasil e África com acervo doado pela Uni-CV. O Pró-Reitor de Graduação, Desenvolvimento Curricular e de Qualidade visitou recentemente a UFPA e realizou diversas reuniões, consolidando as relações de cooperação e ampliando o convênio a outras universidades de língua portuguesa. A visita teve o propósito de aumentar os convênios de intercâmbio de docentes, discentes, iniciação científica, publicações científicas em conjunto, desenvolvimento de estudo afro-atlânticos, ensino distância, desenvolvimento curricular, intercâmbio de conhecimentos em Geociências, Ciências da Educação, entre diversas parcerias realizadas com aquela instituição⁵³.

A Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Governo do Ceará tem também estreitado as relações com Cabo Verde, devido à ampla comunicação entre este e o pequeno país, por serem apenas 3 a 4 horas de voo a partir do aeroporto de Fortaleza. Este estado tornou-se num centro de comércio, entre o continente africano e o Brasil e será inaugurado em Fortaleza um Centro de Estudos Brasil/Cabo Verde. O número de estudantes cabo-verdianos nas instituições cearenses está crescendo muito, em 2001 eram apenas dois estudantes, passou para 65 em 2005 e 102 em 2006 - hoje ultrapassa os 170 alunos⁵⁴. O acesso ao ensino superior pode ser através do Programa de Estudantes de Convênio – PEC, que possibilita o ingresso para estudar na UFC ou fazendo a prova do vestibular para as faculdades particulares.

Também foi construído e inaugurado em 2006 a Casa do Estudante de Cabo Verde, para albergar estudantes naquele Estado. O Ceará também sediou, e se consolidou o primeiro estado brasileiro a construir uma universidade de integração lusófona, a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A ideia surgiu de parcerias entre Brasil e África no governo Lula e se concretizou em 2008 durante um encontro presidencial em Moçambique, de acordo com dados da página oficial desta instituição de ensino⁵⁵.

⁵² Universidade Federal do Pará. **UFPA lança Cátedra de Cooperação Brasil-África**. Disponível em: <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=3218>>. Acesso em 22 jun. 2014.

⁵³ Uni-CV. **Pró-Reitor da Uni-CV Fortalece as Relações com a Universidade Federal do Pará**. Disponível em: <<http://www.unicv.edu.cv/index.php/itemid-dest/3087-pro-reitor-da-uni-cv-fortalece-relacoes-com-a-universidade-federal-do-para>>. Acesso em 22 jun. 2014.

⁵⁴ Embaixada da República de Cabo Verde no Brasil. **As relações Ceará-Cabo Verde e as questões em pauta**. Disponível em: <http://www.embcv.org.br/portal/modules/mastop_publish/?tac=145>. Acesso em 22 de jun. 2014.

⁵⁵ UNILAB. **Como Surgiu**. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/institucional/como-surgiu/>>. Acesso em 22 jan. 2014.

Ainda em 2008, quando se formou o a primeira Comissão de Implantação da UNILAB, esta durante dois anos investigou, e trabalhou em prol de reunir o conjunto de problemas enfrentados nas parceiras brasileiras e conseguiu realizar um planejamento curricular, acadêmico, administração de patrimônio e pessoal. Em 2010, se tornou uma universidade pública federal por decreto presidencial, passando a funcionar no pequeno Município de Redenção (a 55 km de Fortaleza), conhecido historicamente por ter sido pioneira na abolição da escravatura em 1883. Considerada como uma universidade de aproximação lusófona, esta possui um novo pólo no Estado da Bahia.

A Uni-CV possui cooperação com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), no apoio a criação da Escola de Negócios e Governança, além de oferecer intercâmbio de docentes, discentes, acesso a programas de pós-graduação, de curta duração, apoio ao ensino à distância dentre outros. A FGV assinou o convênio com a Uni-CV em 2007, que teria a duração de 5 anos. Ainda a Uni-CV possui convênios com a Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual Paulista, Universidade de São Paulo, Fundação Oswaldo Cruz e Fundação Universitária - Santo André. As instituições mencionadas oferecem apoio científico, intercâmbio de discentes e docentes, além do oferecimento de publicações acadêmicas em conjunto⁵⁶. Diversos cursos de graduação possuem apoio das universidades brasileiras e de outros países do mundo, aumentando a qualidade de ensino.

No ano de 2010, o ministro da cultura visitou Cabo Verde juntamente com a comitiva do Presidente Lula, quando foram firmados acordos que intensificaram as relações entre os dois países. Os acordos possuíam como intuito a promoção de ações direcionadas ao desenvolvimento de eventos culturais em ambos os países, dinamizar os mercados e a economia cultural. Também o projeto teve como objetivo capacitar gestores culturais e a troca de experiências sobre estratégias de desenvolvimento cultural.

Na Uni-Cv, o projeto apoiou a criação da Escola de Educação e Artes, está voltada a artes cênicas e música. O termo também possuía um acordo com o Ministério da Cultura do Brasil, juntamente com a Capes para estruturação de cursos livres, e superior profissionalizante em música. O acordo inclui intercâmbio de professores, residências acadêmicas e artísticas, concepção e estruturação de currículos. O Ministério da Cultura também contemplou a área audiovisual, a nível técnico e de pós-graduação, em parceria com instituições públicas e não governamentais, além da formação de bibliotecários e de técnicos ligados a livros (Livramento, 2010).

⁵⁶ Uni-CV. **Internacionalização**. Disponível em: <<http://www.unicv.edu.cv/index.php/component/content/article/198-cami/3175-home-12>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

A nova universidade sofreu influência também na sua estrutura, que se assemelha às universidades brasileiras quanto a constituição interna. Os órgãos em comum são: Reitoria, Pró-Reitorias, Departamentos e Escolas, Conselhos Universitários, Extensão Universitária e Serviços prestados. Também possui influências portuguesas na sua constituição, devido ao fato de não ter sido somente o Brasil a colaborar para a criação da universidade, existem diversas instituições colaboradoras que serão mencionadas em tópico específico. A Uni-CV assim constitui-se internamente:

- Órgãos – Reitoria e Conselhos Universitários;
- Unidades Orgânicas - Conselhos e Departamentos;
- Serviços - Administração em geral e apoio a gestão do funcionamento interno.

A – Órgãos

- Reitoria

É composta pelo Reitor, Vice-Reitoria de Extensão Universitária, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Investigação, Assessoria de Relações Internacionais e Cooperação, Assessoria para a Graduação e CESP (cursos profissionalizantes), Assessoria de Extensão Universitária e Eventos, Direção do Gabinete da Reitoria e Secretariado Executivo. É o principal órgão da universidade, na figura do Reitor, este tem o dever de administrar, de representar a Uni-CV, de implantar as medidas delineadas e aprovadas pelos órgãos estatutários competentes, nos domínios de ensino e formação, investigação e extensão. Essas e demais competências são definidas pelo art. 20 do Regulamento Orgânico da Uni-CV de 2008. O Reitor é eleito por sufrágio universal livre e secreto, deve ser um professor titular com doutoramento.

- Conselhos Universitários:

Conselho da Universidade – é o órgão superior em estratégia e desenvolvimento, ao qual compete aprovar medidas e regulação primária da vida institucional, além de pronunciar-se sobre questões que não estando adstritas a outro órgão lhe sejam submetidas, segundo o art. 22 do Regulamento.

Conselho de Estratégia e de Governo – é o órgão que concebe e planifica a política estratégica da Uni-CV de modo a permitir o desenvolvimento da universidade das áreas consideradas prioritárias, como reza o art. 23 do Regulamento.

Conselho de Qualidade – possui a competência de trabalhar para melhorias na qualidade da instituição, promover a qualidade das diversas atividades desenvolvidas na universidade. Deve instaurar mecanismos e procedimentos de auto-avaliação com o fim de incrementar e elevar o nível da qualidade educacional, de acordo com o art. 24 do Regulamento.

Conselho Administrativo – é o conselho da gestão administrativa, financeira e patrimonial, exercendo as competências previstas no Regulamento universidade. É composto pelo Reitor, Vice-Reitor e o Administrador-Geral, ainda podendo participar sem direito a voto o diretor dos serviços gerais e financeiros.

Conselho Científico - corresponde a Gestão Científica da Universidade, em que cada uma das áreas de conhecimento corresponde a um conselho científico, de acordo com o art. 26, estabelecendo suas competências no art. 28 do mesmo regulamento. O art. 27 dispõe que ao conselho científico compete promover o aprimoramento científico e tecnológico e o aumento da investigação na área de conhecimento do respectivo conselho. O conselho é composto por professores titulares da universidade e com doutoramento na área de conhecimento respectiva, são escolhidos em número de 10 a 15, eleitos de entre os seus pares, com representação proporcional das diferentes áreas disciplinares.

B - Unidades Orgânicas

Compreendem as unidades orgânicas os departamentos, as escolas, os centros e os núcleos de acordo com o art. 29 do Regulamento. Os departamentos possuem como finalidade organizar o ensino, a formação e a investigação em áreas disciplinares afins. A escola profissionalizante possui os mesmos propósitos que os departamentos só que em áreas de forte especificidade. Os núcleos são unidades de missão que visam o desenvolvimento de ações ou programas referentes a domínios estratégicos da universidade.

Constituem-se Unidades Orgânicas:

1. Departamentos:

- a) Departamento de Ciências Sociais e Humanas;

- b) Departamento de Engenharias e Ciências do Mar;
- c) Departamento de Ciências e Tecnologias.

2. Escolas:

Escola de Negócios e de Governação.

3. Centros:

- a) Centro de Investigação em Gênero e Família;
- b) Centro de Investigação em Território e Desenvolvimento Regional.

4. Núcleos:

- a) Núcleo de Formação à Distância;
- b) Núcleo de Formação Pós-Secundária;
- c) Núcleo de Música.

Os órgãos de gestão das unidades orgânicas constituem-se:

- Conselho Diretivo;
- Conselho Pedagógico;
- Conselho de Unidade Orgânica.

C - Ofertas Formativas (graduação, pós-graduação e cursos profissionalizantes)

Os catálogos disponibilizados na Web Site da Uni-CV apresentam as diversas ofertas de formação que se constituem em cursos profissionalizantes, graduação e pós-graduação (mestrados e doutoramentos):

1. **Cursos de Graduação:** Ciências da Educação; Ciências Sociais; Línguas, Literaturas e Culturas – Estudos cabo-verdianos; Línguas, Literaturas e Culturas – Estudos Ingleses; Línguas, Literaturas e Culturas – Estudos Franceses; Filosofia; História; Jornalismo; Ciências Biológicas; Comunicação e Multimídia; Enfermagem;

Engenharia Civil; Engenharia Informática e Computadores; Engenharia Química e Biológica; Estatística e Gestão de Informação; Geografia e Ordenamento do Território; Matemática; Geociências e Ambiente; Biologia Marinha e Pescas; Engenharia Eletrotécnica; Engenharia Mecânica; Engenharia de Máquinas Marítimas; Ciências Náuticas – Pilotagem; Ciências Empresariais e Organizacionais e Relações Públicas e Secretariado Executivo.

2. **Complementos de formação superior em:** Enfermagem, Administração e Gestão, Físico - Química, Formação em Matemática, Engenharia Elétrica e Eletrônica, Planeamento e Administração, Formação em Biologia Marinha e Pescas.
3. **Mestrados:** Saúde Pública, Matemática Aplicada; Educação; Especialização em Tecnologia de Tecnologias de Comunicação e Educação; Ciência e Sistema de Formação Geográfica; Ordenamento de Território; Ciências Sociais; Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento; Crioulística e Língua Cabo-Verdiana; Filosofia da Educação, Cidadania e Direitos Humanos; Ensino de Português, Língua Segunda e Língua Estrangeira; Recursos do Mar e Gestão Costeira; Mestrado Integrado em Arquitetura; Geociências, Ensino de Geografia; História, Especialização em História da África e Integração Regional; Patrimônio, Museologia e Desenvolvimento, Arquitetura e Pesca.
4. **Doutorados:** Programa Ciência para o Desenvolvimento - Ciência da Vida, Ciências Sociais, Oceanografia e Recursos Marinhos.
5. **Cursos Profissionalizantes:** Guia de Turismo; Gestão de Bibliotecas e Arquivos; Performance Musical; Animação Cultural; Recreação e Desporto; Instalação e Manutenção de Energias Renováveis; Gestão e Acompanhamento de Obras; Biodiagnóstico; Manutenção de Equipamentos Hoteleiros e Hospitalares; Instalação e Manutenção de Equipamentos Industriais Eletromecânicos; Mecânica e Manutenção Auto; Empreendedorismo e Novas Tecnologias de Negócios; Secretariado; Gestão de Segurança Turística; Micro irrigação e Novas Tecnologias de Produção Agrícola; Inspeção Fito - Zoonosológica; Tecnologia de Processamento de Alimentos de Origem Animal e Vegetal; Cuidados Primários a Saúde Animal.

6. **Especialização:** Gestão de Empreendimentos Turísticos; Administração e Gestão Pública; Pedagogia Universitária.

D – Serviços

É a estrutura operativa de toda a universidade, correspondente a gestão unificada da universidade. Integram esta seção todos os que não são docentes que trabalham na administração. O administrador geral é aquele que comanda a parte administrativa e os outros servidores são hierarquicamente inferiores. O administrador é nomeado pelo Reitor e assume a responsabilidade pelo pessoal dos serviços gerais comuns a qualquer universidade e também cuida da parte financeira, patrimonial de acordo com o conjunto de competências que lhe atribui o Regulamento e Estatuto da Uni-CV respectivamente.

Estudante com bolsas gestão universitária, ou vínculo empregatício também fazem parte da administração da universidade.

Não apenas o Brasil participa da criação, e fortalecimento do ensino superior cabo-verdiano, mas também diversas universidades do mundo estão atuando para melhoria do sistema de ensino em Cabo Verde, nomeadamente Portugal, EUA, Bélgica, entre outros. É importante o conhecimento desses convênios para entendermos a complexidade de sua constituição e formação e percebermos que a mesma se constitui pelas diversas parcerias. Tornou-se um centro de cooperação técnica educacional no Atlântico Sul.

4.4.2.3 Internacionalização da Uni-CV e Dados Estatísticos do Projeto

A estrutura da Universidade de Cabo Verde foi desenvolvida, além da parceria brasileira estudada nessa dissertação, através da parceria com diversas instituições do mundo que participaram e participam de sua construção. A universidade, em sua Web Site Oficial discorre sobre o tema no seu tópico sobre Internacionalização:

A Universidade nasceu sob o desígnio da universalidade e da internacionalização. No preâmbulo dos Estatutos, "atendendo às especificidades de um Estado arquipelágico e de uma Nação que se prolonga além-fronteiras, através da sua expressiva diáspora, e tendo em mira as exigências de qualidade e equidade a que

está obrigada a Universidade Pública", é definida como uma Universidade em Rede.⁵⁷

Cabo Verde é um país que como outros países africanos sofrem com problemas educacionais, só que de uma maneira mais branda por ter uma estabilidade política maior. A ausência de conflitos traz confiança, além de uma vasta diáspora cabo-verdiana, nos mais diversos cantos do mundo. As parcerias são diversas e muito extensas segundo Carvalho e Fontes (2013, p.9-10) Uni-CV possui parcerias com:

- Programa Erasmus Mundus⁵⁸: dois doutorandos na Universidade de Malmo na Suécia e na Universidade do Porto;
- Participação do Programa Exchange⁵⁹: 17 estudantes participaram do programa de mestrado na Bridgewater State University nos EUA;
- Convênio com a Universidade Complutense de Madrid na Espanha: dois mestrados em Ciências Sociais durante 15 meses e *full master* de 24 meses na Universidade do Porto;
- Mobilidade de docentes através do Programa da Capes do Brasil, Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP);
- Programa “Intra-ACP Academic Mobility Scheme” é um programa de mobilidade docente e discente que engloba diversos países, e possui como coordenador a Universidade Masaryk da República Checa, englobando o Angle Dream (constituído por universidades da Europa e dos países que fazem parte ACP⁶⁰, liderados pela Universidade do Porto e Kite - Knowledge, Integration and Transparency in Education).

⁵⁷ Universidade de Cabo Verde. Internacionalização. Disponível em: <<http://www.unicv.edu.cv/index.php/investigacao/cami/198-cami/3175-home-12>>. Acesso em: 06 de jul. 2014.

⁵⁸ É um programa de mobilidade acadêmica financiado pela União Europeia, possui o objetivo de promover a excelência em educação superior dos países europeus e em outros países do mundo. Oferece bolsas de estudo, mestrado e doutorado além de oportunidades para professores e instituições de ensino superior. Informações do Web Site Oficial do Erasmus Mundo Brasil. Disponível em <<http://erasmusmundusnobrasil.webs.com/programa.htm>>. Acesso em 23 jun. 2014.

⁵⁹ Programa Fulbright, financiado pelo governo americano, fornece bolsas de pós-graduação, além de intercâmbios de professores assistentes em língua portuguesa e inglesa. Disponível em: <<http://eca.state.gov/fulbright>>. Acesso em 23 jun. 2014.

⁶⁰ A ACP (African, Caribbean and Pacific Group of States) é um conjunto de 79 países da África, Pacífico e Caribe que assinaram a Convenção de Lomé, esta substituída pelo acordo de Cotonou. O último acordo é constituído pelos países da União Europeia e pelos países da ACP.

Diversos protocolos de cooperação foram assinados pela Universidade de Cabo Verde de acordo com o seguinte gráfico, em consonância com os dados fornecidos pela mesma:

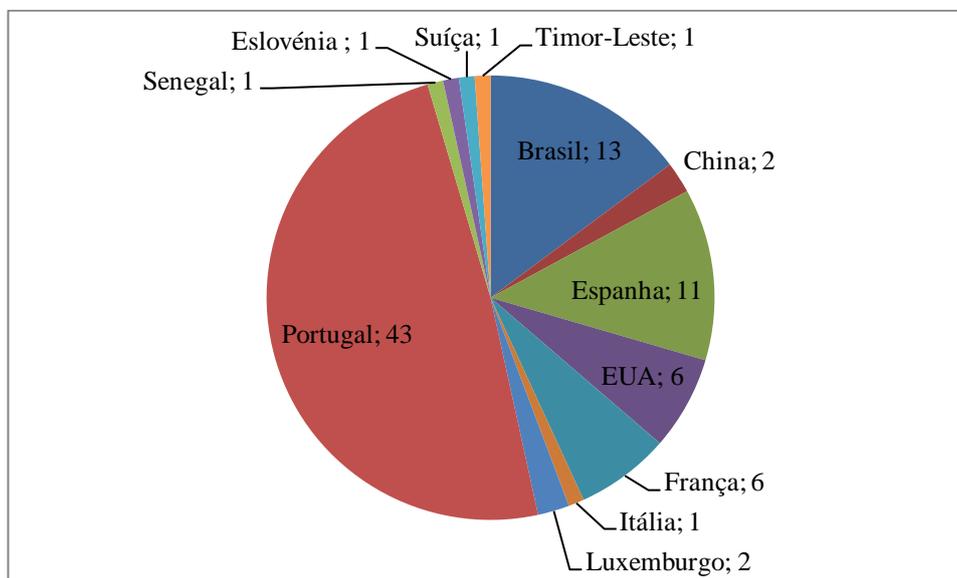


Gráfico 10 - Convênios de Cooperação Educacional da Uni-CV

Fonte – Web Site Oficial da Uni-CV

Assim apresenta-se uma tabela com os países e suas instituições envolvidas nos programas de cooperação da Uni-CV:

Tabela 6 - Convênios Internacionais da Universidade de Cabo Verde

País	Instituições Associadas
Redes	<ul style="list-style-type: none"> - Associação das Universidades de Língua Portuguesas - AULP ; - Rede Universidades Ultraperiféricas da União Europeia - UNAMUNO; - Rede de Excelência de Territórios Insulares (RETI).
EUA	<ul style="list-style-type: none"> - Embaixada dos Estados Unidos da América; - Instituto das Nações Unidas para a formação e a Investigação; - Universidade de Massachusset – Dartmouth; - Microsoft; - Intel; - Bridgwater State University.
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> - Instituto Superior de Ciências Educativas – ISCE - Martifer, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA - Instituto Superior Técnico - Instituto de Apoio ao Desenvolvimento, IPAD - Universidade dos Açores

	<ul style="list-style-type: none"> - Universidade da Madeira - Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Comunicação Social - Faculdade das Ciências Sociais e Humanas - Escola Superior de Enfermagem de Coimbra - Universidade do Minho - Instituto Nacional de Administração (INA) - Universidade Nova de Lisboa
Canárias	<ul style="list-style-type: none"> - Universidade de La Laguna; - Universidade Las Palmas de Gran Canárias; - Universidade de Santiago de Compostela (USC); - Cabildo Insular de Tenerife; - Universidade de Granada.
França	<ul style="list-style-type: none"> - Instituto de Estudos Politécnicos de Bordéus; - Universidade de Rouen; - Embaixada da França (Serviço de Cooperação e Ação Cultural).
Bélgica	- Universidade Católica de Louvaine
China	- Embaixada da República Popular da China
Luxemburgo	- Universidade de Luxemburgo
Outras Entidades	<ul style="list-style-type: none"> - Associação Internacional Slow Food - Codesria – Conselho de Desenvolvimento de Pesquisa em Ciência Social na África - Universidade de Torino - Músicos sem fronteiras

Fonte: Web Site Oficial da Uni-CV – www.unicv.edu.cv.

A Uni-Cv também implantou seu primeiro doutorado em Ciência Política e Sociais em 2008, através de convênio com a Universidade Católica de Louvain e a Universidade Livre de Bruxelas, projeto de cooperação nomeado “Appui au développement de l’enseignement universitaire, de la recherche et du développement de l’Université Publique du Cap Vert et des Collectivités et Communautés Locales au Cap Vert”. O projeto foi apoiado financeiramente pelo Projeto PIC-Bélgica, que é pioneiro em auxílio a países em desenvolvimento e pesquisa nas áreas educacionais em diversos países em desenvolvimento. Projeto este que não vingou, por motivos desconhecidos, e não mais consta dentre os cursos disponíveis, mas consta do catálogo de cursos de pós-graduação.

A Uni-CV possui convênio com a Universidade de Coimbra em torno do planejamento da criação do primeiro curso de medicina em Cabo Verde. Os trabalhos começaram com a primeira missão técnica comandada pelo Prof. Dr. Fernando Regateiro nos

dias 27 de maio a 5 de junho de 2014. A abertura do curso está prevista para o ano letivo 2015/2016, segundo informações da Uni-Cv.

Este e muitos convênios fazem parte do processo de avanço de melhoria da universidade pública e acesso ao ensino. Diante dessa análise, pode se considerar positiva a sua criação, devido às amplas oportunidades de formação superior. Assim a seguinte tabela mostra o número de alunos que frequentam os cursos da Uni-CV:

Tabela 7 - Dados Estatísticos sobre freqüência do ensino superior na Uni-CV

Graus	Nº Alunos	
	F	M
Profissionalizantes e Ensino Superior	214	337
Bacharelatos	9	20
Mestrado	114	158
Doutorado	5	5
Licenciatura	1865	1601
Complemento de Licenciatura	51	59
Total	2258	2180
	4438	

Fonte: Direção Geral de Ensino Superior de Cabo Verde – DGESC

A Uni-CV, como se pode observar na tabela, conta com mais de 4 mil alunos, também existem faculdades particulares, no geral o total de alunos que frequentam o ensino superior em Cabo Verde, já ultrapassa a faixa dos 11800 alunos. O número e alunos que precisam procurar ensino de qualidade no exterior também diminuiram ao longo da última década, de acordo com o gráfico abaixo:



Gráfico 11-Número de estudantes que saíram do país para formação superior no exterior 2000/2010

Fonte: Carvalho e Fontes (2011)

Pode-se observar uma redução drástica de mais 1.097 alunos para 626 em dez anos, o que se deve, hipoteticamente, ao aumento considerável de alunos frequentando o ensino

superior em Cabo Verde. Melhorias na qualificação de pessoas - um passo importante para um pequeno país. Hoje a Universidade Pública de Cabo Verde apresenta um quadro de professores qualificados, aumentando a credibilidade da universidade:

Tabela 9- Habilitações Literárias dos docentes da Uni-CV

Instituição	Nível de Formação					
	Pós-Doutorado	Doutorado	Mestrado	Bacharel	Licenciado	Total
Universidade Pública de Cabo Verde	10	51	267	1	157	486

Fonte – Direção Geral do Ensino Superior de Cabo Verde – DGESC

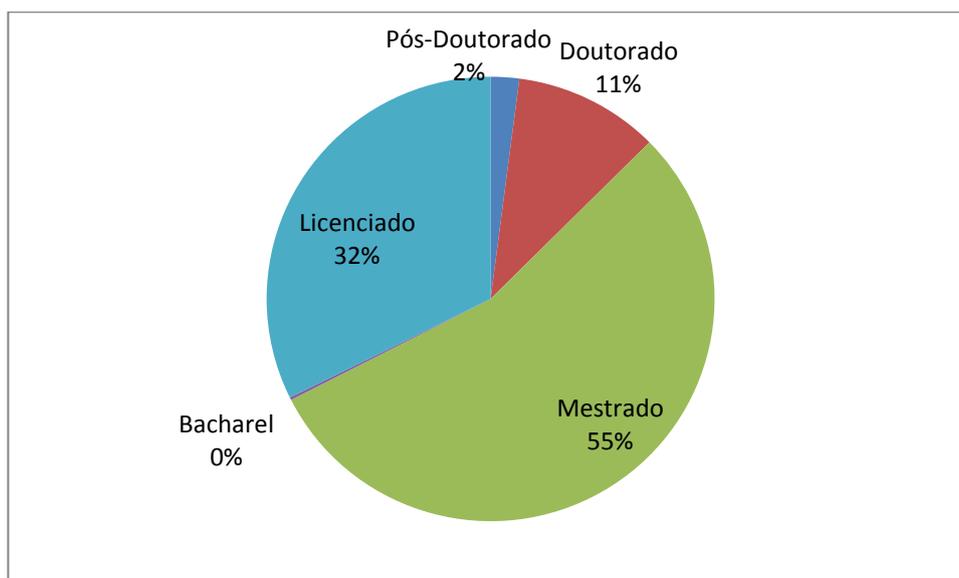


Gráfico 12 - Habilitações Literárias dos professores da Uni-CV em %

Fonte - Direção Geral do Ensino Superior de Cabo Verde - DGESC

Pode-se notar que a universidade conta com número razoável de mestres e ainda apresenta um déficit de doutores. A tendência é aumentar o número de pós-graduados e tornar a instituição mais qualificada e em um centro universitário africano que pode ser muito útil a outros países africanos na qualificação de seus recursos humanos. Podemos considerar como positivo o alcance desse projeto, que se iniciou com algumas parcerias e se tornou num centro de cooperação técnica educacional e possui todo o potencial de se tornar uma universidade de renome.

O Brasil também ofereceu vagas aos cabo-verdianos que queriam fazer investigação científica através do Programa de Investigação Científica, trabalhando em pesquisa durante as férias. Em um primeiro momento viriam ao Brasil para fazer um primeiro contato, viagem garantida pelo governo brasileiro. A oportunidade foi também aberta aos estudantes selecionados para fazer graduação, com o intuito de inserir a componente investigativa. Os estudantes fariam projetos de iniciação científica e desenvolvimento de pesquisa em áreas importantes como saúde e engenharia (Livramento, 2010).

O Brasil, em parceria com o CNPq, também estabeleceu o projeto ProÁfrica, que possuiu como objetivo a capacitação científica e tecnológica dos pesquisadores e cientistas africanos, através de permitir a mobilidade para atuarem em projetos considerados prioritários para a cooperação científico-tecnológica. O programa, de acordo com dados do CNPq, foi proposto na II Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa realizado em 5 de Dezembro de 2003 no Rio de Janeiro.

O programa foi instituído pela portaria do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) nº 363 de 22 de Julho de 2004. Os pesquisadores submetem as propostas á época de abertura do edital disponível na página do CNPq, estes deverão ser ligados às instituições brasileiras de pesquisa e ensino, preferencialmente de origem africana. No segundo mandato do Presidente Lula, 2005 a 2010, haviam sido lançados 5 editais (2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010) e foram financiados 190 projetos, totalizando o valor de 9.550.469,86. O programa encontra-se inativo momentaneamente; segundo o CNPq encontra-se em fase de reestruturação desde 2011⁶¹.

4.4.3 Projetos Importantes de Cooperação para o incentivo a educação básica

- *Projeto Apoio ao Programa Nacional Cantinas Escolares*

O Projeto “Apoio ao Programa Nacional de Cantinas Escolares” também foi importante para Cabo Verde e possuía, no início, o objetivo de fortalecer o Instituto Cabo-verdiano de Ação Social e Escolar (ICASE) , em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Brasil, no ano de 2008. O programa visava apoiar a gestão de segurança alimentar, controle social e nutricional da alimentação escolar. Deverão ser capacitados, no total, 30 funcionários do ICASE, através de formações efetuadas por 15

⁶¹ Portal CNPq. Cooperação Internacional. **ProÁfrica**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/proafrica>>. Acesso em: 05 de jul. 2014.

especialistas do FNDE, preparando-se no final um Plano Diretor de Desenvolvimento. O plano deverá reestruturar um programa governamental de alimentação escolar.

- *Projeto Escola para Todos*

Outro programa importante é o “Ajuste Complementar para Implantação do Projeto Escola para Todos”. Esse projeto iniciou sua primeira fase em 2006. A coordenação e responsabilidade do projeto ficaram a cargo da Secretaria de Educação Especial (SEESP) órgão do Ministério da Educação, da Universidade de Santa Maria do Brasil; e da Direção Geral de Ensino Básico e Secundário (DGEBS) de Cabo Verde. O projeto visa à inserção no ensino básico de alunos com necessidades auditivas e visuais, através da capacitação de profissionais na linguagem de sinais e braile. Serão disponibilizadas três salas com recursos ao cumprimento do projeto em cada uma das ilhas citadas. As salas seriam equipadas com computadores com teclado em colméia, impressoras em braile, material pedagógico, atividades técnicas especializadas para o atendimento desses alunos, além de mouse acionador, lupas, entre outras possíveis necessidades e apoio (ABC, 2010).

Os resultados foram a capacitação de 180 professores para atender crianças com deficiência visual no sistema Braile Integral, Código Matemático Unificado, além de orientação e mobilidade de crianças com deficiência visual e auditiva. Após sua finalização em 2007, teve início a sua II fase em 2008. O programa capacitou 80 professores e técnicos cabo-verdianos, para atuarem nas ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão. Quatro professores multiplicadores em surdez, cegueira e tecnologia assistida, além de 70 professores para atendimento na modalidade à distância, foram treinados. O projeto também visava à criação de um sistema de linguagem local de sinais, no caso, em crioulo (ABC, 2014).

- *Programa “Alfabetização Solidária”*

O Programa “Alfabetização Solidária” é um projeto regido pelo acordo “Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnico e Científico entre o Governo do Brasil e o Governo de Cabo Verde”. Constituiu-se num projeto de bolsa auxílio que enviava técnicos brasileiros a Cabo Verde, e também possibilitava a realização de estágios no Brasil de professores cabo-verdianos que atuam nessa área (ABC, 2010).

A responsabilidade do projeto ficou a cargo da Associação de Apoio ao Programa de Alfabetização Solidária (ALFASOL), que ficou com a responsabilidade da seleção e

capacitação dos alfabetizadores, bem como de fornecer o material didático e de apoio, além de acompanhar e avaliar a aprendizagem dos participantes. A ABC assegurou recursos financeiros para as viagens dos técnicos a Cabo Verde, e dos alfabetizadores ao Brasil para formação, ajuda de custo aos professores universitários e técnicos de coordenação de visitas e acompanhamentos. Também ficou a cargo da ABC o repasse financeiro do valor das bolsas para os alfabetizadores. Participaram também a Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Ceará e a Universidade do Vale do Acaraú (ABC, 2010; Livramento, 2010).

A Direção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos (DGAEA/MEVRH) de Cabo Verde ficou responsável pela estrutura necessária à execução do projeto como salas de aulas, transporte interno, auxílio aos coordenadores locais e aos técnicos, estadia e alimentação aos professores, apoio logístico e de comunicação. Também ficou responsável, durante a fase II do projeto pelo pagamento das bolsas-auxílio.

A primeira fase do programa ocorreu entre 2002 e 2003, quando foram implantadas dez salas de aula, elaborados os materiais de alfabetização local, e realizada a aquisição de material didático e mobilização das comunidades a serem alfabetizadas. Durante o programa foram adquiridos materiais didáticos e de apoio para 250 pessoas. Foram feitas capacitações técnicas a dez alfabetizadores e dois suplentes. A segunda fase do projeto ocorreu entre 2003 e 2005, quando as salas de aula foram aumentadas para cem alunos, abrangendo 2500 pessoas a serem alfabetizados, 120 animadores e 12 coordenadores locais (Livramento, 2010).

A avaliação do projeto foi efetuada em 2004 por uma equipe composta pelo DGAEA, Alfamol e ABC. Os alfabetizados na primeira fase segundo Livramento (2010) tiveram uma avaliação positiva, e originou a continuidade do projeto. Em 2005, a fase III do projeto se iniciou e possuiu uma duração de 12 meses. Na nova fase do projeto novas parcerias surgiram nomeadamente a Universidade do Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Essa fase constitui-se em reforçar a qualificação dos técnicos, coordenadores e animadores, com foco nos estágios no Brasil de técnicos do DGAEA, reedição do material didático e atribuição de bolsa-auxílio (Livramento, 2010). Os projetos de cooperação técnica são diversos e essa dissertação não mencionou todos no sentido literal da palavra, mas mencionou os de destaque e mais representativos para o desenvolvimento de Cabo Verde. Ainda há muito por fazer em prol da educação, mas podem-se avaliar como positivas ações que visam o incentivo ao desenvolvimento educacional e melhorias nos quadros de ensino superior cabo-verdiano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as relações bilaterais Brasil - Cabo Verde no âmbito da cooperação técnica internacional na área educacional. Em um primeiro momento o trabalho aborda o tema mais amplo da cooperação internacional. A cooperação vive num contexto de globalização e de complexidade das relações internacionais. A cooperação tradicional dá-se entre um país desenvolvido ou entre uma organização internacional e um país em desenvolvimento, com intuito econômico, social, político, entre outras motivações. A cooperação tradicional é coordenada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, e estabelece condições para doação, denominadas de condicionalidades. As condicionalidades variam desde boa governança (conceito utilizado como boa gestão governamental), índices de corrupção, aplicação dos direitos fundamentais da Carta das Nações Unidas, boa gestão dos recursos recebidos, entre outros.

Essa forma de ajuda internacional recebeu críticas dos autores que fazem parte da revisão bibliográfica, nomeadamente Dambysa Moyo e William Easterly numa visão pessimista - Sachs numa visão mais otimista sobre a sua eficácia. Os pessimistas analisam a ajuda externa como ineficaz, pelo fato das políticas desenvolvimentistas não alcançarem a realidade local por ausência de pesquisa e estudos prévios antes da doação e as próprias condições de execução dos projetos. Easterly considera os doadores tradicionais do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento como apenas planejadores, possuem apenas belos discursos, aumentando a ajuda internacional nesses países sem uma visão de um pesquisador sobre as reais necessidades da população. Moyo considera a principal causa da ineficácia da ajuda externa, a corrupção endêmica e o enriquecimento ilícito dos governantes dos países pobres.

Sachs possui uma visão mais positiva. Sachs afirma que as causas da pobreza nesses países residem na ausência de acesso a saúde; educação de qualidade; água potável; saneamento básico; infraestrutura; solos saudáveis; terras produtivas; serviços públicos e jurídicos de qualidade; *know-how* científico e tecnológico. A população nesses países produz apenas para o consumo e sobrevivência não conseguem manter um comércio interno, nem exportar, porque não há excedentes. O autor acredita que deve ser feito primeiramente um mapeamento dos problemas dos pobres, e deve ser feita uma rede de cooperação dos países desenvolvidos que devem disponibilizar financiamento em conjunto para as melhorias necessárias ao desenvolvimento. A ajuda externa seria a maneira principal para esses países saírem da pobreza. Assim, o autor considera que resolver os problemas de maneira pontual

para a o desenvolvimento faria com que esses países conseguissem alcançar “um pé na escada do desenvolvimento”. Esse procedimento que Sachs propõe é, portanto, diferente das ideias pessimistas que culpam a corrupção, avaliações generalizadas de má governança dos gastos públicos, ao invés de ser realizado um diagnóstico diferencial para cada crise econômica.

No geral esses autores criticam a ajuda externa tradicional, acreditando que esta seja ineficaz e que tudo não passa de belos discursos nos fóruns internacionais. Contudo, a maioria dos autores desse campo de estudo sustenta a ideia de que a cooperação entre países em desenvolvimento seja uma alternativa. A discussão ainda encontra-se em aberto, devido à ausência de dados concretos sobre a eficácia da cooperação Sul-Sul. Alguns sustentam que a cooperação Sul-Sul seria apenas complementar a cooperação tradicional, devido ao fato dos valores doados por doadores em desenvolvimento serem ínfimos em relação aos doadores tradicionais. Outros autores consideram positiva a cooperação Sul-Sul por esta manter uma cooperação de troca de conhecimentos, a cooperação técnica, pela qual os países adquirem quadros burocráticos qualificados, universidades de qualidade, laboratórios de pesquisa, entre outros benefícios.

Os países que atuam na cooperação Sul-Sul, denominados de “novos doadores”, são países que se encontram em vias de desenvolvimento e que possuem condições econômicas de doar em grande monta como já mencionado e, em geral, possuem condições de manterem sua economia sem auxílio dos países doadores. Alguns mantêm, entretanto, uma dupla faceta de doador e receptor. O que se questionou na primeira fase dessa pesquisa foi que países como Brasil doam aos países em desenvolvimento sem condicionalidades e que isso afetaria o desenvolvimento por causa de ciclos viciosos de empréstimos e dependência.

Outros autores abordados no texto alertaram sobre as conseqüências negativas que podem advir para os países que recebem cooperação sem parâmetros de condicionalidades. No pensamento desses autores, não seguir as normas condicionais da OCDE colocaria em risco as economias de países já endividados, ao aumentar estas dívidas. Existiria também a ameaça dos países doadores da cooperação Sul-Sul tornar-se um cartel de doação e instrumentalizarem a ajuda na direção de seus interesses econômicos. Países como a China e a Índia não se apresentam tão solidários, por estarem à procura de recursos naturais. Em linhas gerais, a literatura da área acredita que doadores como Brasil podem se tornar um modelo de doação, por ser um país que mantém relações com países em desenvolvimento, sem manter uma postura hostil em relação aos países desenvolvidos.

Em um segundo momento estudou-se a cooperação internacional brasileira. Esta é voltada para a dimensão da horizontalidade da cooperação, ou seja, cooperação entre países

em desenvolvimento através da transferência de conhecimentos pela cooperação técnica. Esta modalidade de cooperação se tornou um dos pilares da cooperação brasileira e hoje possui diversos projetos em países em desenvolvimento. O estudo investigou as relações que o Brasil possui com Cabo Verde, um país que faz parte dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O questionamento que foi levantado durante a pesquisa foi em relação à cooperação técnica prestada na arena educacional, entre Brasil e Cabo Verde, e a estratégia de inserção e visibilidade internacional nessa nova agenda internacional Sul-Sul. Levantou-se a hipótese que o Brasil coopera com Cabo Verde pela proximidade histórica - cultural, política, linguística e econômica diante do atual contexto de sua inserção internacional, bem como o uso do “veículo” de visibilidade junto aos PALOP e CPLP. As duas últimas coalizões surgiram num contexto histórico de colonização e de uma língua em comum, transformando num instrumento diplomático nos fóruns internacionais.

As relações com o Brasil ficaram mais fortes quando este se assumiu como doador na década de 70. Nesta época ocorreu a independência das ilhas, e devido a problemas econômicos criou-se uma política de diversificação de parceiros. O Estado estava falido e precisava de parceiros para a sua sobrevivência e inserção no mercado internacional. A divisão da Guerra Fria não fez com que Cabo Verde se alinhasse diretamente a uma ou outra potência, apesar de existir uma corrente que afirma que era um país socialista devido ao alinhamento durante a luta armada por sua independência com a antiga URSS. A sobrevivência do Estado de Cabo Verde dependia do auxílio dos países desenvolvidos, inclusive dos EUA.

As relações com Cabo Verde constituem-se de um forte teor cultural e por ser um país pequeno e com um mercado ainda limitado, as exportações apresentam-se de pouca monta. Cabo Verde ocupou segundo os indicadores econômicos a posição 136º entre os parceiros do Brasil. O intercâmbio comercial entre os países diminuiu de 2008 a 2012 cerca de 34 %, correspondente a queda de US\$ 39,7 milhões para US\$ 26,2 milhões.

Pudemos verificar durante a pesquisa que, durante os oito anos de mandato do Presidente Lula, a cooperação para os países africanos passou a ser uma prioridade da política externa brasileira, triplicando, durante seu segundo mandato, o número de projetos iniciados - 34 em 2003 - chegando a 94 projetos em 2009. Inicialmente, a verba destinada para a cooperação era menos de R\$5 milhões em 2003, alcançando mais de R\$ 50 milhões em 2010. Os investimentos do Brasil em cooperação aumentaram consideravelmente com a estratégia

do Itamaraty de manter uma liderança nos blocos regionais da América Latina/Caribe e também na África (CPLP).

A CPLP não representa uma comunidade que possui muita força a nível internacional, mas permite que o Brasil tenha apoio nos fóruns internacionais. No caso específico de Cabo Verde houve um apoio do Brasil em sua entrada na Organização Mundial do Comércio. Em contrapartida o pequeno país apoia o Brasil em fóruns internacionais como a ONU, apoiando a reforma do Conselho de Segurança e apoio político nas organizações internacionais que o país faz parte.

Os projetos na área educacional representam 12% da cooperação brasileira, e abrangem, como se observou, diversas áreas: alfabetização de adultos, mobilidade acadêmica de pesquisadores, docentes e discentes. O CNPq e a Capes apoiaram na Universidade de Cabo Verde através da análise da qualidade dos cursos e na oferta de bolsas de estudo. Foram analisados diversos projetos nomeadamente, Programa de Estudantes de Convênio de Graduação/Pós-Graduação, ProÁfrica, Alfabetização Solidária, Escola de Todos, Programa de Mobilidade Acadêmica de Docentes e Discentes, apoio a implementação da Universidade de Cabo Verde, entre outros.

Portanto, diante desses fatores conclui-se que o Brasil coopera com Cabo Verde por questões estratégicas. Quanto ao retorno econômico, esse fator, analisado como uma das hipóteses de trabalho, pode não ser considerado como prioritário. Apesar dos interesses políticos, os projetos na área educacional, na saúde, agricultura, administração da justiça apresentam-se de suma importância ao desenvolvimento local. O projeto “Apoio a Implantação da Uni-CV e ao Desenvolvimento do Ensino Superior” pode ser analisado como positivo diante dos altos índices de frequência do ensino superior e a baixa de custos do ensino superior para a população mais carente. Além do investimento em ensino superior no país ter diminuído de maneira considerável a procura por ensino no exterior.

Os programas de mobilidade acadêmica proporcionam oportunidades a discentes e pesquisadores experiências que a falta de estrutura em Cabo Verde não permitiria. Os programas educacionais da Uni-CV são diversos, o Brasil é apenas um dos doadores. De uma forma mais ampla podemos concluir que a universidade está sendo constituída pelos benefícios de uma cooperação e possui potencial de se tornar uma referência em ensino superior na África.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Iuri. **O Fórum IBAS: Uma Experiência de Parceria Estratégica na Perspectiva da Cooperação Sul-Sul.** Revista Acadêmica de Relações Internacionais - RARI, Santa Catarina, Vol. II, nº4, 2013. 38p. Disponível em: <<http://rari.ufsc.br/files/2013/10/RARI-N%C2%B04-Vol.-II-Artigo-3.pdf>>.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Histórico da Cooperação Técnica Brasileira.** Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

_____. **Conceitos.** Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>>. Acesso em: 24 jul.2013.

_____. **Cooperação Técnica Internacional.** Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/OBrasileaCooperacao>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

_____. **Cooperação Técnica. Vertentes.** Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Vertentes>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

_____. **Cooperação Técnica. Acordos Vigentes.** Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/AcordosVigentes>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

_____. **A Cooperação dos Países de Língua Portuguesa.** *Via ABC.* [s.p] Brasília: ABC, 2005.

_____. **Atos Internacionais. Balanço da Política Externa 2003/2010.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/resumo-executivo/view>>.

_____. **América do Sul e Integração Regional.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional>>. Acesso em: 16/05/2013.

_____. **Atos internacionais. Banco de dados do MRE.** Acesso em acesso dia 16/05/2013. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/>>. Acesso em: 20-12-2013.

_____. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeia). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasileira.pdf>.

_____. Senado Federal. Mensagem nº 119 de 2011. Informações sobre Cabo Verde e Brasil. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=94571&tp=1>>.

_____. Programa de Estudantes de Convênio de Graduação e Pós-Graduação. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>>.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Manual do Programa de Estudantes de Convênio, 2000/2012. Disponível em: < http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/manual_PEC-PG_2012.pdf>.

BURGES, Sean. **Desenvolvendo a partir do Sul: Cooperação Sul-Sul no jogo do desenvolvimento global**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. V.1, N°2, jul.-dez 2012. P. 237-263.

CABO VERDE. Universidade de Cabo Verde – Uni-CV. Disponível em: < <http://www.unicv.edu.cv/>>.

CALADO, S. Sílvia; FERREIRA, dos R. Sílvia Cristina. **Análise de documentos: Método de recolha e análise de dados**. Universidade de Lisboa/ Instituto de Educação - Metodologia de Investigação I, 2004/2005. Disponível em: < <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>>.

CARVALHO, S.A. Maria; FORTES, L. Paulino. **Percursos da internacionalização: o caso da Universidade de Cabo Verde**. In Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 2013. Disponível em: < http://www.aforges.org/conferencia3/docs_documentos/SESSOES%20PARALELAS/1_Modelos%20de%20Gestao%20das%20Instituicoes%20de%20Educacao%20Superior/M%20A%20Carvalho_P%20Fortes_percursos.pdf>.

CINTRA, Rodrigo. **Brasil e o Novo Cenário Mundial: A Dinâmica de Inserção**. WP n° 186. Institut de Ciències Polítiques i Socials. Barcelona: 2000. p. 5

COSTA, Suzano. **A Política Externa Cabo-Verdiana na Encruzilhada Atlântica: Entre a África, Europa e as Américas**. In Mário Silva, Leão de Pina & Paulo Monteiro Jr., (Org.), Estudos Comemorativos do V Aniversário do ISCJS, Praia: Edições ISCJS, 2012. p-p. 331-372. Disponível em: < http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/16-SuzanoCosta.pdf>.

CORRÊA, Márcio Lopes. *Prática Comentada da cooperação internacional: entre a hegemonia e a busca da autonomia*. Brasília: [s.n.], 2010. 280p.

EASTERLY, William. **Introduction: Can't Take It Anymore?** In Easterly, William (Org.) *Reinventing Foreign Aid*. The Massachusetts Institute of Technology, 2008.

FILHO, VALLER Wladimir. *O Brasil e a Crise Haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

GARY King; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Chichester, West Sussex: Princeton University Press, 1994, 396 p.

GONÇALVES, Williams. **Panorama da Política Externa Brasileira no Governo Lula da Silva** In Freixo, Adriano et al (Orgs.). A política externa na era Lula: um balanço. 1 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. 224p.

GRAÇA, José António. **A Gênese da Política Externa Cabo-Verdiana**. Revista Academia Militar, s.n. 2004. Disponível em: < <http://www.academiamilitar.pt/>>.

HAAN, Arjan. WARMERDAM, Ward. **The Politics of Aid Revisited: A Review of Evidence on State Capacity and Elite Commitment**. Effective States and Inclusive Development Research Center (ESID), working paper 07. Manchester: February, 2012. Disponível em: <<http://repub.eur.nl/org/1248>>.

HUNTINGTON, Samuel. A Terceira Onda: A Democratização no Final do Século XX. Editora: Ática. São Paulo, 1994.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Discurso do Presidente Lula na posse no dia 01/01/2003**. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>>.

KREMER, Santi Gaston. **O crescimento econômico africano e a Política Externa do governo Lula para o continente**. In I Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais: Integração Regional e Cooperação Sul-Sul no séc. XXI 20 a 22 de Agosto de 2012, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/sebreei/2012/wp-content/uploads/2013/01/Gaston-Kremer.pdf>>.

LEITE, S. Patrícia. O Brasil e a Cooperação Sul – Sul em três momentos da política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luis Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, 228 p.

LANCASTER, Carol. **Foreign aid: diplomacy, development, domestic politics**. Chicago: the University of Chicago Press. 2007.

LIVRAMENTO, N. S. Alessandra. **Diplomacia e Cooperação: Relações de Cooperação Cabo Verde/Brasil**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Monografia-Faculdade de Ciências Econômicas, Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre: 2010. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28380/000770269.pdf?sequence=1>>.

LOPES, Alves L. Luara. A cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): o Brasil como doador. São Paulo: UNICAMP, UNESP, PUC- SP, 2008. 233p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós - Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Universidade de Campinas/Universidade Estadual Paulista/PUC-São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/57630> >.

MAPA, M. Dhiego. **A África na política externa do governo Lula: fortalecimento do diálogo Sul-Sul**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. Disponível em: <

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300306681_ARQUIVO_artigo_AfricanaPEBdeLula_Dhiego.pdf>.

MENEZES, G. Roberto; RIBEIRO, O. Cláudio. **A Cooperação Sul-Sul Revisitada: A Política Externa do Governo Lula da Silva e o Desenvolvimento Africano.** In: Conferência do Desenvolvimento, 2011, Brasília. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area10/area10-artigo12.pdf>>

MOYO, Dambisa. *Dead Aid: Why Aid Is Not Working And How There Is A Better Way for África.* New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2009.

MOZZATO, R. Aneline; GRZYBOSKI. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração.** RAC, V. 15, n°4, Jul/Ago 2011. PP. 731-747. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4>>.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP).** Revista Brasileira de Política Internacional. vol. 52 (2), Brasília, jul.-dez. 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292009000200002&script=sci_arttext>.

OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Cooperação para o desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.oecd.org/fr/apropos/>>. Acesso em: 05 jun.2013.

Organização das Nações Unidas. **Conheça a ONU.** Disponível em: <<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/conheca-a-onu/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

PECEQUILO, S. Cristina. **A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical.** Revista Brasileira de Política Internacional. vol. 51 (2), Brasília, 2008. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/toc.oa?id=358&numero=10949>>.

PEREIRA, Daniel. **Das Relações Históricas Brasil - Cabo Verde.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

_____. **Cabo Verde Trinta Anos de Independência Nacional.** In: *Áfricana Studia.* N° 8, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, 99-108p. Disponível em: < http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS08_099.pdf>.

PIMENTEL, de Sá, Vicente José. **Relações entre Brasil e África Subsaariana.** Revista Brasileira de Política Internacional. vol. 43 (1), Brasília, 2000, 5-23p. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a01>>.

PINHO, Carlos. **Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: As relações Brasil-África BA promoção de políticas públicas (2003/2012).** In Anais do IX Encontro da ABCP, 04 a 07 de agosto, Brasília, 2014. Disponível em: < http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403737348_ARQUIVO_CARLOSPINHO_PAPER_IXENCONTROABCP.pdf>.

PNUD Brasil. Os objetivos do Milênio. **Oito jeitos de mudar o mundo**. Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/index.asp>>. Acesso em: 16 fev. 2014 >.

PUENTE, I. Carlos Afonso. A Cooperação Técnica como Instrumento de Política Externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD - no período 2005-2009. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, 340 p.

RADELET, Steven. **A Primer on Foreign Aid**. Center for Global Development. Working Paper n° 92. July, 2006. Disponível em: < <http://www.cgdev.org/publication/primer-foreign-aid-working-paper-92>>.

REIS, Borja de F. Cristina. **A Pobreza do Atual Debate Sobre Pobreza: Sem, Sachs e Collier. Temas de Economia Aplicada**. Informativo Fipe. Ed. n° 369. Junho, 2011. 37p. Disponível em: <http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2011/6_19-27-crist.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

RENZIO, Paulo et al. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Como responder aos desafios correntes**. Police Brief. BRICS Policy Center, Maio, 2013. Disponível em: < <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5992/doc/1619030609.pdf>>.

RIBEIRO, A. Ricardo. **A Aliança Para o Progresso e as Relações Brasil - Estados Unidos**. Campinas: UNICAMP, 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas – São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000410430>>.

_____. **Ajuda Americana no Iraque: Assistência Econômica em um ambiente de Guerra e Ocupação Militar**. In Encontro Anual da ANPOCS, n° 35, 2011, Caxambu/MG. Disponível em: < http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=967&Itemid=353>.

_____. SOUSA, C. Kellen. **Cooperação Internacional Brasileira: Desenvolvimento, Condicionalidades e Instituições Democráticas**. In Encontro Anual da ABCP, 2012. Disponível em: < http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/6_7_2012_17_15_49.pdf>.

RIZZI, R. Kamilla. **O Grande Brasil e os Pequenos PALOP: A Política Externa para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54081/000851129.pdf?...1>>.

SACHS, Jeffrey. O Fim da Pobreza: Como acabar com a miséria nos próximos vinte anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 449p.

SARAIVA, S. F. José. **A África e a Política Externa na Era Lula: Relançamento da Política Atlântica Brasileira**. In Freixo, de Adriano et al (Orgs.). A política externa na era Lula: um balanço. 1 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. 224p.

TAVARES, B. Pedro. **Relações Cabo Verde-China: Balanço de trinta e dois anos de cooperação**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010, 168p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Políticos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/5584/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Pedro%20Borges%20Tavares.pdf>>.

VISENTINI, F. Paulo. **South-South Cooperation, Prestige, Diplomacy or “Soft Imperialism”?** Lula’s Government Brazil-África Relations. SÉCULO XXI, V. 1, Nº1. Porto Alegre: jan-dez 2010. Disponível em: <<http://www.ascleiden.nl/Pdf/seminarvisentini.pdf>>.

_____. De **FHC a Lula: Uma década de política externa (1995-2005)**. Civitas, V.5, Nº2. Porto Alegre: jul.-dez.2005, p.381-397. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/20438.pdf>>.

_____; PEREIRA, D. Analúcia. **A política Africana do governo Lula**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais. 2010. Artigos. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa do Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação**. In Revista Contexto Internacional, vol. 29, nº2, Rio de Janeiro: jul - dez, 2007, p. 273-335. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002>.

UNITED STATES OF AMERICA. U.S Agency for International Development. **How we are**. Disponível em: <<http://www.usaid.gov/who-we-are>> acesso em 20-03-2014>. Acesso em: 12 jan. 2014.

_____. Millennium Challenge Corporation. **South-South Cooperation**. Disponível em: <<http://www.mcc.gov/>> Acesso em 06. Jul. 2013.

_____. **Cooperación Sur-Sur**. Disponível em: <<https://www.un.org/es/events/southcooperationday/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. United Nations Office for South-South Cooperation. What is South-South Cooperation? Disponível em: <http://ssc.undp.org/content/ssc/about/what_is_ssc.html>.

WATERS, Richard. **Conexões Fora da Web-Entrevista a Bill Gates**. Observatório de Imprensa. São Paulo, 08 nov. 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed772_conexoes_fora_da_web>. Acesso em: 26 abr. 2014.

WINTER, de C. Marcella. **A Política Africanista do Governo Lula da Silva (2003/2010)**. Cadernos de Tempo Presente. Ed. nº11. São Cristóvão, 2013. Disponível em: <<http://semanahistoriauerj.net/wordpress/wp-content/uploads/2014/06/Anais-2012-Semana-de-Historia-Politica-PPGH-UERJ.pdf>>.

